

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

KAREN RAFFAELA SCHUVETS BORGES

**VIVÊNCIAS DE SOFRIMENTO E ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA DAS NARRATIVAS DE INVESTIGADORES DA POLÍCIA CIVIL**

CURITIBA

2023

KAREN RAFFAELA SCHUVETS BORGES

**VIVÊNCIAS DE SOFRIMENTO E ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA DAS NARRATIVAS DE INVESTIGADORES DA POLÍCIA CIVIL**

**EXPERIENCES OF SUFFERING AND DEFENSIVE STRATEGIES: A DISCURSIVE
ANALYSIS OF NARRATIVES OF CIVIL POLICE INVESTIGATORS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientadora: Liliane Canopf

CURITIBA

2023



Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



KAREN RAFFAELA SCHUVETS BORGES

**VIVÊNCIAS DE SOFRIMENTO E ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS
NARRATIVAS DE INVESTIGADORES DA POLÍCIA CIVIL**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestra Em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Organizações E Tecnologia.

Data de aprovação: 26 de Junho de 2023

Liliane Canopf, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Georgiana Luna Batinga, Doutorado - Universidade Tecnológica

Federal do Paraná Dr. Rafael Alcadipani, Doutorado - Fundação Getulio

Vargas

RESUMO

Este estudo buscou fazer uma análise discursiva das estratégias defensivas de investigadores da polícia civil, lotados em delegacias de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência, no enfrentamento de vivências de sofrimento no trabalho. O trabalho policial inclui o atendimento de ocorrências que podem ocasionar sofrimento psíquico e emocional. Dessa maneira, é relevante compreender as possibilidades e estratégias utilizadas por esses profissionais com vista à manutenção de seu bem-estar mental. Os pressupostos teóricos estão fundamentados na Psicodinâmica do Trabalho. Em termos metodológicos, foi utilizada uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório, na qual os dados foram coletados por meio de entrevistas, com relatos – incluindo falas e silêncios dos participantes – que foram analisados à luz da vertente francesa da Análise do Discurso. Os elementos discursivos mais evidentes explorados, no que tange ao trabalho dos policiais, guardam relação com as vivências de sofrimento no trabalho e as defesas desenvolvidas para manutenção do equilíbrio. O objetivo deste estudo, portanto, foi explicar o contexto de trabalho que causa sofrimento e leva ao desenvolvimento de estratégias defensivas, identificando as principais defesas utilizadas pelos investigadores e levando os participantes e leitores a uma reflexão a respeito da atuação policial.

Palavras-chave: policial; sofrimento; estratégias de defesa; Psicodinâmica do Trabalho.

ABSTRACT

This study sought to carry out a discursive analysis of the defensive strategies of civil police investigators, assigned to police stations for the protection of children and adolescents victims of violence, in coping with experiences of suffering at work. Police work includes dealing with incidents that may cause psychic and emotional suffering, and it is important to understand the possibilities and strategies used by these professionals to maintain their mental well-being. The theoretical assumptions are based on the Psychodynamics of Work. In methodological terms, a qualitative, exploratory approach was used, whose data were collected through interviews, with reports - including the speeches and silences of the participants - which were analyzed in the light of the French aspect of Discourse Analysis. The most evident discursive elements explored with regard to the work of police officers are related to the experiences of suffering at work and the defenses developed to maintain balance. What was sought through this study, therefore, was to explain the work context that causes suffering and leads to the development of defensive strategies, identifying the main defenses used by researchers and leading participants and readers to reflect on police action.

Keywords: police; Suffering; defense strategies; Psychodynamics of Work.

PREFÁCIO

Apesar de começar o trabalho com o que tenho para narrar neste prefácio, devo confessar que ele é o irmão mais novo da dissertação que vem adiante. Uma vez finalizada a redação da dissertação, pairou uma nuvem de dúvida sobre os primeiros leitores em relação à motivação que teria me levado a elaborar um estudo com policiais civis.

Resumidamente, então, entendi pertinente compartilhar aspectos da minha trajetória profissional enquanto investigadora de polícia. Quando cursava o último ano da faculdade de Direito, por influência de amigos que já integravam a carreira policial, prestei concurso para a carreira de Investigadora da Polícia Civil, tendo atuado nessa função durante pouco mais de 4 anos e em diferentes frentes: crimes de violência contra a mulher, crimes de trânsito e crimes cometidos por adolescentes infratores.

No decorrer dos 4 anos, realizei muitos plantões de 24 horas (intermináveis), por vezes, dobrando o expediente para 48 horas, prestando o primeiro atendimento às vítimas e aos autores de ocorrências. Também trabalhei em equipes de investigação, cumprindo mandados e outras diligências. Atuei, inclusive, como escritã *ad hoc* em razão da escassez de pessoal na instituição. Modéstia à parte, fui “pau pra toda obra”.

Como a maior parte dos meus amigos e colegas policiais civis, envidei todos os esforços para preencher a lacuna entre aquilo que estava prescrito para o meu cargo e a realidade devastadora que se vê e que se ouve nas delegacias. O que está no papel como direito ou como dever do cidadão parece muito prático, mas atuar para dar efetivo cumprimento ao que a lei prevê exige do policial um engajamento de recursos intelectuais, físicos, emocionais e, por vezes, até financeiros, diante da precariedade da estrutura que se tem para trabalhar.

Ouvir dezenas de relatos em um único plantão, de pessoas que, em grande parte das ocorrências, são vulneráveis não só por conta da condição de vítimas de um crime, contudo, são socialmente vulneráveis, que não contam com instrução adequada sobre seus direitos, que não têm possibilidade de consultar advogados, a quem não resta outro recurso além da polícia, faz com que as jornadas de trabalho se tornem ainda mais extenuantes, porque não se trata somente de registrar boletins de ocorrência, mas de se deparar cotidianamente com violência e mazelas sociais.

Trata-se de inúmeras vezes arriscar a vida em defesa de desconhecidos. Trata-se de querer ajudar. De querer ser Servidor Público.

Como é comum ouvir entre policiais: “ninguém vem na polícia contar uma coisa boa, ninguém vem comer um bolo com café e trazer uma novidade alegre, aqui, só vem notícia ruim”. Só quem trabalha vivenciando essas experiências sabe da importância de ser ouvido, de ser compreendido. Este estudo nasceu assim: da curiosidade sobre uma teoria que estuda o sofrimento no trabalho e de um interesse em analisar discursos de trabalhadores que sofrem.

Depois de transcrever relatos de investigadores que atendem ocorrências inacreditáveis de violência, que dispõem de todo tipo de recurso para dar andamento às investigações e que vivem em constante estado de alerta em razão da profissão, espero conseguir transmitir, nas próximas páginas, o sentimento experimentado por esses policiais em suas rotinas e, para muito além disso, mostrar que a maioria dos policiais é do bem, pelo bem.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SPELL	<i>Scientific Periodicals Electronic Library</i>
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCUISV	Termo de Consentimento Utilização de Imagem, Som e Voz

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo de dados sociodemográficos dos respondentes.

Quadro 2 - Lacunas entre trabalho prescrito e trabalho real: estrutura.

Quadro 3 - Lacunas entre trabalho prescrito e trabalho real: escalas de trabalho.

Quadro 4 - Lacunas entre trabalho prescrito e trabalho real: treinamento.

Quadro 5 - O atendimento às ocorrências – agressividade dos cidadãos / usuários

Quadro 6 – O atendimento às ocorrências – violência contra crianças e adolescentes

Quadro 7 – O Reconhecimento

Quadro 8 – Os distúrbios da saúde e do sono

Quadro 9 – O entendimento dos investigadores sobre o emprego de estratégias defensivas

Quadro 10 - Identificação das Vivências de sofrimento e das Estratégias Defensivas dos investigadores de polícia civil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Formulação do problema de pesquisa	17
1.2	Objetivos da pesquisa	18
1.3	Justificativa teórica e prática	19
1.4	Estrutura da pesquisa	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	Psicodinâmica do Trabalho	21
2.2	Análise do Discurso	38
2.3	Histórico e contexto sociocultural do trabalho policial	42
3	METODOLOGIA	57
3.1	Revisão sistemática de literatura	58
3.2	Especificação do problema	60
3.2.1	Apresentação das categorias analíticas	60
3.3	Delimitação e delineamento da pesquisa	61
3.3.1	Delineamento da pesquisa	61
3.3.2	Procedimentos da Pesquisa de Campo	62
3.3.3	Procedimentos de análise dos dados	65
3.3.4	Dificuldades na coleta e tratamento de dados	65
3.4	Aspectos éticos	66
4	CONTEXTO DO TRABALHO POLICIAL, ANÁLISES E INTERPRETAÇÃO	68
4.1	Do contexto da equipe participante do estudo	68
4.2	Das entrevistas e Análise do Discurso	71
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	94
	APÊNDICE A - Roteiro da entrevista semiestruturada	100
	APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e Termo de Consentimento de utilização de imagem, som e voz (TCUISV)	102

1 INTRODUÇÃO

O trabalho, no sentido de atividade laboral, pode ser compreendido como uma forma de mediação da atividade humana na construção da vida social. Na tarefa laborativa de construir e reconstruir o mundo ao seu redor, o ser humano constrói e reconstrói a si mesmo. Nessa interação social decorrente do laborar, ocorrem transformações no sujeito, conforme apontam Minayo, Souza e Constantino (2008).

Dejours e Abdoucheli (2010) também compreendem o trabalho como mediador fundamental na construção do sujeito. Para os autores:

O trabalho revela-se, com efeito, como um mediador privilegiado, senão único, entre inconsciente e campo social e entre ordem singular e ordem coletiva [...]. O trabalho não é apenas um teatro aberto ao investimento subjetivo, ele é também um espaço de construção do sentido e, portanto, de conquista da identidade, da continuidade e historicização do sujeito (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010, p. 143).

Essas colocações relacionam-se com a noção marxista de trabalho, que o considera como atividade ontológica humana que diferencia o ser humano dos demais animais. Em outras palavras, o trabalho é responsável pela humanização do sujeito (MONTALVÃO, 2018). Em uma análise a respeito dos pensamentos marxistas acerca do trabalho, Montalvão (2018) relembra que o trabalho em si e o desenvolvimento material que dele decorre só existem diante da ação humana sobre a natureza e, nesse contexto, o homem só reconhece sua existência em face da sua atividade produtiva, ou seja, do seu trabalho (MONTALVÃO, 2018).

À medida que o homem intervém de modo consciente na natureza e a transforma de acordo com as suas necessidades, o sujeito modifica a matéria que o cerca e, ao mesmo tempo, muda a sua própria natureza e a si. Por isso, acredita-se na relação intrínseca entre a existência humana e o trabalho.

Desde os primórdios, o trabalho tem sido parte fundamental da vida do ser humano, que, ao longo do tempo, evolui e adapta as suas formas de trabalho, o ambiente em que vive, a sua maneira de viver e suas relações com a natureza. A importância do trabalho deve ser analisada considerando a produção e reprodução material da vida em sociedade, e a interação do homem com a natureza e com outros indivíduos. Esse processo implica não apenas na produção de bens

materiais, mas também na produção dos indivíduos, enquanto seres humanos, da sociedade e das formas sociais de vivência (GOMEZ *et al.*, 2021).

Para além de colaborar para a sobrevivência material dos indivíduos, o trabalho é responsável pela organização e estruturação da vida das pessoas (BRIDGES, 1995). O trabalho lhes atribui uma identidade, cria uma rede de relações e de contatos, estrutura tempo, rotina e, pelo estabelecimento de direitos e obrigações, define o espaço de cada um na sociedade. As relações de trabalho ocupam a maior parte do tempo dos indivíduos e são imprescindíveis para a formação da identidade profissional e social, atribuindo sentido ao papel que esses trabalhadores assumem na sociedade (FRANÇA; MOTA, 2021).

Essa centralidade do trabalho na vida dos indivíduos é crucial para a compreensão do sofrimento no trabalho. Tomando por base teórica a Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours para explicar o “trabalho”, Montalvão (2018) relembra que trabalhar é todo o investimento que o sujeito faz, valendo-se de seu corpo, sua subjetividade, seu engajamento, sua inteligência, a fim de preencher o espaço existente entre o prescrito (tarefa) e o trabalho real (atividade).

Tornar as tarefas prescritas em atividades reais exige do trabalhador um esforço, que é compreendido como fonte de sofrimento para o sujeito que trabalha, porque é sua energia, sua vida que é dada para trazer o prescrito à realidade. Mais do que transformar a matéria, ou modificar a natureza, o trabalho é o momento em que a subjetividade é colocada à prova, podendo ou não encontrar realização, sentir-se expandida, acrescentada e enaltecida, ou, ao contrário, diminuída, adoecida (DEJOURS, 2004 apud MONTALVÃO, 2018).

O trabalho policial, especificamente o trabalho analisado nesta pesquisa, já foi objeto de estudo por alguns autores (CRUZ, 1989; DAMASO *et al.*, 2014; GONÇALVES, 2014; GUEDES, 2017; NASCIMENTO, 1999; PAIXÃO, 1982; TAMAYO, 2002), que explicaram, além das tarefas prescritas a esses profissionais, as vivências de sofrimento que eles experimentam no exercício de sua atividade profissional. Assim como em qualquer categoria profissional, o sofrimento não é o único componente psicológico presente no trabalho do policial, todavia, conforme apontam Minayo e Souza (2003, p.193):

A relação dialética entre prazer e sofrimento pode ser constatada na vivência do trabalho próprias (sic) dos policiais civis, embora a observação empírica revele que a balança do desempenho de suas atividades pende muito mais para experiências de sofrimento e de estresse.

Para a compreensão do sujeito desta pesquisa, é importante tecer breves linhas sobre as forças policiais no Brasil, que são organizadas no âmbito estadual, diferindo da força nacional ou local. Ou seja, cada estado da federação conta com duas forças que compartilham do trabalho policial e são responsáveis pelas atividades de segurança pública: a Polícia Civil e a Polícia Militar (CUBAS *et al.*, 2020).

A Polícia Militar, polícia uniformizada, é responsável pelo policiamento ostensivo: age na manutenção da ordem e na prevenção da ocorrência de crimes. Apesar de subordinada ao governador do estado, tem caráter militar e segue regramento hierárquico específico (CUBAS *et al.*, 2020). Já a Polícia Civil, na função de polícia judiciária, é responsável pelo registro de ocorrências e pela investigação dos crimes que já aconteceram, isto é, tem a competência de conduzir a investigação posterior de infrações penais e esclarecer sua autoria, com exceção daquelas cometidas por militares (CUBAS *et al.*, 2020).

Importa esclarecer que esta pesquisadora atuou como investigadora de polícia por aproximadamente 5 anos, entre 2011 e 2015, e atendeu parcela da população em situações de violência e vulnerabilidade, entretanto, é importante ressaltar que esta pesquisa não tem como objetivo investigar experiências pessoais específicas. Aqui, propõe-se uma análise discursiva a fim de identificar as estratégias defensivas adotadas por investigadores da polícia civil, especificamente daqueles que atuam em unidades de proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência, para o enfrentamento de vivências de sofrimento no trabalho.

As unidades de proteção a crianças e adolescentes expostos à violência promovem atendimento a um público altamente vulnerável e as histórias relatadas pelas vítimas são carregadas de dores e tristeza. Ao promover a oitiva dessas vítimas enquanto investigadores, inevitavelmente, um diálogo instala-se com aquilo que esses profissionais são enquanto seres humanos, com suas histórias individuais, com suas famílias e com seus sentimentos, de modo que sua atividade profissional permeia todas as demais áreas de suas vidas.

A presente pesquisa é construída por meio de uma reflexão baseada no discurso dos profissionais de segurança pública e, a partir de experiências vivenciadas na atividade laboral de investigadores da polícia civil que atuam em defesa de crianças e adolescentes vítimas de violência, propõe escutá-los, a fim de suscitar uma contribuição ao meio policial e à sociedade. Isso porque, na maior

parte do tempo, policiais ouvem todas as possíveis formas de violação aos direitos da população, no entanto, há pouco interesse para que sejam ouvidos a respeito de seu trabalho. O que eles têm a dizer confronta a noção generalizada, comumente influenciada pela mídia, que a sociedade tem a respeito da polícia e que se baseia nas notícias que se espalham a respeito da conduta de maus policiais.

O presente estudo, portanto, analisa as vivências de sofrimento e busca identificar as estratégias defensivas desenvolvidas para contornar esse sofrimento no trabalho do investigador de Polícia Civil. Para tanto, por meio de entrevistas, adota a análise discursiva a fim de identificar as estratégias defensivas de investigadores da polícia civil, especificamente daqueles policiais que atuam na proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência, no enfrentamento de vivências de sofrimento no trabalho.

As ocorrências atendidas por esses policiais integram uma rotina diária de contato com um público vulnerável, o que torna a atividade policial ainda mais sensível, razão pela qual foram os investigadores escolhidos para serem ouvidos a respeito de vivências de sofrimento. Na busca por analisar esse sofrimento no – ou em decorrência do – desempenho dessas funções investigativas, o presente estudo tomará por base teórica a Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours (2011) e abordará conceitos próprios dessa teoria. Isso, pois a Psicodinâmica do Trabalho investiga a saúde no trabalho e analisa o sofrimento e as estratégias defensivas utilizadas pelos trabalhadores para ressignificar e superar o sofrimento, com vistas à transformação do contexto de trabalho em um lugar de realização (FERREIRA; MENDES, 2003).

Para se chegar à identificação das estratégias defensivas desenvolvidas, esta pesquisa vale-se da Análise do Discurso, especialmente da vertente francesa fundada por Michel Pêcheux e desenvolvida por seus seguidores, realizada com base em narrativas que serão construídas a partir de entrevistas com roteiros semiestruturados, que coletaram alguns dados sociodemográficos e relatos destacados no capítulo 4 acerca de ocorrências policiais e do contexto de trabalho sob a ótica dos participantes.

Espera-se com esta pesquisa, tanto para os investigadores participantes quanto os presentes leitores, contribuir na construção de uma reflexão a respeito da importância do trabalho desempenhado pela Polícia Civil. Além disso, almeja-se oferecer ao campo de pesquisas em Administração possíveis releituras sobre o

sofrimento no trabalho à luz da carreira de investigador da polícia civil, e, de igual modo, agregar conhecimento à trajetória acadêmica desta pesquisadora.

1.1 Formulação do problema de pesquisa

Nos estudos desenvolvidos no campo das Ciências Sociais aplicadas, os problemas de pesquisa envolvem questões, dificuldades e práticas cotidianas. O problema de pesquisa deve guardar coerência com as técnicas de pesquisa empregadas no estudo e deve demonstrar com clareza as reflexões do pesquisador sobre a necessidade da pesquisa proposta ou qual dificuldade levou a essa necessidade (CRESWELL, 2014). Segundo Creswell (2010), o problema de pesquisa é uma questão que já existe na prática, na teoria ou na literatura, e que, por ser significativo, merece a realização de estudos adicionais.

Destaca-se, nesse sentido, que a questão posta no presente estudo partiu de situações que se verificam na prática: há inúmeros episódios noticiados envolvendo servidores de forças policiais em situações de descontrole emocional ou fazendo uso exagerado da força, mas o que se veicula por meio da mídia, no entanto, não esclarece que esses profissionais, não raras vezes, apresentam sintomas anteriores de exaustão emocional.

Da mesma forma, os órgãos públicos a que os policiais se vinculam acabam por reconhecer o adoecimento de seus profissionais somente após situações extremas, em que se evidencia descontrole, falta de treinamento e violência. Raramente se propõe um programa preventivo, uma escuta a respeito de como esses policiais lidam com as pressões que enfrentam no dia a dia.

Este estudo não pretende de modo algum, por esse viés, justificar condutas inadmissíveis de maus policiais violentos e que abusam levemente do poder que a atividade estatal lhes atribui. E sim, pretende, por meio da reflexão decorrente dos discursos dos participantes, possibilitar a divulgação e propagação do bom trabalho desempenhado por aqueles profissionais que atuam dentro e de acordo com a legalidade, razão pela qual se acredita na importância da realização de novos estudos a respeito da classe policial.

Esta pesquisa busca analisar situações práticas vivenciadas por investigadores da Polícia Civil, seja na organização formal do trabalho ou no atendimento prático de ocorrências, que culminam em sofrimento e que podem, inclusive, desencadear patologias de ordem emocional e/ou psíquica. Ao mesmo

tempo, procura-se identificar as estratégias desenvolvidas por esses profissionais para enfrentar o sofrimento decorrente da profissão.

O trabalho do policial civil normalmente é permeado por estresse e pressões (MENDONÇA, 2020) decorrentes de um misto de riscos inerentes à atividade da segurança pública e do atendimento ao cidadão (ALCADIPANI; MEDEIROS, 2016), dificuldades operacionais em virtude dos recursos escassos (CUBAS *et al.*, 2020), além das inúmeras situações de violência a que estão expostos no contato com ocorrências de sofrimento do ser humano, com o crime e, até mesmo, com a morte (BAIERLE, 2014).

É compreensível que, diante desses fatores, o trabalho policial possa levar ao sofrimento do investigador que, para continuar trabalhando, desenvolve as chamadas estratégias defensivas (DEJOURS, 1992). Logo, o presente trabalho propõe realizar uma reflexão, a partir de análise discursiva, com vistas a responder ao seguinte problema de pesquisa: **Quais são as estratégias defensivas de investigadores da polícia civil que promovem a defesa de crianças e adolescentes vítimas de violência no enfrentamento de vivências de sofrimento no trabalho?**

1.2 Objetivos da pesquisa

O objetivo geral deste estudo é identificar as estratégias defensivas de investigadores da polícia civil que promovem a defesa de crianças e adolescentes vítimas de violência no enfrentamento de vivências de sofrimento no trabalho.

Para o alcance do objetivo geral, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar o contexto do trabalho do investigador de Polícia Civil que atua no atendimento e na proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência;
- b) Descrever as vivências de sofrimento no trabalho dos investigadores de Polícia Civil que promovem a defesa de crianças e adolescentes vítimas de violência;
- c) Elaborar a classificação dos interdiscursos mais recorrentes nas participações e narrativas dos policiais investigadores.

1.3 Justificativa teórica e prática

Considera-se relevante a proposição de pesquisa sobre estratégias defensivas adotadas por policiais face ao sofrimento no trabalho por serem raros os estudos desenvolvidos para a compreensão da cultura e da mentalidade policiais. Verifica-se a existência de estudos realizados acerca da violência, letalidade e impunidade policiais (KOHARA, 2019; PAGLIONE, 2014), e das dificuldades e dos riscos que circundam o trabalho específico do policial militar em razão de sua atuação ostensiva e de sua maior exposição social (CARMO *et al.*, 2016; FERREIRA; DIAS, 2022). Porém, são raros os estudos envolvendo policiais civis, principalmente no que diz respeito à forma como esses profissionais lidam com todas as vivências de sofrimento decorrente das ocorrências que ouvem e investigam diariamente.

A lacuna existente nos estudos acerca do contexto da atividade do policial civil, ou seja, daqueles que atuam nas investigações criminais, é evidente (ALCADIPANI, 2022), bem como nos estudos a respeito das vivências de sofrimento por eles enfrentadas em decorrência da profissão. Nas palavras de Paixão (1982, p. 63), “Poucas organizações evocam uma avaliação negativa tão consensual quanto a polícia. Entretanto, ela é mais temida que conhecida pelo cientista social brasileiro”, o que revela a urgência em se elaborar mais estudos que ampliem o conhecimento a respeito das minúcias envolvidas no trabalho da Polícia Civil.

A pressão enfrentada por policiais no ambiente de trabalho e a grande distância existente entre o trabalho prescrito e aquele efetivamente realizado por esses profissionais (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010) são causas de sofrimento que podem ser amplamente estudadas e precisam ser debatidas, a fim de trazer à luz fatores que podem culminar em adoecimento daqueles que estão cotidianamente expostos aos contextos permeados por violência.

Um dado alarmante sobre fatores desencadeadores de sofrimento no trabalho policial está relacionado ao número de suicídios registrados entre policiais civis no Brasil. De acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, o índice de suicídio entre policiais civis aumentou significativamente, em um salto de 61,5%, entre 2021 e 2022, passando de 13 para 21 casos de um ano para o outro (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Esses números são preocupantes e destacam a importância de abordar adequadamente questões relacionadas à saúde mental e ao bem-estar desses profissionais, que enfrentam desafios únicos em suas funções policiais. Adoção de medidas de suporte psicológico e estratégias de prevenção devem ser implementadas para ajudar a combater essa tendência alarmante. Oportunizar um espaço de escuta aos investigadores pode contribuir para evitar que casos extremos de sofrimento terminem desta forma.

Diante da falta de um maior número de pesquisas científicas a respeito do contexto de trabalho dos policiais civis, conforme lacuna teórica que restará demonstrada no decorrer deste estudo, a relevância da presente pesquisa, em termos teóricos e práticos, justifica-se. É importante identificar as estratégias defensivas de investigadores da Polícia Civil no enfrentamento de vivências de sofrimento no trabalho, a fim de se promover uma reflexão que traga melhorias para a vida desses trabalhadores, a partir do momento que se deem conta das possíveis formas mais eficazes de desenvolver suas atividades.

1.4 Estrutura da pesquisa

Esta pesquisa está dividida em cinco seções: além da presente introdução, a segunda seção abarca a fundamentação teórica a respeito da Psicodinâmica do Trabalho, um breve apanhado sobre a teoria da Análise do Discurso, além de um resumo sobre a História da Polícia Civil. Para o desenvolvimento do estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa, de cunho analítico-descritivo, com a revisão de literatura voltada para o tema do trabalho policial e das vivências de sofrimento, com coleta de dados realizada a partir de entrevistas. O delineamento consta na terceira seção – da Metodologia. A quarta seção conta com os trechos de narrativas de investigadores da Polícia Civil obtidos nas entrevistas, buscando realizar a correlação dos discursos desses policiais com aspectos teóricos da pesquisa, indicando os resultados constatados. Por fim, na quinta seção, constam as considerações finais a respeito dos resultados obtidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo reúne de forma resumida o embasamento utilizado como referencial no que diz respeito à teoria da Psicodinâmica do Trabalho, à teoria da Análise do Discurso, bem como ao Histórico e Contexto de Trabalho da Polícia Civil, segregados nos três subtópicos a seguir, de modo a tornar a estrutura do estudo mais clara.

2.1 Psicodinâmica do Trabalho

Diferentes abordagens epistemológicas e correntes teóricas sobre vivências de sofrimento no trabalho e seus reflexos na vida dos indivíduos têm sido aplicadas nas pesquisas na área de gestão, cada qual respaldada por suas contribuições. A perspectiva teórica sobre a qual se fundamenta a presente pesquisa é a Psicodinâmica do Trabalho. Sob a luz desta teoria, conceitos de organização do trabalho, sofrimento no trabalho e estratégias defensivas são abordados.

Importa esclarecer que a pesquisa se valeu dos pressupostos teóricos, contudo, não tomará por base o método de pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho, uma vez que essa metodologia guarda relação com a clínica em Psicologia e permite a aplicação de outros métodos, desde que estejam epistemologicamente alinhados. Nesse sentido, destaca-se que o método adotado para o desenvolvimento da pesquisa é a Análise do Discurso Francesa, cujos fundamentos teóricos serão explicitados no item 2.2 a seguir.

O presente estudo parte, principalmente, dos ensinamentos de Christophe Dejours, autor que lançou a base para os estudos que hoje circundam os temas relacionados ao prazer e ao sofrimento no trabalho. O termo Psicodinâmica do Trabalho surgiu de estudos de uma disciplina prévia: a Psicopatologia do Trabalho, que nasceu na França no período entre guerras. Os pioneiros da Psicopatologia do Trabalho *stricto sensu* se esforçavam para estudar tão somente as doenças mentais ligadas ao trabalho (DEJOURS, 2007).

A obra de Dejours é amplamente dedicada à reflexão sobre a influência do trabalho na saúde mental dos trabalhadores e à análise das consequências positivas e negativas que podem permear a vida dos indivíduos, dependendo de como o trabalho é organizado, dividido e distribuído socialmente. Ao olhar para a história, é

possível notar que a Psicopatologia do Trabalho se concentrou quase exclusivamente nos efeitos negativos do trabalho (AREOSA, 2021).

As primeiras pesquisas nesse sentido eram realizadas em um contexto no qual o foco ainda era voltado para impactos físico-químico-biológicos ocasionados pelo trabalho e poucos estudos eram voltados especificamente para a saúde mental dos trabalhadores. A literatura disponível sobre o tema abordava questões sobre fadiga, estresse e algumas doenças compreendidas como psicossomáticas (infarto do miocárdio em executivos sobrecarregados). Outros estudos diziam respeito às doenças mentais, porém, pouco tratavam do trabalhador acometido por elas (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

Nos anos 1970, surge o interesse a respeito das condições psicológicas do trabalho e suas consequências sobre a saúde dos trabalhadores, mas ainda estudadas como resultados de trabalho repetitivo, pressão relativa ao tempo e trabalho de imigrantes, muitas vezes explorados ao extremo. A relação trabalho-saúde mental ainda seguia um modelo de nexos causal copiado da patologia somática de origem profissional. O que se procurava, então, era demonstrar a existência específica de doenças mentais do trabalho (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

A partir da década de 1980, novas contribuições surgiram para essa discussão, vindas de diversas abordagens disciplinares, como a ergonomia, a psicologia, a sociologia, a psicanálise, a medicina e a antropologia. Surgem, nesse momento, estudos a respeito de como os indivíduos contornam as pressões organizacionais e a doença mental, com a utilização de estratégias de defesa individuais e coletivas diante do sofrimento no trabalho, o que expandiu o debate sobre os efeitos do trabalho na saúde mental. Sob este enfoque, deixaram de ser observados somente fatores negativos do trabalho, lançando olhar também para pontos positivos que ele pode proporcionar (AREOSA, 2021).

Pouco a pouco o esquema causalista é deixado de lado, porquanto as pesquisas elaboradas nesses termos não traziam o resultado de destaque da doença mental caracterizada. A análise passa, então, a ser realizada em relação a comportamentos que, apesar de contrários às regras, não eram considerados patológicos, posteriormente ligados às estratégias defensivas. Passa-se então a tematizar o “sofrimento no trabalho e as defesas contra a doença” (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010, p. 122).

Nos anos 1990, com estudos voltados, de modo mais amplo, para as vivências de prazer e sofrimento no trabalho, surgiu o termo Psicodinâmica do Trabalho e a Psicopatologia do Trabalho passa a representar somente um de seus campos de estudos (DEJOURS, 2007).

Nesse contexto, a obra de Dejours inovou ao romper com os enfoques até então predominantes na medicina ocupacional, preocupados com problemas concretos de saúde no trabalho, de nexos causal incontestados, passando a expor um ponto de vista mais complexo, de incorporação e integração da subjetividade à situação social, histórica e política da condição dos sujeitos no trabalho. Uma abordagem pioneira, segundo a qual o sofrimento no trabalho não necessariamente acarreta em ruptura do equilíbrio psíquico ou desencadeia uma doença mental. Em vez disso, admite que os trabalhadores possam desenvolver mecanismos de defesa que permitem controlar o sofrimento: uma forma subjetiva de equilíbrio, revelado na forma como cada trabalhador lida com seu ambiente de trabalho, que pode tanto causar sofrimento quanto gerar prazer (CARVALHO *et al.*, 2014; AREOSA, 2021).

Dejours e Abdoucheli (2010, p.120) definem Psicodinâmica do Trabalho como a “análise dinâmica dos processos psíquicos mobilizados pela confrontação do sujeito com a realidade do trabalho”. O caráter dinâmico desses processos guarda relação com os conflitos experimentados pelo sujeito, dono de uma história singular e de um caráter subjetivo, em situações de trabalho fixadas de forma independente da vontade do sujeito, ou seja, situações objetivas. A subjetividade, nesse contexto, poderá transformar a situação de trabalho e vice-versa.

O estudo das relações dinâmicas que se estabelecem na organização do trabalho e que se manifestam nas vivências de prazer e sofrimento, nas estratégias adotadas para mediar contradições da organização do trabalho, nas patologias sociais, na saúde e no adoecimento, portanto, são objetos da Psicodinâmica do Trabalho. Nesse processo, a relação entre o trabalhador e a sua realidade de trabalho ganha sentido pelo seu modo de pensar, sentir e interagir (MENDES, 2007). Essa relação trabalho-sujeito se encontra em constante movimento, integrada por aspectos objetivos e subjetivos, psíquicos, políticos, sociais e econômicos, que têm o condão de fazer com que o espaço laboral se transforme em lugar de saúde ou adoecimento (GONÇALVES, 2014).

Conforme entendimento de Alcadipani e Medeiros (2016) acerca da contribuição da abordagem dejouriana, encarar a subjetividade do trabalhador de

forma central no estudo da Psicodinâmica permite compreender também as relações estabelecidas entre prazer, sofrimento e trabalho, bem como os impactos na saúde mental do trabalhador decorrentes das condições de trabalho, deixando de lado a ideia clássica de separação entre aquilo que ocorre dentro e fora do trabalho.

O objeto de estudo da Psicodinâmica, em vista disso, é a subjetividade, entendida como a interação entre as características individuais do sujeito e as demandas do contexto externo, incluindo o trabalho e o meio social. Tanto o corpo biológico quanto o psíquico são considerados na análise, sendo este último o lugar da subjetividade (GONÇALVES, 2014).

A subjetividade, nesse sentido, é alicerçada pelo trabalho que não se restringe a um movimento de transformação da Natureza ou integração a uma classe social. O trabalho ordinário de produção une-se ao trabalho da psique. Além da centralidade de seu papel na vida subjetiva dos indivíduos, o trabalho também tem papel estruturante nas relações políticas e sociais, de maneira que o cotidiano laboral produz reflexos no âmbito geral da sociedade (MONTALVÃO, 2018).

É uma abordagem que busca compreender como os trabalhadores lidam com situações de sofrimento e como ocorre a mobilização subjetiva em busca de prazer e reconhecimento no trabalho (DAMASO *et al.*, 2014), de modo que se dedica a analisar os efeitos do trabalho na saúde mental dos trabalhadores, investigando tanto o prazer quanto o sofrimento que o trabalho pode gerar (AREOSA, 2021).

A teoria foca na dicotomia entre os desejos de realização do sujeito e as condições de trabalho que podem gerar decepções e dor. Dessa forma, analisa os conflitos internos e externos que afetam a subjetividade dos indivíduos no contexto laboral, buscando compreender como esses fatores influenciam no comportamento e na tomada de decisão dos sujeitos (CARVALHO *et al.*, 2014).

O trabalho, nesse contexto, é considerado um elemento primordial para a constituição do sujeito e a Psicodinâmica passa a se preocupar e a tomar como objeto de seus estudos as estratégias desenvolvidas para a manutenção da normalidade em detrimento da doença psíquica (DAMASO *et al.*, 2014).

O foco da abordagem da Psicodinâmica está no estudo da normalidade e não da patologia: o objetivo é compreender como os trabalhadores são capazes de manter certo equilíbrio psíquico mesmo quando submetidos a situações de trabalho desestruturantes (FRANÇA; MOTA, 2021), ou ainda, por qual razão alguns

trabalhadores que atuam em uma mesma organização e sob as mesmas condições adoecem e outros não (MONTALVÃO, 2018).

Nos primeiros estudos da Psicodinâmica, verificou-se que as pressões que realmente eram desestabilizadoras da saúde mental dos trabalhadores decorriam da organização do trabalho. Neste ponto, surgiu a diferente conceituação para o que sejam as condições do trabalho e a organização do trabalho (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010), conceitos a respeito dos quais vale a pena debruçar uma explicação mais específica.

As condições do trabalho guardam relações com contextos físicos, mecânicos, químicos e biológicos envolvidos no ambiente de trabalho e as pressões decorrentes das condições incidem sobre o corpo do trabalhador, causando desgaste, envelhecimento e doenças (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

De outro modo, a organização do trabalho guarda relação com a divisão do trabalho e a divisão de homens (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010). Refere-se à maneira como as tarefas são divididas, ao conteúdo dessas tarefas, ao sistema hierárquico e às relações de poder no ambiente de trabalho.

Na construção desse entendimento sobre a organização do trabalho, a abordagem Psicodinâmica se utiliza também dos conceitos de *trabalho prescrito*, que é aquele previamente determinado, formalmente previsto, instruído e que deve ser concebido; e *trabalho real*, que é o efetivamente executado, com ajustes, reorganização e adaptação (DEJOURS, 1999).

O trabalho prescrito se refere às tarefas, normas e regras estabelecidas formalmente pela organização. Antecede a execução da tarefa e estabelece as diretrizes e normas para sua realização. Ele é responsável por orientar, burocratizar e fiscalizar o processo de trabalho. É o objetivo a ser alcançado, o modo operatório estabelecido pela organização do trabalho. Pode gerar tanto reconhecimento quanto punição, dependendo do resultado alcançado (DAMASO *et al.*, 2014; GONÇALVES, 2014).

Em outros termos, trabalho prescrito é a forma como a entidade empregadora concebe e organiza o modo de realização do trabalho, incluindo as tarefas a serem executadas, os horários de trabalho, as regras, as normas, os procedimentos, os recursos materiais e humanos para cada função, tipos de máquinas utilizadas, entre outros aspectos. O prescrito é projetado para determinar como o trabalho real deve ser executado (AREOSA, 2021). Consiste nas atividades

que são apresentadas aos trabalhadores como aquelas que devem ser realizadas de acordo com normas e definições precisas – a tarefa a ser cumprida – cujas orientações normalmente são fornecidas considerando uma situação modelo, ignorando as variabilidades das situações reais de trabalho (GUEDES, 2017).

Trabalhar, no entanto, exige lidar com uma realidade muito mais complexa do que aquela prevista pela prescrição. Mesmo que o design do trabalho esteja bem elaborado, ele nunca pode prever todas as circunstâncias, os constrangimentos, as dificuldades e os obstáculos que podem surgir durante a sua realização prática. O trabalho envolve lidar com o inesperado, o imprevisto e com aquilo que foge da prescrição, independentemente da qualidade da concepção e da precisão dos procedimentos. Estamos, dessa maneira, no âmbito do trabalho real (GUEDES, 2017; AREOSA, 2021).

O trabalho real envolve a expertise e a habilidade do trabalhador que vai além do que está prescrito, não se encontrando previsto formalmente. É uma dimensão importante da organização que não pode ser ignorada. O conhecimento tácito, a experiência e a criatividade do trabalhador são fundamentais para a execução das tarefas e, muitas vezes, são responsáveis por soluções inovadoras para problemas complexos que não foram previstos na prescrição do trabalho (DAMASO *et al.*, 2014).

É no momento da execução da tarefa que podem surgir imprevistos, contradições e falhas não previstas no trabalho prescrito. O trabalho real envolve o desconhecido, o inédito e, constantemente, é acompanhado de um sentimento de surpresa e afetividade por não ter se vivido situação similar antes. É importante que as organizações estejam preparadas para lidar com o imprevisto e para flexibilizar o trabalho prescrito quando necessário, a fim de garantir um ambiente de trabalho saudável e produtivo (GONÇALVES, 2014).

Há um aspecto central nessa dicotomia: a forma como o trabalho é prescrito e imaginado tende a ser substancialmente diferente da forma como ele é executado na prática, ou seja, o trabalho real. Para a Psicodinâmica do Trabalho, existe uma distância, uma lacuna entre o trabalho prescrito e o trabalho real, já que o prescrito nunca é suficiente para dar conta da complexidade do trabalho real (GONÇALVES, 2014; AREOSA, 2021).

Seguir as prescrições à risca pode comprometer a qualidade do trabalho, na medida em que o trabalho real é uma atividade humana e está sujeito a fatores

subjetivos, como emoções, valores e motivações. A mobilização desses fatores é relevante para que o trabalho seja realizado com eficiência e qualidade. Por isso, é essencial que as organizações ofereçam um ambiente de trabalho que valorize o trabalhador como ser humano, respeitando suas habilidades e seus conhecimentos, e que promova flexibilidade na prescrição do trabalho, de forma a lidar com a complexidade do trabalho real (GONÇALVES, 2014).

A distância entre o trabalho prescrito e a realidade é inevitável, já que as situações de trabalho estão sujeitas a eventos inesperados, falhas no funcionamento, incoerências organizacionais e imprevistos decorrentes do uso de materiais, ferramentas e das relações interpessoais com colegas, chefes, subordinados, equipes e, até mesmo, clientes. Destarte, o trabalho não se limita apenas à execução, pois é necessário que o trabalhador inove e adicione elementos para garantir que as coisas corram bem (GOMEZ *et al.*, 2021).

Nesse sentido, corroborando com o entendimento de Dejours (1992), Pereira e Sousa (2021) explicam que trabalhar é atuar para preencher a lacuna entre a atividade prescrita e a real e representa todo o esforço pessoal que o indivíduo empreende para executar as tarefas. O trabalho real implica na capacidade do trabalhador em encontrar soluções e retomar o controle da ação por meio do imprevisto e da elaboração de novos procedimentos que deem conta daquilo que não está prescrito (PEREIRA; SOUSA, 2021).

Esse esforço de conciliação entre o que é prescrito para o trabalho e o que é realizado pode ser fator gerador de sofrimento. Isso porque o cumprimento estrito de prescrições, competências, procedimentos delineados para a execução de tarefas e todas as instruções é praticamente impossível. A organização do trabalho não se aproveita propriamente do sofrimento do trabalhador, mas sim, das estratégias de defesa desenvolvidas para superar esse sofrimento e que aumentam a produtividade dos trabalhadores. É nesse contexto que a Psicodinâmica do Trabalho revela a razão do interesse da organização do trabalho na evolução de mecanismos defensivos adequados, de modo que se possam obter diversas formas de vantagem a partir daquilo que seria só sofrimento (FERREIRA *et al.*, 2017).

É o caso, por exemplo, dos procedimentos defensivos utilizados em prol do aumento da produtividade, como, por exemplo, a ocorrência de uma aceleração frenética da cadência de trabalho com o intuito de se vencer o aborrecimento, o que

causa desequilíbrio da própria quietude do indivíduo, mas que se aproveita de forma positiva para a organização (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

Na evolução dos estudos de campo, percebeu-se como o sofrimento é utilizado e explorado pela organização do trabalho: as defesas coletivas constituem forma de adaptação às pressões e acabam promovendo uma seleção daqueles trabalhadores adaptados, gerando uma espécie de perseguição e até a exclusão daqueles reticentes (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

A Psicodinâmica do Trabalho encara o homem como sujeito pensante e não como uma marionete das pressões organizacionais. O sujeito pensa as suas relações com o trabalho, cria interpretações sobre suas condições, socializa essas condições em atos intersubjetivos e reage, reorganiza o próprio processo de trabalho, contribuindo para a “construção e evolução das relações sociais do trabalho” (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010, p.140).

Sob esse enfoque, as organizações do trabalho são grandes responsáveis pelas vivências de prazer e sofrimento dos indivíduos. A forma como se põe em prática o trabalho prescrito pode tornar seu desempenho prazeroso ou transformá-lo em uma experiência de sofrimento desencadeadora de patologias (MENDES; MORRONE, 2002).

A organização do trabalho possui uma influência específica sobre a psique humana, tendo impacto direto no aparelho psíquico. Além disso, as experiências de prazer e/ou sofrimento são parte constante do cotidiano de trabalho e podem ser expressas por meio de sintomas relacionados ao contexto sócio-profissional e à estrutura de personalidade de cada indivíduo. O sofrimento pode ter origem na história pessoal de cada trabalhador, juntamente com seus projetos, seus desejos e suas expectativas eventualmente ignorados pela organização do trabalho. Além disso, o trabalho pode ser carente de significado, sem suporte social, sem reconhecimento, ou pode se tornar ameaça à integridade física e/ou psíquica, podendo ocasionar sofrimento psicológico (MENDONÇA, 2020).

Em outras palavras, de acordo com Pereira e Sousa (2021), a organização do trabalho não é a mera divisão de tarefas entre operadores, ritmos impostos e modos operatórios prescritos ou estabelecidos. É a divisão dos homens, verificada nas hierarquias, nas repartições de responsabilidade e nos sistemas de controle. Assim, a diferença entre o trabalho que é prescrito e o trabalho que é realizado tem

consequências significativas para o bem-estar dos trabalhadores, bem como para a eficiência e a eficácia do processo produtivo (GUEDES, 2017).

O trabalho real é supostamente destinado a adaptar-se ao trabalho prescrito, contudo, é comum observar que o trabalho real acaba por transformar o trabalho prescrito. É importante destacar que essas duas formas de trabalho são indissociáveis, e a sua relação é fundamental para a efetividade e qualidade do trabalho (AREOSA, 2021). As atividades realizadas pelos trabalhadores requerem ajustes nos modos de operação para se adequarem à realidade (GUEDES, 2017).

De acordo com Dejours (1999), todo trabalho implica em ajustes e na gestão da distância entre a organização do trabalho prescrito e a organização do trabalho real. Nas situações em que esses ajustes não são possíveis e a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada, tem início o sofrimento: a energia pulsional que não acha descarga no exercício do trabalho se acumula no aparelho psíquico, ocasionando sentimentos de desprazer e tensão (DEJOURS, 1992).

O trabalhador, nesse contexto, em hipótese alguma será considerado como um indivíduo isolado: ele sempre será parte ativa nas relações, seja em relação a outros trabalhadores, com quem construirá estratégias defensivas coletivas, em relação aos seus pares, aos superiores hierárquicos ou aos subordinados, visando o reconhecimento e a validação de sua utilidade ou a confirmação de sua autoridade (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

A abordagem Psicodinâmica tem caráter intersubjetivo: privilegia relações com outros indivíduos e com o coletivo. A organização do trabalho é integrada por uma relação intersubjetiva e social (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

Ao se considerar que a definição prescrita da organização real do trabalho é insuficiente para compreensão da realidade produtiva e que essa organização técnica passa por uma integração humana que define sua forma final concreta, entende-se que a organização do trabalho é determinada pelas relações sociais de trabalho e pela intersubjetividade (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

A prova de que a organização do trabalho é intersubjetiva é verificada ao se observar empresas com organização do trabalho idênticas, implantadas em locais diferentes, que têm funcionamento real visivelmente distinto (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010). Por conseguinte, verifica-se que a Psicodinâmica do Trabalho é voltada para a coletividade de trabalho e não para os indivíduos de forma isolada.

Toda intervenção que pretenda propiciar benefícios ao indivíduo que suporta sofrimento psíquico no ambiente do trabalho é planejada para a organização do trabalho onde os indivíduos atuam (FRANÇA; MOTA, 2021).

Como destaca Dejours (1999), é justamente nesse ambiente organizacional, nesse espaço de atuação na organização do trabalho, que a distância entre o trabalho prescrito e o trabalho executado deverá ser gerenciada com a promoção de ajustes e rearranjos que evitem o sofrimento. Nesse contexto, o indivíduo realiza investimento psíquico e desenvolve estratégias visando modificar a realidade do trabalho. Assim, a análise da problemática do engajamento e da mobilização que a organização do trabalho exige do sujeito trabalhador é fundamental (FERREIRA *et al.*, 2017).

As formas de organização do trabalho podem ter implicações significativas na saúde e bem-estar dos trabalhadores: aquelas organizações que têm maior flexibilidade, que aceitam negociar ou promover ajustes em suas atividades, possibilitam a transformação da realidade do trabalho e promovem um ambiente mais saudável e produtivo, à proporção que um sistema rígido pode limitar a liberdade e a criatividade, levando à insatisfação e aos problemas de saúde (GONÇALVES, 2014; FRANÇA; MOTA, 2021).

França e Rodrigues (2014) expõem o trabalho como fonte de desenvolvimento, autonomia pessoal e profissional, evolução e reconhecimento. Explicam, em contrapartida, que o trabalho também pode causar sofrimento em razão de dificuldades, estresse, indignação, descontentamento, falta de entusiasmo e inércia. Em razão disso, podem surgir doenças ocupacionais, relacionadas ao trabalho. Doenças mentais não são necessariamente causadas diretamente pelo trabalho, porém, podem ser desencadeadas por ele. O sofrimento relacionado à experiência de trabalho pode levar o trabalhador à doença, porque limita os "comportamentos livres", isto é, as tentativas de transformar a realidade circundante de acordo com os desejos do sujeito, devido à dificuldade de conciliar seus desejos com as exigências da organização do trabalho (CARVALHO *et al.*, 2014).

França e Mota (2021, p.13) elucidam que o sofrimento provém

do confronto entre a aspiração do trabalhador e a organização do trabalho e que essas organizações, através da flexibilização, valorização e reconhecimento, podem contribuir, consideravelmente, para a transformação do panorama da saúde ocupacional e da qualidade de vida do trabalhador.

Essas vivências de sofrimento no ambiente de trabalho geralmente estão relacionadas a fatores como a política organizacional da empresa, a padronização de atividades que subestimam as habilidades técnicas e a inovação, a rigidez hierárquica, a falta de participação nos processos decisórios, a ausência de reconhecimento e poucas oportunidades de progresso na carreira (FRANÇA; MOTA, 2021).

A noção do prazer advindo do trabalho resulta de uma relação permeada por dualismos, porquanto o prazer deriva do sofrimento transformado. Ainda consoante França e Mota (2021, p. 17), “Não é factível falar em prazer sem incorporar o debate sobre o sofrimento, isto é, existe sofrimento sem o prazer, contudo, raramente, o prazer sem o sofrimento”.

A vivência de experiências dolorosas é característica do sofrimento no trabalho: os sentimentos de frustração que emergem no espaço entre os desejos dos indivíduos e a ausência de possibilidade de realização geram medo, angústia e insegurança. Ademais, esses sentimentos podem representar somente a superfície do que seja o sofrimento do trabalhador, pois quando este julga ser o responsável por se sentir assim, inevitavelmente acaba somando aos fatores de sofrimento um sentimento de incapacidade e de que seu esforço e sua dedicação são inúteis (ALCADIPANI; MEDEIROS, 2016).

Ainda na esteira de se buscar o entendimento a respeito do sofrimento no trabalho, é inevitável recorrer à psicopatologia. O termo psicopatologia nem sempre designa resultados patológicos. A palavra *pathos*, etimologicamente, diz respeito também ao sofrimento e não somente à doença ou loucura. O termo designa os processos psíquicos desencadeados pelo sofrimento, independente da presença de caráter mórbido (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

Na evolução dos estudos da psicopatologia, chegando à Psicodinâmica, deixa-se de focar nas doenças mentais do trabalho e passa-se a estudar como os trabalhadores resistem às pressões psíquicas do trabalho, mantendo a “normalidade”. Há uma redefinição do objeto de estudo: o sofrimento, que se coaduna com a normalidade e com o resguardo do equilíbrio psíquico, passa a ser o objeto de pesquisa. O sofrimento aqui aparece como vivência subjetiva colocada entre a doença mental descompensada e o bem-estar psíquico (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

Na análise conceitual de França e Mota (2021, p.5), “o sofrimento está relacionado ao desgaste físico, intelectual e emocional dos trabalhadores, o que revela disparidade entre o trabalho prescrito e o real”. Para Dejours (1992), sofrimento pode decorrer do corpo (ações mecânicas de ordem ergonômica) ou do psiquismo (insatisfação em relação aos significados das atividades e falta de reconhecimento). O sofrimento relacionado ao trabalho pode levar à ocorrência de problemas e doenças mentais – caracterizando o que se denomina sofrimento patogênico, ou, de outro modo, mobilizando, no próprio sujeito, situações de melhorias para sua vida, característica do chamado sofrimento criativo.

O sofrimento no trabalho, desse modo, não deve ser confundido com doença, assim como o prazer não deve ser visto como sinônimo de saúde (GONÇALVES, 2014). É um conceito que não se restringe ao caráter pejorativo ou ao senso comum (SOLDERA, 2016), no sentido de tristeza, pesar ou morbidade.

O sofrimento surge quando o trabalhador não consegue negociar com a realidade imposta pela organização do trabalho, tornando-se mais intenso à medida que a organização do trabalho não permite flexibilidade, liberdade e recursos para transformar o sofrimento em algo construtivo e criativo (GONÇALVES, 2014).

O sofrimento pode trazer instabilidade ao trabalhador, atingindo seu equilíbrio psíquico e acarretando problemas mentais. A normalidade, contudo, também encontra fundamento no trabalho: quando ocorrem ajustes entre o sofrimento e as estratégias coletivas ou individuais desenvolvidas contra ele que podem transformá-lo, experiências de prazer podem emergir (FRANÇA; MOTA, 2021).

Em outros termos, o sofrimento, em seu aspecto dinâmico, funciona como um estado de luta do indivíduo contra as pressões que levam à doença mental no âmbito da organização do trabalho. Nas fases iniciais de estudo da psicopatologia, o sofrimento era considerado somente em seu aspecto negativo e mórbido, todavia, a revisão de sua conotação bivalente é repensada no âmbito da Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

Uma das causas mais evidentes de sofrimento no trabalho advém das questões relacionadas ao reconhecimento. O reconhecimento é um processo em que o trabalhador recebe a apreciação positiva pelo seu desempenho, esforço e sua dedicação, gerando sentimento de gratidão e assegurando a sua identidade. Esse reconhecimento pode vir dos colegas de trabalho, chefias ou do grupo social,

permitindo que o trabalhador se aproprie e dê novo significado ao seu sofrimento (GOMEZ *et al.*, 2021).

Quando não há o reconhecimento de que o trabalho é importante e exerce função social útil, o ego pode se sentir perdido em um universo social rarefeito. Além disso, nós, como seres sociáveis em sociedades individualistas, sentimos falta de maior coesão social, de relações humanas duradouras e de objetivos significativos. Em resumo, o reconhecimento desempenha papel positivo ao transformar o sofrimento resultante do trabalho em prazer, consolidando o ego e fortalecendo a identidade (AREOSA, 2021).

A falta de reconhecimento pode levar ao desgaste emocional e prejudicar a eficácia do indivíduo. Quando o trabalhador é desvalorizado, o trabalho perde o sentido e o indivíduo pode sentir que sua identidade não é validada. Além disso, pode ampliar o sofrimento e abrir caminho para o desenvolvimento de problemas de saúde mental e física, como depressão, ansiedade, dependência química, isolamento e solidão, entre outros (DAMASO *et al.*, 2014).

Ao passo que o trabalhador é reconhecido, ele se desenvolve e se transforma. O reconhecimento pode assumir diversas formas, como o reconhecimento da contribuição individual do trabalhador na organização do trabalho, quando identifica falhas no processo prescrito e o aprimora com suas contribuições. Ademais, o reconhecimento pode vir por meio da valorização e agradecimento da organização pelo êxito alcançado, fruto da colaboração e esforço do trabalhador. Em outros termos, reconhecimento é uma forma de valorizar e reconhecer o esforço e sofrimento do trabalhador em sua atividade (GONÇALVES, 2014). O reconhecimento externo é crucial para dar sentido ao trabalho e para a construção da identidade de cada indivíduo (DAMASO *et al.*, 2014).

A trajetória percorrida desde as origens da Psicodinâmica permite uma redefinição sobre o que seja sofrimento, que deixa de ser uma noção descritiva da psicopatologia e passa a ser empírico, dinâmico e dotado de consistência metapsicológica e teórica. As condições sociais e psicológicas em que o trabalhador se insere determinam se o sofrimento desencadeará reações defensivas ou criativas (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

Chega-se, nesse ponto, à distinção entre o sofrimento criador e o sofrimento patogênico: este último aparece quando as alternativas de ajustes no ambiente de trabalho foram esgotadas, não havendo liberdade para transformar ou aperfeiçoar a

organização do trabalho, restando somente pressões fixas, repetidas e frustrantes, que geram sentimento de impotência, medo ou aborrecimento. Segundo Dejours e Abdoucheli (2010, p.137),

Quando foram explorados todos os recursos defensivos, o sofrimento residual, não compensado, continua seu trabalho de solapar e começa a destruir o aparelho mental e o equilíbrio psíquico do sujeito, empurrando-o lentamente ou brutalmente para uma descompensação (mental ou psicossomática) e para a doença.

O desafio prático é identificar as ações capazes de transformar a consequência do sofrimento, já que sua eliminação não é possível. Sofrimento transformado em criatividade pode ser benéfico e o trabalho pode ser forma de mediação para a saúde do trabalhador. De outro modo, se o sofrimento for patogênico, o trabalho passa a ser mediador de desequilíbrio e debilitador da saúde (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

Nesse sentido, a compreensão da normalidade traz para si o *status* de objeto de investigação científica, focando nas estratégias de defesa diante do sofrimento e não só no sofrimento e no adoecimento do trabalhador. O sofrimento comprovadamente pode desencadear comportamentos criativos e contribuir positivamente para a constituição da identidade do trabalhador, o que eleva sua estabilidade psíquica, fazendo com que o trabalho seja mais prazeroso e saudável (FRANÇA; MOTA, 2021).

O estudo da Psicodinâmica, desse modo, depara-se com um enigma: como é possível que o trabalhador mantenha equilíbrio psíquico em condições precárias de trabalho, em que há constrangimento e pressão intensos? (CARVALHO *et al.*, 2014). Uma das maiores contribuições dessa abordagem é sua capacidade de unir teoria e empirismo para compreender como os trabalhadores são capazes de manter sua saúde mental, apesar das condições precárias e desreguladas do mundo do trabalho atual (AREOSA, 2021).

A Psicodinâmica demonstra o fato de que, apesar do contexto laboral, o trabalhador não entra em colapso e é capaz de desempenhar suas tarefas sem apresentar transtornos psíquicos que seriam esperados (CARVALHO *et al.*, 2014). No que tange aos conceitos teóricos dessa abordagem, tem-se que as defesas desenvolvidas face ao sofrimento no trabalho podem ser entendidas como estratégias elaboradas pelos trabalhadores (sejam elas individuais ou coletivas) para a manutenção do equilíbrio psíquico ou da normalidade (SOLDERA, 2016).

A partir da articulação entre macetes, truques e habilidades pontuais utilizadas para contornar as pressões diárias, nascem princípios reguladores direcionados para a ação e gestão das dificuldades do trabalho. Essas regras surgem no plano individual, estendem-se ao coletivo do trabalho e por vezes acabam dando margem a conflitos e arbitrariedades que podem impactar na organização técnica do trabalho (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

Estratégias de defesa desenvolvidas e utilizadas individual e coletivamente promovem a moderação do sofrimento causado no trabalho e proporcionam o equilíbrio psíquico e a adaptação a circunstâncias adversas (FRANÇA; MOTA, 2021). Dejours e Abdoucheli (2015, *apud* FRANÇA; MOTA, 2021, p. 6) definem estratégias defensivas como métodos utilizados pelos trabalhadores “para omitir ou diminuir a compreensão da realidade que produz o sofrimento”.

De acordo com a Psicodinâmica do Trabalho, os trabalhadores desenvolvem estratégias individuais e coletivas como ajustes ao sofrimento e para manter a normalidade do seu funcionamento psíquico. Funcionam como um escudo utilizado pelos trabalhadores. Essas estratégias podem ser sutis, engenhosas, diversas e inventivas (AREOSA, 2021).

A análise dessas estratégias revela como os trabalhadores lidam com o sofrimento no contexto de trabalho marcado pelas adversidades, evidenciando que muitas vezes prevalece uma aparente normalidade em detrimento da manifestação de doenças mentais. Isso revela que os trabalhadores não permanecem passivos diante do sofrimento, mas buscam ativamente recursos para lidar com ele e evitar a descompensação (DAMASO *et al.*, 2014).

Estratégias defensivas individuais têm maior prevalência, como, por exemplo, o silêncio diante daquilo que faz sofrer (como na presença do patrão) ou a completa negação do sofrimento (CARVALHO *et al.*, 2014). Ao mesmo tempo, estratégias de cunho individual possuem uma relação de ligação com a possibilidade de se concretizar os desejos do trabalhador, caracterizando alternativa que mantém o funcionamento psíquico do indivíduo (FERREIRA *et al.*, 2017).

As defesas coletivas dos trabalhadores são caracterizadas pela inibição de comportamentos, como o silenciamento do medo, a rejeição das regras de segurança e o humor diante do risco de acidentes. São defesas que reprimem os desejos dos indivíduos, estabelecendo uma lógica de alienação sem alternativas, um conformismo que pode servir para aliviar o sofrimento, mas que não possibilita que

os desejos se concretizem. Estabelece-se uma forma de negação ao sofrimento dos outros, resultando em exclusão e desvalorização dos trabalhadores, e que os responsabiliza por suas condições precárias de atuação (CARVALHO *et al.*, 2014; FERREIRA *et al.*, 2017).

Entre as diferentes pressões do trabalho e a doença mental está o indivíduo, que desenvolve suas reações de defesa em função de fatores particulares, como história pregressa e personalidade de cada sujeito. Logo, a *estrutura mental* de cada indivíduo sofre o impacto da doença mental de diferentes formas, em caso de descompensação entre as pressões e as estratégias defensivas (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

Esses processos psíquicos elaborados pelos sujeitos na construção de alternativas compõem forma específica de inteligência: a “inteligência astuciosa” ou inteligência prática (GONÇALVES, 2014). É uma inteligência que nasce do corpo, nas percepções e na intuição sensível do trabalhador, nasce do sofrimento, da vivência do trabalho e da necessidade de reinventá-lo diante das pressões da organização. A inteligência astuciosa pode, além de atenuar o sofrimento, conduzir às experiências de prazer (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010).

Conclui-se que as estratégias defensivas se desenvolvem a partir do sofrimento. O nascimento dessas estratégias também percorre um caminho que, de acordo com Dejours e Abdoucheli (2010), tem origem no plano individual, a partir da inteligência astuciosa do indivíduo. Sem pretender se alongar na explicação acerca do conceito de inteligência astuciosa, que encontra maior explanação no campo da Psicologia, pode-se resumir seu significado como sendo resultado da curiosidade que cada indivíduo teve, quando era criança, para entender suas origens e os fatores que permitiram sua vinda ao mundo. Para a Psicologia, o grau de curiosidade para ativar a inteligência astuciosa no ambiente de trabalho equivale ao eco simbólico que ressoa em relação àquela curiosidade da infância.

A inteligência astuciosa é o embrião da estratégia defensiva: nasce no plano individual, elabora-se no espaço psíquico privado. Para se tornar eficaz socialmente, desse modo, precisa de validação social, sob pena de permanecer velada. Nesse ponto, importa retomar a questão do reconhecimento. A validação da estratégia inventada a partir da inteligência astuciosa passa por dois momentos: (i) reconhecimento pela hierarquia, que dita se há utilidade no recurso inventado, e (ii) o reconhecimento pelos pares, que são os responsáveis por avaliar a qualidade da

invenção. Com o reconhecimento, o sujeito tem a vantagem de ser visto como original, único, o que capitaliza sua inteligência (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010). Assim, a estratégia defensiva nasce no plano privado, no entanto, ganha significado no plano coletivo.

Observa-se que ainda que o sofrer seja individual, os meios de defesa emergem de forma a criar sistemas específicos de defesa da ordem coletiva, que pretendem defender o que não pode ser combatido pelas defesas de ordem individual (FERREIRA *et al.*, 2017). Nesse contexto, o reconhecimento não está baseado em recompensas materiais, e sim, no reconhecimento simbólico por parte dos superiores e dos colegas de trabalho (DAMASO *et al.* 2014). É por meio do reconhecimento recebido, portanto, especialmente dos pares, que o trabalhador fortalece sua identidade, saúde e bem-estar no trabalho, reduzindo sua vulnerabilidade aos riscos do trabalho. O reconhecimento é crucial na prevenção do sofrimento no trabalho, pois confere significado aos esforços do trabalhador e atribui dignidade ao ato de trabalhar (AREOSA, 2021).

O procedimento defensivo ao sofrimento, portanto, permite certa evolução do indivíduo e da organização do trabalho, não se limitando a adaptações às pressões rígidas (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010). Entretanto, um aspecto que pode ser negativo na adoção da estratégia defensiva é a utilização de recursos como o silêncio, a cegueira e a surdez diante do sofrimento alheio no ambiente de trabalho, surgindo certa resistência ao ambiente, caracterizada por indiferença e individualismo exacerbado (FERREIRA *et al.*, 2017).

Quando as estratégias defensivas são utilizadas em excesso, até que percam seu efeito, o sujeito pode ser acometido por um sofrimento prolongado que, camuflado, pode levar a consequências graves para a saúde mental, incluindo o adoecimento patogênico (FERREIRA, 2013; DAMASO *et al.*, 2014). Em outras palavras, podem levar a uma insensibilidade ao sofrimento que não é conscientemente percebida, um tipo de anestesia que capaz de conduzir à alienação no trabalho. Devido a isso, a alienação é vista como consequência da subjetividade sufocada pela organização do trabalho (CARVALHO *et al.*, 2014).

As estratégias defensivas utilizadas adequadamente mobilizam os trabalhadores em busca de reconhecimento, elemento fundamental no processo de construção da identidade do trabalhador e que promove relação mais recompensadora com o trabalho. O alcance de um estado saudável de normalidade,

consequentemente, não é indicador da ausência de sofrimento, mas significa que o indivíduo faz uso de métodos que possibilitam a ressignificação do sofrimento gerado, levando ao equilíbrio entre as vivências de prazer e sofrimento no âmbito da organização do trabalho (FRANÇA; MOTA, 2021).

Diante do exposto, a utilização da Psicodinâmica do Trabalho como referencial para identificar as vivências de sofrimento e as estratégias defensivas correspondentes no âmbito do trabalho policial e se revela como aparato teórico amplo e sólido, apto a fundamentar o estudo proposto.

2.2 Análise do Discurso

Considerando que a Análise do Discurso é parte integrante da metodologia utilizada nesta pesquisa, para fins de contextualização, é razoável fornecer um breve resumo sobre o desenvolvimento teórico desse campo ao longo da história, bem como abordar de forma concisa os conceitos relacionados aos elementos discursivos que serão avaliados nos dados coletados.

A construção do aparato teórico e da materialidade metodológica da disciplina tem início no final da década de 1960, a partir da grande contribuição de Michel Pêcheux, quando houve uma tensão em relação aos conceitos da Linguística de Ferdinand Saussure, que, em linhas gerais, analisava a linguagem separando a língua da fala, em um enfoque puramente sistêmico estruturalista (PÊCHEUX, 1997). Ainda que a Linguística ocupasse um importante papel na construção das Ciências Humanas, passou a ser insuficiente, trazendo à tona a necessidade do estudo do sujeito e da História (BARROS, 2015).

Instalou-se um cenário de progresso da Linguística, no qual a linguagem vista sob o sistema saussuriano era limitada, ou seja, o sentido não cabia mais apenas como conteúdo e era preciso redirecionar a análise para compreender como um texto funciona (LARUCCIA; NASCIMENTO; PAULON, 2014).

Nesse período, uma mudança ocorre na forma como era concebida a “leitura”, que passa de uma atividade de decodificação a um modo de construção de um dispositivo teórico. “A fala, o sujeito, a ideologia, o social, a história e a semântica são trazidas para as discussões linguísticas. Surge, então, a Análise de Discurso Francesa” (LARUCCIA; NASCIMENTO; PAULON, 2014, p. 28).

Inicia-se uma busca pela compreensão do fenômeno da linguagem não mais com foco somente na língua enquanto estrutura e sistema ideologicamente neutro,

mas sim, em um patamar situado além do polo da dicotomia significante-significado de Saussure: é a essa instância da linguagem que se designa como discurso (LARUCCIA; NASCIMENTO; PAULON, 2014).

A Análise do Discurso passa a ser utilizada como disciplina de entremeio, dando início ao desenvolvimento dos conceitos e métodos nela utilizados nos dias atuais (BARROS, 2015), revelando-se definitivamente interdisciplinar. A enunciação passa a ser estudada em relação ao contexto, “enquanto materialidade da ideologia, de conceitos e práticas sociais inscritas no espaço-tempo” (BARROS, 2015, p. 45), fazendo com que a disciplina da Análise do Discurso aliasse-se à Sociologia e à História e estabelecesse um relacionamento transversal com a Linguística, a fim de compreender seu objeto: o discurso.

O termo "discurso" tem sua origem etimológica na ideia de curso, movimento e dinamismo. Isso significa que o discurso é uma palavra em movimento, uma prática de linguagem. Por princípio, o discurso não se fecha e não se encerra em si, visto que é um processo em constante evolução. Ele não é composto apenas de textos, mas de uma prática social que constitui a história da sociedade. É por essa razão que o discurso pode ser considerado como parte integrante das práticas que moldam a sociedade em sua trajetória histórica (ORLANDI, 2007a).

O discurso, em vista disso, não pode ser estudado como um objeto apartado da realidade, uma vez que ele é essencialmente constituído e, ao mesmo tempo, constituinte dos indivíduos integrantes de relações intersubjetivas. Orlandi (2007a, p. 21) conceitua as relações de linguagem como sendo “relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores”.

De acordo com Saraiva *et al.* (2009), discursos não são neutros, tendo em vista que carregam em si marcas da ideologia que os constituem, seja forma implícita ou explícita. Essa premissa derruba a noção de neutralidade que os funcionalistas insistem em querer associar às questões da ciência, bem como das organizações. O cotidiano de homens e de organizações não se coaduna com análises pretensamente neutras.

A linha francesa da Análise do Discurso, nesse sentido, atrela uma perspectiva histórica à análise do texto, buscando demonstrar as relações entre linguagem e ideologia. No desenvolvimento dessa proposta, “a corrente francesa extrapola os limites da linguística e busca desvendar as questões filosóficas,

políticas, culturais, econômicas que permeiam o texto” (RODRIGUES; DELLAGNELO, 2013, p. 627).

A formação discursiva, para Pêcheux, é compreendida como o contexto que determina o que pode e deve ser dito em uma dada conjuntura (PÊCHEUX, 1995). Os dizeres que constituem um discurso não são “mensagens a serem codificadas, mas trazem efeitos de sentidos produzidos em condições históricas determinadas, que estão presentes no modo como se diz o que se diz” (PEREIRA; BRITO, 2009, p. 64).

Para Faria (2015, p. 59), qualquer discurso carrega expressão ideológica, “pois o sujeito não é um ‘indivíduo autônomo’ que fala por si, mas um sujeito que pertence ao coletivo e, deste modo, consciente ou inconscientemente, apodera-se do discurso coletivo e de seu sentido”. A relação de pertencimento a um coletivo e à sua ideologia é uma condição inevitável para que o indivíduo se torne sujeito do seu discurso.

Ainda que haja certa impressão de autonomia em seu discurso, o sujeito livremente submete-se às condições de produção impostas por uma ordem estabelecida (PÊCHEUX, 1993 *apud* FARIA, 2015). Dito de outro modo, as formações ideológicas (vozes das condições de produção) permeiam as formações discursivas (aquilo que pode e deve ser dito).

Nesse sentido, Faria (2015, p. 62) ressalta que:

Para o pesquisador, em seu processo de construção do conhecimento científico, a perspectiva de Pêcheux sugere que é necessário, na análise do discurso, dominar a expressão ideológica e o sentido do discurso coletivo em que a fala ou o texto se insere para se sentir autorizado a interpretá-los. Portanto, o discurso não pode, nesta perspectiva, ser interpretado à luz de uma teoria prévia, de um esquema de interpretação separado do lugar de sua produção concreta. Ao pesquisador não cabe julgar o discurso ou tentar enquadrá-lo em um esquema aprioristicamente montado para entendê-lo, mas interpretá-lo a partir de seu lugar de constituição.

Os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso não são dados por propriedades da língua em si: as palavras só ganham sentido em virtude das formações discursivas a que pertencem e que, por seu turno, são representações das formações ideológicas (LARUCCIA; NASCIMENTO; PAULON, 2014).

Dito isto, é importante explicar também mais um elemento constitutivo das formações discursivas: o interdiscurso. O estudo da ligação entre as circunstâncias de um discurso não deve levar em conta somente as condições sócio-históricas: deve considerar também a articulação entre memória discursiva e contexto

(PÊCHEUX, 1993 *apud* PEREIRA; BRITO, 2009). Interdiscursos, nesse sentido, são os vários discursos já ditos e que integram a memória discursiva do sujeito e que perpassam seu discurso atual.

O interdiscurso, na explicação de Pereira e Brito (2009, p. 69), faz com que o discurso seja dotado de heterogeneidade, à medida que estabelece um “diálogo com ‘outras vozes’, é o ‘não dito’ ou não explicitado no discurso”. O interdiscurso faz um contraponto com o intradiscurso, que é composto pelo enunciado em si, pelos componentes linguísticos explícitos, por aquilo que está dito e precisa ser analisado por meio de hipóteses. “São conteúdos implícitos que dependem da compreensão do contexto pelo coenunciador e são decifrados graças a uma leitura analítica deste” (PEREIRA; BRITO, 2009, p. 70).

O lugar de fala e o espaço de representação social do desempenho de seus papéis definem o sujeito. Cabe ao analista de discurso, promover a relação da linguagem com a sua exterioridade, considerando o homem na sua história e envolto nos processos e nas condições de produção da linguagem. A análise deve considerar a “relação da língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (LARUCCIA; NASCIMENTO; PAULON, 2014, p. 29).

Os textos analisados, para Orlandi (2007a), devem ser vistos como fatos, e não simplesmente como dados. O texto é um espaço significante, no qual ocorrem jogos de sentidos, trabalho de linguagem e funcionamento da discursividade. Como objeto simbólico, ele é passível de interpretação.

Além dos elementos constitutivos do discurso, a ausência de formas de expressão verbais ou escritas também pode ser carregada de sentidos. Segundo Orlandi (2007b, p. 12), “há um sentido no silêncio”. Existe uma produção de sentidos para além da espessura da formulação do dito, do enunciado (a palavra) e do não-dito (o implícito, as hipóteses).

Logo, pode-se afirmar que o silêncio, ao contrário do que parece, não é ausência, mas significação, fundação: esse silêncio pode ser chamado de silêncio fundador. Em outra perspectiva, é possível compreender a ausência do dito ou do não-dito como uma política do silêncio, que é o silenciamento. Na política do silêncio, o dizer do sujeito esconde outros sentidos, outros dizeres, quando se fala uma coisa, pode se esconder outra (ORLANDI, 2007b).

Na análise da relação sujeito-linguagem-história é importante abandonar a ideia pré-concebida de que o silêncio é o vazio. O silêncio é fonte de sentidos e deve

ser estudado sob a perspectiva analítica do discurso, segundo a materialidade que resta definida pela relação estabelecida entre o dito e o não-dito (ORLANDI, 2008).

Com o *corpus* coletado no presente estudo, espera-se fazer uso proveitoso da Análise do Discurso, no intuito de ir além da superfície dos produtos textuais provenientes das entrevistas e captar as mensagens inseridas no contexto de atuação dos entrevistados.

2.3 Histórico e contexto sociocultural do trabalho policial

O presente capítulo será encerrado com uma breve explanação teórica do que seja o cotidiano do trabalho policial civil e da qualidade de vida desses profissionais. Essa noção contribui sobremaneira para a melhor compreensão do contexto que permeia as falas dos policiais pesquisados, cujos trechos principais serão analisados na quarta seção.

O convívio entre seres humanos culminou no surgimento da sociedade, que pode ser definida, de maneira brevíssima e simples, como as relações entre os indivíduos. A ideia de sociedade já aparecia no século IV a.C., com a noção de Aristóteles, que definia o homem naturalmente como um animal político. A polícia, por sua vez, nasceu da necessidade dos seres humanos de sobreviverem em um meio social hostil, sujeito à eventual desorganização social e aos conflitos decorrentes dela (GONÇALVES, 2014).

Na contemporaneidade, a polícia é instituição estatal permanente que tem a atribuição de preservar a ordem pública e a segurança das pessoas e do patrimônio. A função primordial da instituição policial é aplicar a lei e limitar a liberdade dos indivíduos e grupos para manter a ordem pública, regulando a convivência entre as pessoas. Essa concepção de polícia teve sua origem no surgimento do Estado moderno, que foi estabelecido durante a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. A ideia de um Estado absoluto que exercia controle sobre a polícia foi substituída pelo conceito de Estado de Direito, que valoriza a dignidade da pessoa humana (GONÇALVES, 2014).

A origem da polícia no Brasil está intimamente ligada à estrutura policial portuguesa, devido à colonização do país por Portugal. Desde o ano de 1500, com a adoção do sistema de capitanias hereditárias por D. João III, a ideia de promover a justiça e organizar o serviço de ordem pública começou a ser estabelecida. Em 1530, D. João VI concedeu uma carta régia a Martim Afonso de Souza, cujo objetivo

era administrar, promover a justiça e organizar o serviço público. Nesse período, os donatários eram conhecidos como capitães e governadores. É evidente que a história da polícia brasileira está diretamente entrelaçada com a história da colonização do país (BAIERLE, 2014; GONÇALVES, 2014).

Oficialmente fundada em 10 de maio de 1808, impulsionada pela chegada da família real portuguesa ao Brasil, foi criada a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil por D. João VI, baseada no modelo da Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Reino, que já existia em Portugal e possuía os mesmos regulamentos e competências (BAIERLE, 2014; CUBAS *et al.*, 2020).

Essa instituição tinha como objetivo principal o abastecimento da cidade e a responsabilidade pelas obras públicas, além de garantir a segurança individual e coletiva, mantendo a ordem pública, vigiando a população, investigando os crimes e capturando os criminosos, incluindo uma função judiciária. Para essas finalidades, foram designados delegados da Intendência, que eram os representantes das províncias: essa estruturação é considerada o marco histórico da origem da Polícia Civil no Brasil (GONÇALVES, 2014).

Em 1866, o imperador Dom Pedro II decretou a divisão da polícia em civil e militar. Antes dessa separação, a polícia brasileira era uma única corporação. O ramo militar foi representado pelo Corpo Militar de Polícia da Corte, que é a origem das Polícias Militares atuais. Já o ramo civil era composto pela Guarda Urbana, que era subordinada aos delegados do chefe de polícia da corte. A utilização do termo "civil" tornou evidente o discernimento entre a polícia civil e a polícia militar, deixando claras as diferenças, em termos de regime e regras, que orientavam suas funções. Antes da separação, as funções de polícia e justiça eram integradas, o que também mudou em 1871, quando as duas organizações foram divididas em entidades distintas (BAIERLE, 2014).

A demanda por manutenção da ordem pública se tornou mais complexa com o crescimento das cidades, exigindo a criação de diferentes atribuições policiais. Isso resultou no surgimento de diferentes corporações encarregadas da segurança pública conforme se vê até os dias atuais (BAIERLE, 2014).

Apesar de a Polícia ter sido instituída pelos governantes no Brasil com a finalidade de manter vigilância constante, disciplina, controle e reprimir a desordem, o crime e comportamentos inaceitáveis, a análise das atividades policiais diárias revela discrepância entre as expectativas e a realidade. É possível observar que

nem sempre as ações dos agentes policiais estão em conformidade com o que é estabelecido pela legislação vigente. Essa discrepância é influenciada por diversos fatores, que vão desde a disciplina imposta aos agentes e o grau de coesão entre eles, até peculiaridades inerentes ao trabalho policial, como o poder discricionário, que abre espaço para o exercício da liberdade de ação (GONÇALVES, 2014).

Retomando a noção de que a vida social atrai a necessidade da atividade policial, especialmente no meio urbano, nas metrópoles e megalópoles, enquanto o meio rural se tornou um apêndice das cidades, é notório que os grandes centros urbanos apresentam características sociais similares no mundo todo, de acordo com Carvalho (1998, p. 97):

[...] riqueza concentrada nos bairros residenciais de elite, shoppings centers e escritórios das grandes empresas, edifícios suntuosos, [...] que representam a presença do grande capital; a pobreza concentrada nas favelas, periferia ou espalhada pelas ruas, praças e parques da cidade; um emaranhado de avenidas, viadutos, ruas e ruelas por onde circula um tráfego de veículos ora congestionado e lento, ora com uma velocidade que amedronta; o submundo das atividades ilegais, sempre violento e assustador. Este é o palco para manifestações de conflitos, pois a coexistência e a convivência entre grupos de pessoas diferentes e desiguais provocam dificuldades de relacionamento, decorrentes de preconceitos e discriminações, que culminam com a violência, sempre presente nas grandes cidades.

Nesse cenário, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu capítulo III, artigo 144, estabeleceu que a segurança pública é uma obrigação do Estado e um direito e uma responsabilidade de todos os cidadãos. O objetivo da segurança pública é preservar a ordem e proteger as pessoas e o patrimônio. A Constituição também designou as agências encarregadas de garantir a segurança pública, incluindo a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, as Polícias Cíveis e as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (BAIERLE, 2014).

Conforme a nomenclatura sugere, as polícias federais são de competência da União – Governo Federal, enquanto as polícias cíveis, militares e corpos de bombeiros estão sob a subordinação dos governadores dos Estados e do Distrito Federal. Para compreender melhor o papel desempenhado especificamente pela Polícia Civil na Segurança Pública, é preciso entender as distintas atribuições de cada uma dessas organizações (BAIERLE, 2014; GONÇALVES, 2014).

No âmbito federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Ferroviária Federal têm como responsabilidade realizar o patrulhamento ostensivo e a

prevenção de delitos nas rodovias e ferrovias federais, respectivamente. A Polícia Federal tem como competência o controle das fronteiras nacionais, a investigação de infrações contra a União e aquelas que tenham repercussão em mais de um estado ou país, a apuração de crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes, contrabando ou descaminho e desempenha função de polícia judiciária da União (BAIERLE, 2014).

Nos estados, os Corpos de Bombeiros são responsáveis pela execução de atividades relacionadas à defesa civil. Já as Polícias Militares têm a incumbência de realizar o policiamento ostensivo, que, como a denominação destaca, é o policiamento visível, no qual o policial é identificado pela farda, pelos equipamentos e/ou pela viatura. A função do policiamento ostensivo é preventiva, e visa à preservação da ordem pública e a prevenção de condutas delitivas. O exercício desse policiamento pode ser empregado na segurança de eventos, no acompanhamento de dignitários, na proteção ambiental, entre outros. Quando ocorre delito ou violação, cabe aos policiais militares a adoção das medidas cabíveis para reprimir a conduta delitiva e restaurar a ordem pública (BAIERLE, 2014). Já a Polícia Civil é responsável pela investigação de infrações penais, exceto as militares, e desempenha funções de polícia judiciária, com exceção das competências da União (GONÇALVES, 2014).

Observa-se que embora a Polícia Federal e a Polícia Civil tenham algumas atribuições semelhantes em termos de execução, suas jurisdições são distintas. As Polícias Cíveis também são responsáveis por investigar crimes e desempenhar a função de polícia judiciária, porém, sua atuação está limitada à esfera da Justiça Estadual. Cada estado brasileiro e o Distrito Federal têm suas próprias Polícias Cíveis, que são organizadas e estruturadas conforme a legislação estadual aplicável (BAIERLE, 2014). A atribuição das funções judiciárias e de apuração das infrações penais à Polícia Civil está prevista no artigo 144 da Constituição de 1988:

- I - exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;
- II - determinar a realização de exames periciais, providenciando a adoção de medidas cautelares, visando a colher e a resguardar indícios ou provas da ocorrência de infrações penais ou a assegurar a execução judicial;
- III - praticar os atos necessários para assegurar a apuração de infrações penais, inclusive a representação e o cumprimento de mandado de prisão, a realização de diligências requisitadas pelo Poder Judiciário ou pelo Ministério Público nos autos do inquérito policial e o fornecimento de informações para a instrução processual;

- IV - zelar pela ordem e segurança pública, promovendo ou participando de medidas de proteção a sociedade e ao indivíduo;
- V - colaborar para a convivência harmônica da sociedade, respeitando a dignidade da pessoa humana e protegendo os direitos coletivos e individuais;
- VI - adotar as providências necessárias para evitar perigo ou lesões às pessoas e danos aos bens públicos ou particulares;
- VII - organizar, executar e manter serviços de registro, cadastro, controle e fiscalização de armas, munições e explosivos, e expedir licença para as respectivas aquisições e portes, na forma da legislação pertinente (BRASIL, 1988, s/p.)

Na atuação como polícia judiciária, a Polícia Civil tem um caráter repressivo, atuando em conjunto com o Poder Judiciário para investigar e esclarecer infrações penais já ocorridas, buscando identificar os responsáveis pelos delitos e coletando evidências para auxiliar na punição dos infratores. A partir dessa definição, entende-se que a função da polícia judiciária é auxiliar o poder judiciário, por exemplo, cumprindo mandados de prisão e busca e apreensão (BAIERLE, 2014).

Já a polícia investigativa tem a função de investigar crimes, utilizando técnicas e tecnologias para elucidar delitos que ocorrem no território estadual, com o objetivo de elaborar o inquérito policial e encaminhá-lo ao Poder Judiciário. Esse processo investigativo pode envolver a coleta de provas, cumprimento de mandados de busca, prisão e / ou apreensão, entre outras atividades. O conjunto de ações policiais que envolvem desde o planejamento até a execução da operação é denominado de 'operação policial'. É relevante salientar que, apesar da Constituição Federal estabelecer uma distinção entre polícia judiciária e polícia investigativa, a Polícia Civil atua em ambas as frentes, dependendo do tipo de atividade exigida em cada situação (BAIERLE, 2014).

A promoção da segurança pública é uma responsabilidade da esfera jurídica e constitui a essência da missão dos policiais. O medo que os indivíduos enfrentam diante de possíveis danos causados por terceiros a eles e a seus pertences, e também diante dos avanços tecnológicos que não dominam no contexto atual, desperta o desejo por uma segurança absoluta. (MINAYO; ADORNO, 2013).

Dessa forma, elucida-se a razão pela qual a segurança pública é serviço público, monopólio da detenção da força pelo Estado. De acordo com Meirelles (2013), serviço público é toda atividade administrativa prestada pelo Estado para satisfazer às necessidades coletivas. Na mesma esteira, Di Pietro (2016) define serviço público como atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça

diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público. Por conseguinte, o serviço policial, para além de detentor do uso da força em nome do Estado, é atividade de responsabilidade do Estado para atendimento ao interesse da coletividade.

De acordo com Ferreira *et al.* (2017), organizações policiais exercem poder e controle dentro e fora das suas estruturas. O trabalho policial é encarado como instrumento para legitimação da autoridade estatal, dado que está atrelado às atividades do Estado relacionadas com a tranquilidade e a segurança públicas. Nesse cenário, os estudos acadêmicos sobre a polícia trazem uma perspectiva predominante, segundo a qual a subjetividade do policial é desconsiderada, como se a eles só coubesse a tarefa de executar as regras de um jogo de poder, sem levar em conta os sentimentos de pertencimento, criação de identidade, nem as crenças e valores comuns à profissão pela qual optaram (ALCADIPANI; MEDEIROS, 2016).

Ainda que a atividade policial transparea poder e certa aura de invencibilidade, estudo realizado por Alcadipani e Medeiros (2016) a respeito do exercício da atividade policial demonstrou, entre outros resultados, que a saúde do policial enquanto trabalhador não recebe a atenção merecida e que esses profissionais trabalham sob constante risco de vitimização. Além disso, o trabalho policial é visto de modo negativo pela opinião pública, causando sofrimento pela falta de reconhecimento social. O estudo aponta ainda para a precariedade das condições de trabalho seja em relação aos aspectos materiais, seja no que diz respeito à organização e gestão do trabalho.

Apesar das previsões formais, em muitas situações enfrentadas pelos policiais brasileiros, a decisão tomada por um agente não se encontra prevista na lei ou nos regulamentos. Dessa forma, a cultura policial é formada a partir da interação entre as práticas do policiamento cotidiano, as leis e os regulamentos, os objetivos e projetos do Estado, além das pressões exercidas por diversos setores da sociedade (GONÇALVES, 2014).

Ao avaliar as condições de trabalho dos policiais civis, Minayo e Souza (2003) argumentam que esses profissionais, assim como outros trabalhadores, deparam-se com o embate entre prescrições e exigências para a realização de suas tarefas e os recursos ou materiais tecnológicos disponibilizados ou negados de acordo com contextos políticos. Em alusão à obra de Dejours, as autoras ressaltam

que “No confronto entre os que lhes é exigido e os meios de que dispõem para realizá-lo, estes servidores mobilizam seus próprios recursos emocionais, cognitivos e físicos” (MINAYO; SOUZA, 2003, p. 93).

Embora as condições de trabalho dos profissionais de segurança possam variar de acordo com a área em que atuam, é essencial que, em todos os postos de trabalho, sejam eles mais ou menos operacionais, haja um conjunto de recursos materiais e técnicos adequados para que se cumpram as atribuições legalmente prescritas, além de estrutura física e tecnológica apropriada e número suficiente de profissionais para garantir a realização adequada das atividades (CAVALCANTE, 2020). Contudo, a realidade nem sempre oferece o aparato mínimo para esses profissionais (MENDONÇA, 2020).

O trabalho do investigador da Polícia Civil se desenvolve entre o “ideal”, o que está “prescrito” para a efetivação da segurança pública e o “real” que ocorre no cotidiano, com “a disponibilidade dos recursos materiais e tecnológicos, concedidos ou negados conforme políticas institucionais” (MINAYO; SOUZA, 2003, p. 93).

A fim de realizar um contraponto em relação ao trabalho prescrito, esta pesquisa buscou dados relevantes reunidos no estudo elaborado por Alcadipani e Medeiros (2016). Diversos policiais foram ouvidos e colaboraram com relatos a respeito da impressão que têm acerca das condições reais de trabalho que lhes são oferecidas. Muitos profissionais lamentam que a atividade policial seja apresentada pelos meios de comunicação de forma negativa, com ênfase para a forma violenta com que alguns policiais agem e para as condutas amorais de pequenos grupos, o que acaba por desvalorizar a força policial em geral (ALCADIPANI; MEDEIROS, 2016).

Nesse aspecto, o sentimento de falta de reconhecimento social e desvalorização em razão da exposição midiática negativa impõem situações de extremo desconforto aos policiais que, em sua maioria, trabalham de maneira séria. Há um contexto cultural pejorativo que naturaliza a violência e vitimiza os policiais mais do que a qualquer outro tipo de profissional em razão da atividade que exercem (FERREIRA *et al.*, 2017). De acordo com Paixão (1982), a hostilidade da opinião pública em relação à atividade policial tem origem, em grande parte, no papel desempenhado pela imprensa, que tem o condão de exaltar ou denegrir o papel do policial por meio das notícias e da forma que as veicula.

Na percepção dos policiais, a polícia não é bem-vista pelo povo, pela imprensa e nem mesmo pelo Estado. Há um sentimento de falta de respaldo por parte do Governo e do Ministério Público. Dessa forma, o trabalho, para policiais que se percebem assim, ganha uma conotação negativa, que acaba associada ao sofrimento. O convívio com as situações de violência, medo, perigo riscos no desempenho de suas funções fazem com que alguns policiais repensem a permanência na carreira, ao mesmo tempo em que alguns temem deixar de ser policial, por não poder continuar andando armado, e receiam ficar à mercê da criminalidade a que estiveram expostos durante os anos de serviço (ALCADIPANI; MEDEIROS, 2016).

A classe policial é constituída por trabalhadores que buscam ser bem-sucedidos em condições desafiadoras, porquanto lidam diariamente com pressões inerentes à atividade policial, além de estarem constantemente sujeitos às expectativas de segurança dos Governos e suas políticas, da sociedade e dos outros membros da categoria. São profissionais que convivem com a violência real – homicídios, suicídios, agressões, situações que só chegam ao restante da população por meio da publicação de índices, além da violência invisível que se manifesta no plano psíquico e decorre da tensão cotidiana (ALCADIPANI; MEDEIROS, 2016).

O esforço do trabalho do policial civil consiste em preencher um espaço existente entre a lei impessoal e o universo de cidadãos, e essa relação de mediação entre a estrutura formal e burocrática (ou seja, prescrita) e seu meio ambiente (ou seja, a atividade real) nem sempre é fácil (PAIXÃO, 1982).

Na maioria das ocorrências, as vítimas chegam fragilizadas às delegacias e acabam projetando suas emoções e frustrações sobre os policiais que as atendem no primeiro momento. Tal comportamento, por outro lado, faz com que os policiais entendam isso como sinal de “ingratidão” das vítimas pelo trabalho prestado (STENROSS; KLEIMAN, 1989 apud ALCADIPANI, 2022).

Nesse sentido, uma pesquisa realizada em uma Delegacia da Mulher demonstrou que, enquanto os policiais procuravam enquadrar o relato das vítimas dentro das normas legais, o que as mulheres buscavam efetivamente era acolhimento emocional. Restou claro, ainda, que as delegacias configuram palcos de conflitos e mediações entre policiais, vítimas e autores (FRUGOLI *et al.*, 2019

apud ALCADIPANI 2022), o que denota que o trabalho policial vai muito além de registrar ocorrências e providenciar investigações.

Além desse ambiente de tensão, há indicativos de uma séria precarização das condições de trabalho, que pode ser observada na falta de materiais básicos para se trabalhar (BRITO, 2019 apud ALCADIPANI, 2022), nos relatos que apontam para falta de estrutura materiais e físicas adequadas, viaturas sem manutenção e em número insuficiente e delegacias com edificações em péssimas condições de conservação. A sensação de abandono e a falta de perspectiva de crescimento fazem com que a carreira já não tenha aspecto atrativo (ALCADIPANI; MEDEIROS, 2016).

É comum que policiais trabalhem com equipamentos obsoletos e inservíveis para a atividade-fim, como coletes vencidos que são passíveis de perfuração por projéteis de arma de fogo. Além disso, é comum o uso de armamentos inadequados com falhas constantes, o que coloca o policial em risco permanente, já que tem havido relatos de armas que disparam sozinhas ou que simplesmente não funcionam corretamente devido à má qualidade. Também são encontradas munições com prazo de validade expirado, bem como viaturas sem manutenção, que muitas vezes estão danificadas, inadequadas e inseguras para uso, o que dificulta significativamente o policiamento ostensivo e investigativo (CAVALCANTE, 2020).

Nos setores administrativos, informações básicas que devem estar à disposição de qualquer gestor são muito difíceis e demoradas de se obter, como dados a respeito de número de policiais na ativa, déficit de cada setor ou lotação de funcionários. Equipamentos de informática geralmente são defasados (MINAYO; SOUZA, 2003). Além disso, é comum a falta de conectividade de internet para realizar atividades que dependem do uso de ferramentas tecnológicas, como o Boletim de Ocorrência, dentre outras tecnologias que são essenciais para garantir precisão e qualidade às investigações. Com a sofisticação do crime organizado, as tecnologias policiais têm se mostrado insuficientes para acompanhar a evolução dos métodos utilizados pelos criminosos (CAVALCANTE, 2020).

Policiais que têm algum problema pessoal ou emocional, aqueles que estão prestes a se aposentar, ou ainda os que se envolveram em algum tipo de desvio de conduta ou conflito são lotados para trabalhar no ambiente administrativo – o que

torna ainda mais precária e fragilizada a atividade de gestão e planejamento (MINAYO; SOUZA, 2003).

Outros fatores que denunciam as condições de trabalho adversas guardam relação com a carga horária imposta aos policiais, o modo de gestão praticado pelos superiores e a forma de organização do trabalho. A carga horária chega a ser considerada desumana e desencadeia doenças ocupacionais como estresse, além de ser a causa de acidentes de trânsito com a viatura, por dormir ao volante (ALCADIPANI; MEDEIROS, 2016). Conforme Minayo e Souza (2003, p. 143), “o estudo da jornada dos Policiais Civis, observadas as diferenciações internas, evidencia uma grande dose de penosidade, de sobrecarga de trabalho e de desmedida extensão dos plantões”.

Alcadipani e Medeiros (2016) também tecem considerações a respeito da forma como a atividade policial é encarada pelos próprios trabalhadores, que a explicam como excessivamente burocrática, sem definição clara quanto à missão e visão institucionais. Além disso, referem-se às penosas condições de trabalho materiais e emocionais que circundam a atividade policial. Há, por exemplo, relatos de funcionários que já contam com tempo para se aposentar e que não têm mais sustentação psicológica ou emocional para realizar o trabalho policial e de atendimento ao público, todavia, que não se aposentam para não perder o abono permanência, valor significativo para quem ganha pouco.

Ainda como evidência do distanciamento entre trabalho prescrito e trabalho real há outras situações quase inacreditáveis narradas por policiais ao descreverem suas condições de trabalho. A estrutura física das delegacias muitas vezes apresenta instalações inadequadas e falta de comodidades necessárias para os policiais que trabalham nesses ambientes insalubres (CAVALCANTE, 2020).

Em sua pesquisa, Minayo e Souza (2003) notaram assustadora unanimidade na fala de seus entrevistados, que comparavam algumas das delegacias em que atuavam a chiqueiros, explicando sobre o ambiente insalubre em que eram obrigados a trabalhar, sem condições mínimas de higiene, “onde um banheiro e um lavatório são, muitas vezes, tidos como luxo” (MINAYO; SOUZA, 2003, p. 113).

Depoimentos sobre falta de equipamento, material de expediente e as narrativas sobre arrecadação de recursos financeiros entre os próprios policiais para suprir necessidades básicas e inadiáveis das unidades são comuns, como por exemplo, para a aquisição de água, papel ou de lâmpadas. Trabalhar em locais

como esse dá aos policiais uma sensação de estarem sofrendo algum tipo de punição e exclusão, e reflete diretamente na forma como se mostram e se expressam: desleixados e desmotivados, além de refletir também no atendimento ao público, que recebe informações incompletas ou um tratamento ríspido e irônico (MINAYO; SOUZA, 2003).

De maneira geral, os policiais avaliam que os recursos humanos e os treinamentos oferecidos não são suficientes para atender às suas necessidades de trabalho (CUBAS *et al.*, 2020). Além disso, o ambiente policial é percebido por alguns de seus integrantes como uma atmosfera ameaçadora, hostil, tensa e de muita competitividade. A corrupção no meio policial também aparece como um fator que desencadeia sofrimento, e chega a ser motivo para que alguns policiais desejem abandonar a carreira (ALCADIPANI; MEDEIROS, 2016).

Em contrapartida, outros profissionais também demonstram que a vontade de ser policial continua sendo nutrida pelo bom relacionamento que mantêm com seus pares (MINAYO; SOUZA, 2003) e pelo sentimento de pertencimento a uma família, em que o bom relacionamento e companheirismo são fatores preponderantes para continuar atuando na polícia. Outro fator de incentivo é o reconhecimento da população, manifestado por expressões de respeito, gratidão e admiração (ALCADIPANI; MEDEIROS, 2016).

A carreira policial conta com aspectos positivos que atribuem à profissão uma percepção de determinação, honra e orgulho, no entanto, é carregada de conotação negativa pela forma como a atividade é exposta na mídia, com maior ênfase à violência e à truculência da ação policial, em detrimento da boa atuação da maioria dos policiais (ALCADIPANI; MEDEIROS, 2016).

Recente estudo brasileiro que analisou a questão do sofrimento no trabalho do policial foi elaborado por Futino e Delduque (2020, p. 117), que observam que o:

Medo constante de errar, conviver simbioticamente com risco no trabalho e na região onde reside, possibilidade de ser morto no momento de folga, jornada de trabalho extenuante, sensação de desvalorização da profissão por distanciamento social, estigma de truculência e de abusos de poder no exercício profissional: esse é o rol de queixas e agravamentos mais comum de um fazer profissional de quem atua em segurança pública.

Quanto à análise das condições de saúde, Minayo e Souza (2003, p.189) ressaltam que se trata de “um conceito dinâmico que diz respeito à articulação entre as disposições biológicas e às situações sociais e culturais de existência” e

discorrem acerca dos contextos encontrados na carreira policial civil. Analisar as condições de saúde, por conseguinte, implica em avaliar muito mais do que sintomas evidentes, e sim, um complexo cenário em que há interligação de diversos fatores.

Essa intersecção de fatores que influenciam a saúde dos trabalhadores deixa para trás o modelo biomédico clássico, de abordagem reducionista a respeito do adoecimento, por levar em conta apenas aspectos biológicos quantificáveis, de modo a criar um catálogo padronizado das doenças, e passa a avaliar o indivíduo sob o contexto denominado como biopsicossocial: modelo sistêmico que prima pela visão integral do sujeito nas dimensões física, psicológica e social (RODRIGUES, 2019). Aí se enquadra a abordagem Psicodinâmica, levando em conta o sujeito nas relações com um contexto.

A polícia é uma classe altamente suscetível ao sofrimento no trabalho e ao desenvolvimento de transtornos biopsicossociais, tendo em vista a contínua exposição à violência e o contato corriqueiro com problemas sociais inerentes ao desempenho da atividade policial. O ambiente de trabalho por si é traduzido em constante desconforto, com grande probabilidade de adoecimento diante dos fatores maléficos a que esses trabalhadores estão submetidos. Estudo realizado por Ferreira *et al.* (2017) chama a atenção para o fato de que mesmo aqueles indivíduos que desenvolvem as estratégias de resistência e enfrentamento ao sofrimento veem suas defesas se tornarem mais fracas no decorrer do tempo de permanência na corporação, o que os torna mais vulneráveis aos transtornos biopsicossociais.

Nesse sentido, Alcadipani e Medeiros (2016) frisam que policiais são mais expostos a diferentes problemas de saúde de ordem física e psíquica, constituindo uma categoria que conta com elevados índices de suicídio. Ferreira *et al.* (2017) salientam que entre os policiais, além dos altos números de suicídios, também são verificados altos índices de transtornos de ansiedade, alcoolismo, depressão e estresse pós-traumático. De acordo com os autores, a exigência de esforços físicos ou intelectuais do trabalho policial pode trazer sérios danos fisiológicos e psíquicos aos indivíduos.

Trata-se de uma profissão em que os indivíduos enfrentam extrema pressão, além de significativas exigências no aspecto físico e psicológico, que inevitavelmente refletem em todas as dimensões da saúde desses trabalhadores (MENDONÇA, 2020). É uma área que envolve o sofrimento humano não só dos

trabalhadores, mas sim, de todo o público atendido, elementos que levam policiais ao adoecimento psíquico e também desencadeiam problemas afetivos (FERREIRA *et al.*, 2017).

Do ponto de vista estritamente epidemiológico, Minayo e Souza (2003) fizeram levantamento a respeito das principais patologias e fatores de risco que mais afetam os policiais: problemas osteomusculares e sobrepeso naqueles trabalhadores de áreas administrativas; lesões, traumas, problemas mentais e cardiopatias são mais comuns nas áreas operacionais. De acordo com as autoras, “os agravos à saúde física são preocupantes, pois eles se juntam aos muitos fatores de risco inerentes a sua própria atividade, fazendo sinergia com eles” (MINAYO; SOUZA, 2003, p. 234).

Em relação aos transtornos mentais mencionados pelos policiais civis no estudo de Minayo e Souza (2003, p. 251), foram recorrentes os relatos de “sensação de fadiga, depressão, estresse, nervosismo e agressividade, além dos distúrbios do sono”. Infelizmente, as doenças e os vícios entre policiais são fomentadas pela falta de uma estrutura que lhes dê o suporte psicológico necessário para trabalhar sob tensão, pressão e no atendimento de tantas mazelas sociais (MINAYO; SOUZA, 2003).

Há ainda a exaustão física e emocional em consequência do sofrimento decorrente de sentimentos subjetivos de falta de reconhecimento e desvalorização, sentimentos estes somados à condição e estrutura precária da organização do trabalho (GONÇALVES, 2014). Esses são aspectos que também colaboram para o adoecimento.

A sensação de marginalização socialmente percebida pelos policiais em relação à sua ocupação é evidenciada no estudo de Paixão (1982). Nele, os participantes contam que se sentem vistos como um “lixeiro da sociedade”. Essa metáfora é usada para refletir a sobrecarga que a profissão policial exige ao lidar com indivíduos que são compreendidos como elementos que devem ser “excluídos da sociedade”. Ao descreverem-se desta forma, os policiais incorporam na sua autoimagem a ideia de serem tidos como organismos de marginalidade social e política.

Além disso, é gritante a distância entre as exigências laborais prescritas e a capacidade real de suportá-las: a dor alheia é encarada de modo insensível, e a violência passa a ser banalizada e, até mesmo, reproduzida: são formas

encontradas para suportar as dores do trabalho, o que notadamente abre portas ao adoecimento (FERREIRA *et al.*, 2017). Por isso, as instituições policiais precisam estar mais atentas à saúde de seus servidores, na medida em que é impossível separar a dimensão do trabalho da dimensão pessoal e, ambas influenciam uma à outra de maneira significativa (CAVALCANTE, 2020).

Como conclusão acerca da análise das condições de trabalho e condições de saúde do policial civil, Minayo e Souza (2003) apontam para o modo como esses fatores influenciam a qualidade de vida desses trabalhadores. Para as autoras, qualidade de vida também é conceito de grande amplitude e complexidade, tratado como “uma variável importante para a compreensão das condições e percepções que articulam saúde, trabalho e reprodução social” (MINAYO; SOUZA, 2003, p. 294).

Para Minayo e Souza (2003, p. 164), “o ‘ser policial’ diz respeito a uma identidade específica que a diferencia da peculiaridade de outras categorias profissionais”. O trabalho dessa categoria atribui aos seus profissionais alguns processos de identificação, como o modo de vestir, o modo de falar, nos assuntos comuns aos policiais e que não são compreendidos por aqueles que não integram o grupo.

A profissão policial traz consigo constante pressão devido ao risco e ao perigo inerentes a esse trabalho, o que se estende àqueles com quem os policiais convivem. Passa a ser rotineiro conviver com ameaça à própria vida e à de seus familiares, além da discriminação, acusações falsas, colegas de profissão vitimados, entre outras situações de grande insegurança. Há policiais que evitam, até mesmo, o uso do transporte coletivo, ou que buscam esconder uniforme ou distintivo no caminho entre a casa e o trabalho por receio de serem reconhecidos (ALCADIPANI; MEDEIROS, 2016). Assim, as formas de pensar, de agir e a percepção do mundo ao seu redor é influenciada pelo trabalho que exercem, sendo que os policiais têm diversos aspectos da vida física e psíquica determinados pela sua profissão (FERREIRA *et al.*, 2017).

Minayo e Souza (2003, p. 325) explicam que o trabalho ocupa posição central na definição do que seja qualidade de vida sob a ótica dos policiais civis, seja sob aspectos subjetivos ou objetivos. As autoras concluem que “o estresse, o desgaste e o sofrimento mental gerados pela *profissão de risco* interferem

profundamente nos relacionamentos, na vida afetiva, e na possibilidade de os policiais civis apresentarem uma vida e uma carreira saudáveis”.

Muniz *et al.* (2017 apud ALCADIPANI, 2022) apontam que muitos estudos relativos às organizações policiais focam mais em identificar os problemas na polícia do que em compreender o trabalho policial em seu contexto. Essa postura acaba por diminuir a compreensão das organizações policiais em sua complexidade, diminuindo, conseqüentemente, a viabilização de melhorias (ALCADIPANI, 2022).

3 METODOLOGIA

O caminho percorrido na construção do presente estudo será detalhado nesta seção, desde o levantamento bibliográfico, passando pela coleta de dados, até a elaboração da análise dos discursos, com base nas narrativas oriundas das entrevistas realizadas.

Importa neste ponto do estudo lembrar que a pesquisadora é integrante da carreira de investigadores de Polícia Civil e que o acesso aos participantes ocorreu devido ao fato de serem colegas de profissão, fazendo com que o diálogo com aqueles que aceitaram participar da pesquisa já partisse de um vínculo inicial estabelecido em função da atividade em comum.

Este estudo foi desenvolvido em uma abordagem qualitativa, com uma pesquisa do tipo descritiva, em consonância com seus objetivos. De acordo com Creswell (2010), na abordagem qualitativa, o pesquisador tem por base suas alegações de conhecimento nas perspectivas construtivistas. Como explica o autor, para desenvolver uma pesquisa acerca do problema estudado, é necessária a utilização de estratégias específicas de coleta e análise de dados (CRESWELL, 2014).

A pesquisa qualitativa possibilita que o pesquisador adquira conhecimento sobre o problema estudado em conjunto com os participantes, em um processo indutivo. O processo de construção da pesquisa qualitativa não é linear, de modo que o plano inicialmente proposto pode mudar no decorrer do trabalho, alterando as perguntas bem como as formas de coletar dados (CRESWELL, 2014), sempre respeitando a vontade do participante em continuar respondendo.

Esse tipo de pesquisa tem por objetivo entender o que os indivíduos agregam em suas experiências quando se tornam conscientes a respeito de suas realidades (FRANÇA; MOTA, 2021). Em busca dessa compreensão, foi desenvolvido o estudo de caráter qualitativo, em uma pesquisa de cunho descritivo-analítico, a fim de compreender as vivências de sofrimento e identificar as estratégias defensivas correspondentes desenvolvidas pelos Investigadores da Polícia Civil na relação com seu contexto de trabalho.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é recomendável na busca desse objetivo, considerando que métodos quantitativos podem auxiliar na explicação daquilo que é visível, entretanto, não se aprofundam em detalhes daquilo que não

está explícito e que está por trás de determinados comportamentos dos trabalhadores (FERREIRA *et al.*, 2017).

O caráter descritivo-analítico da pesquisa é assim designado em estudos que têm como objetivo descrever características de certas populações ou fenômenos. Nesse aspecto, além do levantamento bibliográfico, os estudos descritivo-analíticos também podem contar com entrevistas não padronizadas, com o intuito não só de descrever as características do grupo pesquisado, mas de construir, de forma coletiva e colaborativa, uma análise mais aprofundada a respeito do objeto de pesquisa, podendo inclusive mudar a forma como o pesquisador entendia os fenômenos antes de estudá-los (GIL, 2008).

3.1 Revisão sistemática de literatura

As buscas realizadas em plataformas digitais por trabalhos que tratem da carreira de investigadores da Polícia Civil relacionadas ao sofrimento no trabalho retornaram poucos resultados, sendo a maioria dos estudos existentes destinados à análise do trabalho do Policial Militar.

A pesquisa combinada pelos termos “Trabalho”, “policial civil”, “sofrimento” e “Dejours” no Google Acadêmico, considerando o período dos últimos cinco anos, compreendido entre 2017 e 2022, apresentou somente 34 resultados, dos quais a maioria trata do contexto de trabalho de policiais militares.

Por essa razão, o período pesquisado foi estendido para um intervalo de 11 anos, compreendido entre 2012 e 2022, tendo retornado 70 resultados em busca no Google Acadêmico. Entre eles, 11 guardavam relação com o trabalho do policial civil. Os outros 59, apesar da utilização do termo “policial civil” na pesquisa, traziam análises relativas às carreiras de militares, policiais federais, peritos, agentes penitenciários, entre outros, não contribuindo para a construção do presente estudo.

Pesquisa combinada pelos termos “Trabalho”, “policial” e “riscos” retorna mais de 15.000 resultados, com estudos a respeito das mais variadas situações de risco a que policiais de todas as esferas estão submetidos cotidianamente, nos aspectos físico, emocional ou estrutural, em relação à disponibilidade de recursos para exercício da atividade, o que denota a relevância de se estudar as formas de sofrimento infligido a essa classe de trabalhadores.

Efetou-se nova pesquisa utilizando a combinação dos termos “prazer”, “sofrimento”, “trabalho”, “Psicodinâmica” e “estratégias”, para o mesmo período, o

que retornou mais de 2.500 resultados, o que demonstra, mais uma vez, que há uma vasta gama de pesquisas realizadas a respeito da relação dialética entre prazer e sofrimento no trabalho, porém, uma parte ínfima desse universo de pesquisas é voltada para o trabalho policial.

Além disso, no que tange ao método a ser utilizado, realizou-se pesquisa de modo combinado também no Google acadêmico pelos termos “análise”, “discurso”, “francesa”, no período dos 11 anos compreendidos entre 2012 e 2022, que retornou aproximadamente 25 mil resultados, demonstrando que o tema é sobremaneira explorado. Buscas por “análise do discurso” combinadas com “silêncio” também retornaram inúmeros estudos. O mesmo período de pesquisa, no intervalo de 11 anos (2012-2022), foi adotado como padrão para as buscas combinadas de outros termos e em outras plataformas.

Na plataforma Spell, em busca de elementos que embasassem a construção acerca do trabalho da polícia, relacionado com a Psicodinâmica do Trabalho, foram utilizados os termos combinados “Trabalho”, “Polícia” e “Sofrimento”, adstritos ao campo do resumo. A pesquisa retornou somente 4 resultados, sendo que 3 deles tratavam de peritos ou militares e somente um tratava da classe de policiais civis.

Com o intuito de ampliar o número de estudos localizados que explicassem o fenômeno, objeto da Psicodinâmica do Trabalho, realizou-se busca pelos termos combinados: “Psicodinâmica”, “prazer”, “sofrimento” e “trabalho”, adstritos ao campo de resumos, o que retornou 21 resultados. Destes, 20 trabalhos tratavam de casos exemplificativos de aplicação da Clínica da Psicodinâmica do Trabalho a diversas áreas de atuação, como trabalhadores de hospitais, bancos, indústria automotiva, entregadores de aplicativos, entre outros, valendo-se da análise dos conceitos da Psicodinâmica do Trabalho, mas para realizar análises aplicadas em outras áreas, muito distintas da área policial.

Na mesma plataforma Spell, em busca de elementos que subsidiassem a explanação a respeito do método da análise do discurso, foram pesquisados os termos: “análise de discurso”, combinando a busca com os termos: “estudos organizacionais” e “Pêcheux”, a fim de refinar os estudos resultantes. A pesquisa retornou 3 resultados, dos quais somente dois artigos foram utilizados, por guardar relação com a matéria de Administração, tendo o último sido excluído por ser voltado a questões ligadas a organizações religiosas.

Além das plataformas já citadas, na Scielo foram pesquisados de forma combinada os termos: “trabalho”, “polícia” e “sofrimento”, adstritos ao campo do resumo, também em busca de estudos que embasassem a elaboração textual a respeito do trabalho policial, igualmente relacionado com a Psicodinâmica do Trabalho. A pesquisa retornou somente 2 resultados, sendo que um deles tratava de peritos criminais federais, e apenas um tratava da classe de policiais civis, especificamente daqueles afetados por transtornos mentais.

Mais uma vez, buscando ampliar o número de estudos que explicassem o fenômeno objeto da Psicodinâmica do Trabalho, buscaram-se trabalhos do Brasil pelos termos associados “Psicodinâmica”, “prazer”, “sofrimento” e “trabalho”, adstritos ao campo de resumos, na plataforma Scielo. A pesquisa retornou 23 resultados, dos quais somente 2 traziam explicações a respeito da teoria da Psicodinâmica do Trabalho, exclusivamente. Os demais apresentavam casos práticos de aplicação da referida teoria, não contribuindo para a construção teórica do presente estudo.

Ainda na Scielo, a busca combinada pelos termos “análise”, “discurso”, “francesa” e “metodologia”, no campo resumo, retornou 7 resultados, entre os quais somente um guardava relação específica com a explicação teórica a respeito da Análise do Discurso, sendo os demais estudos exemplos de aplicação prática da vertente francesa. Nova busca associando os termos “análise do discurso” e “administração” retornou 29 resultados de artigos brasileiros no período, dos quais somente 1 discorria sobre os conceitos da Análise do Discurso de forma genérica, sem a pretensão de aplicação a situações empíricas.

3.2 Especificação do problema

Como apontado nas linhas introdutórias deste estudo, o presente trabalho propõe fazer uma análise discursiva a fim de identificar as estratégias defensivas de investigadores da Polícia Civil que atuam na proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência no enfrentamento de vivências de sofrimento no trabalho.

3.2.1 Apresentação das categorias analíticas

De acordo com Minayo (2002), as categorias servem de base para o conhecimento de um objeto e são empregadas para se estabelecer classificações.

Nesse sentido, há categorias mais genéricas, que podem ser estabelecidas antes mesmo da coleta de dados, somente com base na fundamentação teórica reunida. A partir da coleta de dados, outras classificações podem emergir, integrando categorias mais específicas e elaboradas, que podem ser comparadas ou podem complementar as categorias formuladas em um primeiro momento (MINAYO, 2002).

Levando em conta a adoção da Psicodinâmica do Trabalho como arcabouço teórico e, especialmente, a Análise do Discurso para promover a análise dos depoimentos do sofrimento de trabalhadores, categorias analíticas não foram estabelecidas a priori, de modo a evitar a imposição de limitação à pesquisa de campo.

Somente após a realização das entrevistas foram classificados, com base na Análise do Discurso, os elementos discursivos identificados, como (i) interdiscursos e (ii) silêncios ou silenciamentos, que tenham trazido informações, relacionadas à teoria da Psicodinâmica do Trabalho, mais recorrentes relativas às (i) vivências de sofrimento no trabalho e (ii) estratégias defensivas ao sofrimento.

Os interdiscursos, desse modo, foram desdobrados quanto à presença de elementos que evidenciassem vivências de sofrimento e estratégias defensivas, e o mesmo desdobramento foi aplicado às manifestações silenciosas.

3.3 Delimitação e delineamento da pesquisa

A seguir, constam breves apontamentos sobre o delineamento da pesquisa, ou seja, população participante, perspectiva temporal, nível e unidade de análise, procedimentos de coleta e análise dos dados e, por fim, possíveis dificuldades e limitações encontradas na elaboração da pesquisa.

3.3.1 Delineamento da pesquisa

Com base no problema proposto, a pesquisa de natureza descritivo-analítica mostrou-se adequada para analisar os discursos e identificar as estratégias defensivas ao sofrimento no trabalho da Polícia Civil, à proporção que permitiu aprofundar a noção a respeito de conceitos pré-existentes, partindo de levantamento bibliográfico e de entrevistas semiestruturadas (GIL, 2008).

A perspectiva temporal é seccional de recorte transversal, considerando que os dados foram coletados em um período de tempo determinado. O nível de análise

é o indivíduo investigador de Polícia Civil e a unidade de análise restringe-se ao grupo de investigadores que promovem a defesa de crianças e adolescentes vítimas de violência.

3.3.2 Procedimentos da Pesquisa de Campo

O público selecionado, conforme exposto, é composto por servidores da carreira de Investigador da Polícia Civil, atuantes na repressão de crimes de violência praticados contra crianças e adolescentes. A razão que levou à seleção de policiais lotados especificamente nessa atividade é que o atendimento a ocorrências envolvendo violência contra crianças é carregado de vivências de sofrimento, tendo em vista a vulnerabilidade das vítimas. Assim, identificou-se a possibilidade de que a pesquisa de campo trouxesse resultados que se comunicassem com os conceitos da Psicodinâmica do Trabalho era mais concreta.

Uma vez concluída a etapa do embasamento teórico e após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética competente, a pesquisa passou para a fase de coleta de dados, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, em que os participantes foram convidados a preencher alguns dados sócio-demográficos, como idade, sexo e tempo de atuação na profissão, bem como a responder questões abertas que ajudassem a explicar as vivências de sofrimento no trabalho e as estratégias defensivas desenvolvidas perante este sofrimento.

Por ser a pesquisadora, formalmente vinculada à Secretaria de Estado de Segurança desde 2011, importa esclarecer que esta atuou como investigadora por pouco mais de 5 anos em delegacias especializadas distribuídas pelo Estado antes de ser transferida para atuar em outra Secretaria de Estado, em atividade administrativa que não guarda relação com o trabalho policial, em uma forma de colaboração entre os Órgãos, diante da necessidade de efetivo. Isto permitiu um afastamento da realidade pesquisada no decorrer dos últimos 6 anos, possibilitando um olhar menos parcial (mas não neutro, conforme a lição aprendida com a Análise do Discurso) a respeito da organização policial. O novo contato com os colegas policiais se deu a partir da autorização formal do Diretor Geral da Secretaria de Segurança Pública do Estado em que foi realizado o estudo e somente teve início após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa competente.

Foram realizadas visitas à delegacia de polícia após a autorização concedida pela Secretaria de Segurança, a fim de realizar o convite a todos os

investigadores que lá atuam para que participassem do estudo, de forma que cada convidado recebesse os esclarecimentos necessários a respeito da pesquisa.

A pesquisadora compareceu à unidade policial em que os convidados atuam em tantos plantões sucessivos quantos foram necessários, até que a intenção de pesquisa fosse apresentada de maneira individual a todos os investigadores lotados naquela delegacia. Aqueles que manifestaram interesse em participar da entrevista foram contatados posteriormente, também de forma individual, para a apresentação e explicação do conteúdo do TCLE / TCUISV, cuja cópia física foi fornecida no dia da entrevista.

Foram realizadas entrevistas presenciais, em um local reservado escolhido pelos entrevistados, em que se sentissem à vontade para responder à pesquisa. As perguntas e respostas foram gravadas em áudio para posterior transcrição e elaboração de narrativas, em um único encontro com cada investigador que se voluntariou.

Não foi estipulado número mínimo de entrevistados para compor o estudo, tendo em vista que era necessário realizar o convite a todos os investigadores da unidade, para que respondessem à pesquisa voluntariamente. A unidade policial em que ocorreu a pesquisa conta (em 2022) com 14 investigadores.

Como critério para participação da pesquisa, era necessário estar lotado no departamento que promove o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, e na ativa, ou seja, sem afastamento / licença por qualquer motivo. O anonimato dos respondentes foi preservado. Dos 14 investigadores ativos naquela área, somente 4 aceitaram responder à entrevista.

O roteiro da entrevista é semiestruturado, com poucas questões, contendo dados sociodemográficos a respeito dos participantes e contou com uma lista de questões com tópicos bem específicos sobre o tema do estudo, servindo como um guia. A opção pelo roteiro semiestruturado se deu em razão de que alguns dados sociodemográficos poderiam ter relação com elementos discursivos que viessem a emergir nas narrativas. Por exemplo, o discurso de policiais que têm filhos poderia ser diferente daquele discurso dos que não têm filhos, tendo em vista que, ao promover o atendimento de crianças que sofrem violência, o policial que é pai ou mãe pode, inconscientemente, acabar promovendo o atendimento das ocorrências influenciado pelo discurso materno ou paterno.

Ainda que existam algumas questões pré-estabelecidas, houve uma margem para a elaboração das respostas, dando liberdade ao participante e ao pesquisador. Não foi uma exigência que as perguntas fossem realizadas estritamente na ordem como estavam dispostas no roteiro. Além disso, perguntas que não estavam previstas foram incluídas nas anotações na hora da entrevista, nos casos em que eventualmente a pesquisadora constatou elementos importantes narrados pelos entrevistados e que mereciam ser mais explorados. Em geral, todas as questões foram perguntadas com uma redação semelhante para todos os participantes (BRYMAN; BELL, 2011).

Conforme lição de Dejours e Abdoucheli (2010, p. 142), a aplicação da teoria da Psicodinâmica do Trabalho é indissociável de um espaço privilegiado a ser dado:

[...] à palavra e à *enunciação*. A via de acesso à vivência subjetiva e intersubjetiva do trabalho passa, para o psicopatologista, quase exclusivamente pela palavra dos trabalhadores e não pela observação dos atos, dos fatos, dos comportamentos ou dos modos operatórios, por mais minuciosa que seja.

Nesse sentido, a pesquisa de campo foi de grande valia, visto que é “a partir da troca interlocutória e da discussão pesquisadores-trabalhadores que emerge uma parte importante do *iceberg* da realidade, mascarada na profundidade das estratégias coletivas em face da organização do trabalho” (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010, p.142). A pesquisa feita sob esse enfoque, portanto, valendo-se da realização de entrevistas, mostrou-se como uma excelente ferramenta de coleta de dados que revelou detalhes acerca da organização real do trabalho do investigador de polícia civil, além de haver possibilitado a reelaboração do conhecimento científico com base nos relatos subjetivos, bem como a percepção dos próprios sujeitos envolvidos a respeito do trabalho que desempenham.

De acordo com Mendes (2007), a Psicodinâmica tem justamente o propósito de proporcionar o diálogo para se promover a análise da escuta dos trabalhadores, a fim de permitir que eles entendam, elaborem e explanem seu sofrimento em um ambiente partilhado de discussão. Nesse contexto, a reestruturação e a ressignificação dos processos de subjetivação e do coletivo são possíveis: ao passo que o trabalhador fala sobre seu dissabor, ele inicia uma mobilização em seu pensar e agir, desencadeando o surgimento de estratégias para transformar a organização do trabalho.

A entrevista mostrou-se como uma ferramenta de obtenção de dados bastante alinhada com a teoria da Psicodinâmica do Trabalho, assim como a técnica de análise de dados escolhida para esse estudo, a Análise do Discurso francesa. De acordo com Pereira e Brito (2009), estudos recentes na área de Sociologia e Administração têm apontado para a perspectiva da análise discursiva como uma possibilidade teórico-metodológica eficiente no âmbito de pesquisas organizacionais, dado que mudanças na estrutura física ou administrativa são mediadas pelas percepções dos membros das organizações, justificando-se a relevância em se compreender o que os trabalhadores pensam.

3.3.3 Procedimentos de análise dos dados

Uma vez transcritos os relatos e depoimentos colhidos por meio de entrevistas e elaboradas as narrativas, foi aplicada a Análise do Discurso francesa para analisar os dados. Dentre os vários caminhos de análise possíveis na Análise do Discurso, esse estudo procurou especificamente pelos interdiscursos que permeiam as narrativas dos participantes, assim como buscou compreender quais são os possíveis sentidos que podem ser dados aos silêncios e silenciamentos dos entrevistados.

Com o intuito de tornar a análise mais sintética e focada, não foram aprofundadas as análises em relação a outros elementos discursivos como conjuntos lexicais, possíveis utilizações de figuras de linguagem ou gêneros discursivos. A análise de dados foi feita por meio do levantamento de categorias identificadas após a realização de entrevistas e anotações, conforme já apontado, divididas em interdiscursos e silêncios/silenciamentos, desdobrados quanto à presença de relatos de vivências de sofrimento ou de estratégias defensivas. Além disso, a Análise do Discurso foi baseada nos dados bibliográficos obtidos previamente, realizando a comparação entre a organização prescrita e a organização real do trabalho.

3.3.4 Dificuldades na coleta e tratamento de dados

A maior dificuldade enfrentada esteve ligada ao estabelecimento de vínculo com os entrevistados que os motivasse a participar do estudo. Ainda que a pesquisadora seja parte integrante da carreira, foi bastante sensível o momento de

realizar o convite para que os policiais contassem a respeito de suas vivências profissionais.

A pesquisadora se apresentou como colega de profissão, com o intuito de ganhar a confiança dos convidados para que se abrissem e contassem de forma genuína os sofrimentos enfrentados no dia a dia da atividade policial. Contudo, ao serem convidados para falar sobre sua atuação profissional, a maior parte dos indivíduos convidados não teve interesse em continuar conversando com a pesquisadora.

É preciso estar disposto a desenvolver uma relação intersubjetiva com os indivíduos pesquisados, sob pena de não se compreender a análise realizada somente a partir da observação. Os próprios trabalhadores podem levar a essas lacunas, já que é natural que procurem esconder e ignorar o que lhes é insuportável na própria realidade, diminuindo a percepção que têm do sofrimento (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2010). Nesse ponto, é compreensível que a maior parte dos indivíduos convidados tenha preferido se manter em silêncio. Assim, o grande desafio de entrevistar os policiais civis consistiu-se em romper com a barreira do silêncio.

3.4 Aspectos éticos

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, após anuência da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado em que seriam realizadas as entrevistas. O contato prévio foi estabelecido com os responsáveis pela unidade policial para possibilitar a divulgação sobre a pesquisa e a realização do convite aos investigadores que quisessem participar.

Durante a divulgação, o objetivo da pesquisa foi esclarecido, bem como o caráter sigiloso das informações concedidas pelos participantes. Após o aceite do convite para participar do estudo, foram agendados pela pesquisadora o dia e o horário adequados para cada participante, como também o local que conferisse segurança aos entrevistados.

Todos os policiais voluntários assinaram, antes do início da entrevista, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) / Termo de Consentimento Utilização de Imagem, Som e Voz (TCUISV) (Apêndice B). Ainda, como forma de reduzir os riscos ou as dúvidas que pudessem surgir ao longo do desenvolvimento

da pesquisa, a pesquisadora se colocou à disposição de cada participante através de contato via telefone ou e-mail.

4 CONTEXTO DO TRABALHO POLICIAL, ANÁLISES E INTERPRETAÇÃO

A compreensão do contexto do trabalho policial é importante porque a fala dos participantes não é descolada da organização do trabalho, ao contrário, as falas estão mergulhadas no universo policial, o que serve tanto para possibilitar a correlação da teoria da Psicodinâmica do Trabalho com a realidade do trabalho policial, quanto para dar sentido à aplicação da Análise do Discurso na apreciação do *corpus* coletado. Por isso, a presente seção conta com uma breve exposição a respeito do grupo estudado para, somente então, embarcar nas análises propriamente ditas.

4.1 Do contexto da equipe participante do estudo

A equipe de investigadores que atua na repressão de crimes de violência contra crianças e adolescentes conta com 14 integrantes. Esses 14 investigadores atendem ocorrências de todas as formas de violência cometida contra vítimas entre 0 e 18 anos incompletos.

Todos os investigadores que atuam nesse domínio foram convidados para participar da pesquisa. Todavia, somente 4 deles manifestaram a intenção de responder à entrevista. Para a Análise do Discurso Francesa, o silêncio também é dotado de sentido, que precisa ser avaliado de acordo com o contexto em que se insere para ganhar significado.

A noção do silêncio na Psicodinâmica do Trabalho, por sua vez, representa uma das formas de defesa dos indivíduos diante da fonte de sofrimento. Demanda menos adaptação por parte do trabalhador o ato de negar o sofrimento, permanecer silente diante dele, do que conversar a respeito daquilo que lhe aflige e das possíveis formas encontradas para executar suas tarefas.

Diante dos dados que serão expostos a seguir provenientes das falas dos participantes que aceitaram participar da pesquisa, a ausência de fala da maioria dos integrantes da equipe que não quiseram ser entrevistados se tornará mais compreensível.

Há uma carga pesada. Há histórias de violência e crueldade que o silêncio dos que não estavam dispostos a responder à pesquisa também pode constituir um dado: o interdiscurso instaura uma defesa coletiva de não exposição, de não repetição daquilo que faz sofrer. A não participação, apesar de frustrante para a

pesquisadora no início, também possibilitou reflexão sobre as vivências de sofrimento e estratégias defensivas dessa equipe.

Todos esses policiais empreendem esforços diários para dar cumprimento ao trabalho que lhes é prescrito, ou seja, para preencher a lacuna entre aquilo que está prescrito e o trabalho real que deve ser desempenhado com os recursos disponíveis para dar conta da realidade das ocorrências. Além do que, o trabalho real, o efetivo atendimento da ocorrência, a realização da investigação, o cumprimento de mandados implicam em contato direto com vítimas e agressores.

Os investigadores são os primeiros a estabelecer contato com aqueles que apresentam a queixa-crime (termo técnico para definir o que popularmente se chama de denúncia). Em vista disso, são os primeiros a ouvir as vítimas e/ou responsáveis para o registro de boletins de ocorrência. Eles são, também, os responsáveis por desenvolver as diligências relacionadas à investigação dos fatos noticiados e por efetuar prisões em flagrante ou cumprir mandados judiciais de prisão e/ou apreensão.

No desempenho do trabalho real para cumprir a tarefa prescrita de conduzir e averiguar as infrações penais, bem como esclarecer sua autoria, é inevitável que a atuação profissional seja permeada por aspectos da vida particular dos investigadores e que esses aspectos particulares também se comuniquem com a experiência no atendimento das ocorrências. Esse é um ponto de compreensão crucial para se realizar a Análise do Discurso dos participantes: considerar que seus discursos não são neutros.

Sob essa perspectiva que considera que os discursos não são neutros, alguns dados sociodemográficos daqueles policiais que aceitaram responder à pesquisa foram coletados. A divulgação desses dados não compromete a manutenção do anonimato dos participantes, e sim, podem auxiliar na compreensão de interdiscursos que ecoam em suas contribuições. As narrativas a respeito das vivências de sofrimento são diferentes do ponto de vista de homens e mulheres, do ponto de vista de quem está na corporação a mais ou menos tempo, do ponto de vista daqueles que têm filhos, dos que são casados ou solteiros.

Diante disto, os quatro investigadores participantes são identificados adiante somente como “Inv-1”, “Inv-2”, “Inv-3” e “Inv-4”. Foi elaborado quadro sintético contendo os dados sociodemográficos coletados a respeito de cada um deles.

Quadro 1 – Resumo de dados sociodemográficos dos respondentes

Participante Dado	Inv-1	Inv-2	Inv-3	Inv-4
Idade	40	44	47	40
Sexo	F	M	F	M
Estado Civil	Casada	Casado	Casada	Divorciado
Filhos	2	2	1	2
Formação	Direito	Psicologia	Psicologia e Adm.	Fisioterapia
Nº anos na Polícia	8	11	23	11

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2023)

Após a realização das entrevistas, para promover a análise e discussão a respeito das informações obtidas, preliminarmente, foi feita nova escuta das entrevistas gravadas, seguida de transcrição e nova leitura de todos os achados de pesquisa coletados para estimular possíveis compreensões sobre a temática do estudo. Na transcrição, expressões, como "né?", "pra", "tipo assim", "sabe?", "então", "é..." (esta última indicando, por vezes, certa hesitação ou a busca pelo termo adequado para se explicarem), foram preservadas para que o leitor possa perceber o perfil de narrativa do investigador entrevistado.

Na entrevista, a intenção de busca era pelos elementos discursivos mais recorrentes que guardassem relação com as: (i) vivências de sofrimento no trabalho e (ii) estratégias defensivas ao sofrimento, que eram as categorias inicialmente vislumbradas para a presente pesquisa.

No decorrer das entrevistas, no entanto, emergiram subcategorias de interdiscursos diferentes, presentes nas falas de todos os investigadores participantes, classificadas conforme consta a seguir:

- a) os esforços para preencher as lacunas entre o trabalho prescrito e o trabalho real;
- b) o atendimento às ocorrências;
- c) o reconhecimento;
- d) os distúrbios da saúde e do sono;
- e) o entendimento dos investigadores sobre o emprego de estratégias defensivas.

Ambas as categorias e todas as subcategorias puderam ser avaliadas sob a ótica do interdiscurso presente na fala dos entrevistados, dando origem a quadros esquematizados da seguinte forma: inclusão do trecho da narrativa, destaque do trecho que evidencia vivência de sofrimento, destaque do trecho que evidencia

estratégia defensiva relacionada. As subcategorias contam com desdobramentos detalhados dentro dos respectivos quadros. Os quadros são seguidos de considerações e constatações práticas e teóricas relacionadas ao conteúdo estudado.

4.2 Das entrevistas e Análise do Discurso

Passando à análise, importa ressaltar que tanto as vivências de sofrimento, como as estratégias defensivas desenvolvidas pelos investigadores podem ser percebidas no interdiscurso contido em suas falas. Com exceção de um único participante que verbalizou abertamente e de forma direta sobre o sofrimento que a profissão lhe inflige, todos os demais relatos tratam das situações de sofrimento como algo inerente à profissão, uma circunstância que não denominaram como sofrimento, não afirmando claramente que sofrem em virtude do que enfrentam no trabalho. Da mesma forma ocorre com as defesas: nenhum participante fala claramente que desenvolveu determinada estratégia para diminuir seu sofrimento, mas que adotaram certo comportamento para serem capazes de “continuar trabalhando”.

Sendo assim, passa-se a expor os trechos que evidenciam as categorias levantadas: (i) vivências de sofrimento e (ii) estratégias defensivas, analisadas em subcategorias constantes nos quadros a seguir.

- a) Os esforços para preencher as lacunas entre o trabalho prescrito e o trabalho real

O interdiscurso a respeito dos esforços para preencher as lacunas entre o trabalho prescrito e o trabalho real permeia a íntegra das narrativas dos investigadores a respeito de sua profissão, isso, pois compreendem todo o investimento que fazem para executar suas tarefas. Entretanto, alguns trechos podem ser destacados por já carregarem demonstrações de adaptações dos participantes à organização do trabalho, caracterizando estratégias defensivas, de modo a diminuir o sofrimento decorrente desse investimento para preencher o espaço entre o que é prescrito e a realidade.

O Inv-1 contou sobre a estrutura física da unidade em que atua. Contou que problemas estruturais, por vezes, precisam ser resolvidos pelos investigadores, mesmo que não guarde qualquer relação com as atribuições a eles prescritas formalmente.

O Inv-2 ressalta, na mesma esteira apontada pelo Inv-1, que há sofrimento ligado ao esforço realizado pelos investigadores para trabalhar sem a estrutura adequada. O Inv-3 também ratificou a falta de estrutura adequada para a execução das tarefas prescritas. Surge novamente o interdiscurso do sofrimento decorrente do distanciamento entre o trabalho prescrito e o trabalho real, assim como da falta de estrutura para o desempenho de suas tarefas:

Quadro 2 – Lacunas entre trabalho prescrito e trabalho real: estrutura

Subcategoria	Os esforços para preencher as lacunas entre o trabalho prescrito e o trabalho real
<p>Trecho da Narrativa – Interdiscurso de Sofrimento no Trabalho</p>	<p>Inv-1: “[...] tudo que a delegada me pede, eu tento resolver, dentro do que é possível, dentro das ferramentas que o Estado dá pra gente, né? É o problema de encanamento, de telhado apodrecendo, coisas que não são funções do investigador. No Estado, é um investigador que é designado pra isso [...], é a gente que vai fazendo, né? Se virando. [...] não é fácil, mas a gente vai trabalhando como pode [...], esses dias quebrou o câmbio no meio de uma missão aí, e ele teve, por sorte, uma chave de fenda no carro e enfiou a chave de fenda pra conseguir trocar de marcha. Gravou até um vídeo pra mandar. Então assim, é triste porque se você pensar que a vida pode estar correndo risco ali... é triste você ver o colega passar por isso. É o mínimo, né, que precisava, que você precisa pra atender uma ordem de serviço. [...] Se a gente tivesse um aparelhamento adequado, ficaria mais leve”.</p> <p>Inv-2: “[...] experiência na rua? gostei da experiência de rua... me ajudou bastante, mas também foi uma experiência muito sofrida. É quando a gente toca na questão estrutural, assim, de estrutura mesmo, de condições de trabalho. Precário? sim senhor... precário. É, as viaturas, né? A viatura já antiga, coisas, problemas que a gente enfrenta, né? Com problemas mecânicos, é você ter que, às vezes, tirar dinheiro do bolso pra fazer reparo em viatura que quebra na sua mão, então, toda essa questão de falta de investimento no policial. Esse eu acho que foi o fator mais difícil que eu e acredito que a maioria dos colegas enfrenta, em relação a falta de investimento. Principalmente no investigador de polícia, que é quem está na linha de frente aí, né? [...] Às vezes, eu sou chamado pra audiências de casos que eu atendi há anos. É um absurdo isso. E também não dá pra culpar lá a promotora ou outras pessoas, porque também o número é pequeno, né? Então é uma questão de uma falha do Estado, né? É uma outra coisa negativa que a gente enfrenta, né? O Estado</p>

	<p>falha e... olha... acho que se não fosse o nosso esforço, a coisa estaria pior. Porque eu sei que têm muitos policiais que se esforçam além do que podem pra fazer a coisa andar. No âmbito pessoal mesmo, né? Pra fazer serviço fora de horário, tudo.”</p> <p>Inv-3: “É... quando eu trabalhei nessa Unidade, em oportunidades anteriores, [...] era um espaço onde mal tinha mesa de escritório, tinha, eu acho que um ou dois computadores, não tinha impressora, faziam as oitivas das famílias, das vítimas, testemunhas, autores e, pra imprimir tinha que levar no outro órgão, que ficava na frente do prédio, ficava num prédio muito feio, muito velho, quebrado. Nós tivemos que colocar, arrumar muita coisa com o nosso dinheiro, porque o Estado não, é... ele faz mais pra palanque político, né? O meu entendimento é que a gente tem que dar conta. E eu, hoje em dia, eu não faço mais isso. Se está quebrado, eu sinto muito. Eu vou me adequar a isso que está quebrado. Eu pago os meus impostos. Então, eu não acho certo eu pagar duas vezes. E depois de ter feito já tanto, né, em outras unidades. Chega a um ponto, assim, que enquanto eu faço o papel do Estado, ele pode se omitir mais e mais.”</p>
<p>Trecho que revela Estratégia defensiva</p>	<p>Inv. 1: “[...] dentro do que é possível, dentro das ferramentas que o Estado dá pra gente, né? [...] a gente que vai fazendo, né? Se virando [...] a gente vai trabalhando como pode”.</p> <p>Inv. 3: “[...] hoje em dia, eu não faço mais isso. Se está quebrado, eu sinto muito. Eu vou me adequar a isso que está quebrado. Eu pago os meus impostos. Então, eu não acho certo eu pagar duas vezes”.</p>

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2023)

Ainda que não seja função dos investigadores, denota-se que para possibilitar a continuidade de seu trabalho, eles vão “se virando”, “trabalhando como podem”, “dentro do que é possível”, ou seja, se adaptam à realização de atividades estranhas à profissão, de maneira que possam dar cumprimento àquilo que lhes é efetivamente prescrito.

Ademais, como se vê no Quadro 2, o Inv. 3 relatou uma outra forma de defesa que desenvolveu para continuar trabalhando: a identificação e imposição de limites entre o que é prescrito ao investigador e aquilo que é função do Estado. A defesa pode ser identificada no seu interdiscurso, quando diz que hoje em dia já não se esforça mais para realizar a manutenção da estrutura oferecida com recursos próprios.

A respeito da próxima subcategoria, o Inv-1 contou sobre a escala de trabalho da Polícia Civil. Para realizar atendimento contínuo, por 24 horas, as delegacias trabalham com escala de plantão:

Quadro 3 – Lacunas entre trabalho prescrito e trabalho real: escalas de trabalho

Subcategoria	Os esforços para preencher as lacunas entre o trabalho prescrito e o trabalho real
Trecho da Narrativa – Interdiscurso de Sofrimento no Trabalho	Inv-1: “Eu fazia plantão vinte e quatro por noventa e seis [horas] e troquei por trabalhar no expediente. Pra quem é de fora da polícia achou que é uma loucura, né? Porque eu trabalhava vinte e quatro horas e tinha quatro dias de folga, mas os quatro dias de folga, na época, não estavam sendo suficientes pra mim poder ciclar, e voltar ao trabalho sem ter muito prejuízo psicológico... Cansaço e tudo mais. E daí eu aceitei vir trabalhar no expediente aqui nessa unidade e assumir essa função administrativa, coisa que eu nunca tinha feito antes, não sabia como funcionava, mas foi um desafio. Decidi vir porque eu achei que fosse ser melhor pra dar uma mudada. Diária, a rotina, o plantão a longo prazo, ele vai acabando mesmo com a saúde mental da gente, saúde física. [...] Então, assim, o ser humano é feito pra trabalhar de dia e descansar à noite. Por isso que eu falo que a longo prazo isso causa um prejuízo que é difícil você recuperar, né?”.
Trecho que revela Estratégia defensiva	Inv-1: “[...] daí eu aceitei vir trabalhar no expediente aqui nessa unidade e assumir essa função administrativa, coisa que eu nunca tinha feito antes, não sabia como funcionava, mas foi um desafio. Decidi vir porque eu achei que fosse ser melhor pra dar uma mudada...”

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2023)

Ao perceber o desgaste que vinha sofrendo, ainda que tivesse vários dias de folga entre um plantão e outro, o Inv-1 optou por trabalhar no expediente diário para melhorar sua rotina. Sua fala exemplifica o quanto a escala de trabalho dos policiais exige adaptação dos hábitos diários para que sejam aptos a atuar nesse modelo de organização do trabalho.

Outro interdiscurso que denota o esforço realizado para adaptar o trabalho prescrito ao trabalho real, e que surgiu na fala do Inv-4, gira em torno da questão do treinamento oferecido aos policiais. Ele relatou fato comum que ocorre por ocasião do ingresso na carreira de investigador da Polícia Civil: quando se dá a nomeação para o cargo, o correto seria que, imediatamente, o servidor fosse matriculado no curso de formação – apontado nos relatos como “escola”. Por razões diversas, nem sempre o curso de formação é ofertado imediatamente para aqueles que ingressam

na carreira. Muitos policiais começam a atuar nas delegacias sem o devido treinamento e precisam se adaptar à realidade do trabalho policial sem se aprofundar sequer à noção do que lhes é prescrito na qualidade de investigadores.

O Inv-2 narrou situação semelhante, agregada a outra demanda por adaptação ainda mais evidente, quando conta que, além de não receber o treinamento para atuar como investigador, ele precisou passar a atuar em função diferente daquela para a qual prestou concurso:

Quadro 4 – Lacunas entre trabalho prescrito e trabalho real: treinamento

Subcategoria	Os esforços para preencher as lacunas entre o trabalho prescrito e o trabalho real
<p>Trecho da Narrativa – Interdiscurso de Sofrimento no Trabalho</p>	<p>Inv-4: “Eu entrei na polícia em dois mil e onze [...] Eu fiz escola da polícia em dois mil e treze”.</p> <p>Inv-2: “Trabalhei um período na rua, mas a maior parte do tempo no setor de psicologia, por conta da minha formação em psicologia. Então, é o setor que demandava mais profissionais, demanda ainda, né? Então, tinha muito inquérito, muita gente pra ser ouvida, muita coisa parada. Então, quando a gente entrou, né, a gente não teve escola. Não tinha funcional nem arma, então, eu comecei no boletim de ocorrência, só fazendo boletim de ocorrência, e aí uma das delegadas soube da minha formação e falou assim: olha, a gente precisa muito de alguém com formação em psicologia no setor porque tem muito trabalho parado. Então, na época, acho que eram três profissionais atendendo toda a cidade, né? Então, é muito pouco e, por eu ter a formação, não tinha escola [de treinamento de policiais], então, não podia trabalhar na rua, então, foi uma ótima... eu fiquei muito contente com o convite e até hoje sou muito contente por trabalhar neste setor, né?”.</p>
<p>Trecho que revela Estratégia defensiva</p>	<p>Inv-2: “[...] por eu ter a formação, não tinha escola [de treinamento de policiais], então, não podia trabalhar na rua, então foi uma ótima... eu fiquei muito contente com o convite e até hoje sou muito contente por trabalhar neste setor né?”</p>

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2023)

A situação exposta pelo Inv-2 evidencia a problemática da falta de treinamento e denuncia a defasagem de pessoal qualificado para o desempenho de alguns atendimentos peculiares, como é o caso do atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência. Há casos em que as vítimas ainda não contam sequer com repertório lexical para verbalizar o que sofreram e, por isso, é preciso que o atendimento seja diferenciado, prestado por profissionais da área de

psicologia. Como não é realizada contratação no âmbito da Polícia Civil para atuarem especificamente na carreira de Psicólogo, os investigadores que têm formação na área são recrutados para atuarem nesses setores.

Em que pese à experiência do Inv-2 demonstrar uma situação de extremo distanciamento entre o trabalho que é prescrito ao investigador de polícia e aquele que ele realmente desempenha enquanto psicólogo, o interdiscurso trazido na fala dele demonstrou que a adaptação que foi exigida de sua parte não ganhou uma conotação negativa. Ao contrário: ele ficou “muito contente com o convite e até hoje sou muito contente por trabalhar neste setor”. Assim, é possível confirmar que sofrimento decorrente do esforço realizado para se adaptar à organização do trabalho também pode ter resultados positivos e criativos, ratificando a teoria da Psicodinâmica.

b) O atendimento às ocorrências:

O interdiscurso a respeito do sofrimento que vivenciam em razão da profissão também aflora quando compartilham relatos acerca dos atendimentos das ocorrências e investigações envolvendo crianças e adolescentes. Foram selecionados trechos das falas a respeito desses atendimentos em que também constam interdiscursos a respeito das defesas desenvolvidas para atender a esse tipo de ocorrência.

Uma estratégia defensiva evidente foi desenvolvida pelo Inv-2 diante do sofrimento que decorre da forma como a população trata os policiais durante o atendimento das ocorrências. A forma como ele ouve os cidadãos que atende e como ele explica a atividade que desempenha, para então ganhar confiança e garantir que seu trabalho aconteça, não deixa de ser um esforço que, inevitavelmente, requer sessões de terapia para manter seu equilíbrio.

A mesma estratégia defensiva aparece no interdiscurso do Inv-3, a respeito da alternativa que encontrou para se adaptar ao atendimento de ocorrências em que o cidadão eventualmente é agressivo com os policiais: além de estabelecer limites na comunicação com noticiantes, ele contou que também investe em sessões de psicoterapia para continuar lidando de modo paciente com circunstâncias em que recebe agressividade durante sua atuação. O mesmo participante relatou que também se sente útil na realização do seu trabalho, porém, diante do sofrimento que sente ao ouvir as ocorrências, desenvolveu a estratégia defensiva que consiste em

ouvir estritamente as crianças e os adolescentes vítimas, que é o papel esperado do local em que atua, sem estender demasiadamente a oitiva dos pais.

Quadro 5 – O atendimento às ocorrências – agressividade dos cidadãos / usuários

Subcategoria	O atendimento às ocorrências
<p>Trecho da Narrativa – Interdiscurso de Sofrimento no Trabalho</p>	<p>Inv-2: “Sem contar a agressividade que a polícia recebe diariamente de muitas pessoas, né? As críticas, né! Quando a gente vai entregar uma intimação, quando a gente vai fazer uma investigação, muitas pessoas odeiam a polícia. Então, a gente acaba sendo alvo de projeções. Só quando a gente tem esse momento, assim, de conversa, o que já aconteceu muitas vezes comigo, né! Então, eu posso dizer de mim. Muitas vezes, em que eu pude absorver uma grande parte dessa agressividade, escutar a pessoa e, depois, explicar pra ela o nosso trabalho, tudo: aí que a pessoa muda, se desculpa, fala: ‘ah, que vergonha, desculpe ter te tratado desse jeito’. [...] Então, o policial, ele tem que lidar ainda, além do estresse de ter que lidar com essas questões da provocação, da agressividade que vem do outro. Então, realmente, a gente tem que ter esse investimento pessoal de terapia pra poder lidar com todas as questões que envolve o trabalho policial, né?”.</p> <p>Inv-3: “Tudo é um aprendizado, né? Então, hoje em dia, por exemplo, se tem pessoas agressivas aguardando pra... querendo ser atendidas, é... eu costumo fazer um contato, né! Com todos, já pra evitar isso, né! Eu penso que a gente precisa de uma psicologia preventiva. Então, já falo: ‘olha, a gente já vai te atender, está muito cheio, a situação de lá é bem grave, um pouquinho de paciência que a gente já vai te ouvir com tempo. Não adianta a gente ouvir você correndo’, sabe?’. E daí, quando tem alguém assim muito agressivo, eu costumo falar assim: ‘olha isso que você está passando é muito complicado e isso está te... está te deixando muito triste, então vamos fazer o seguinte..., eu acabei de atender uma situação muito grave, uma situação que é muito pesada, então, eu vou tomar uma água, você também toma uma água, a gente espera um pouco, se tranquiliza. Daí eu venho aqui e a gente já conversa sobre isso’. Aí eu tô dando atenção. E aí dá certo. [...] Eu estudei outras técnicas que trabalham com trauma que são mais eficazes do que as linhas de psicoterapia, que eu aplico com essas crianças e eu sinto, assim, que eu saio feliz, com uma sensação de um trabalho bem feito, e eu sinto que as crianças saem de lá melhores. O meu objetivo é que elas saiam de lá melhor do que chegaram. Então, com os pais, também eu aprendi assim... ter é... eu tenho</p>

	<p>colegas que atendem os pais... eu não atendo os pais pelo seguinte: a gente tem um excesso de trabalho e a energia que eu invisto na criança é uma, porque a criança realmente foi vítima, mas com os pais é uma energia muito maior e assim... tem coisas que eles já falaram pro escrivão, eles teriam que falar fazendo uma psicoterapia, e não vão fazer! Então, não é o meu papel ouvir esses pais, o sofrimento deles. Senão, eu ouço o pai e a mãe e a criança, daqui a pouco, eu não ouço mais ninguém. Então, o meu foco são as crianças. Tanto que quando eu vou falar com os pais, eu nem levo pra uma sala reservada. Eu chamo num espaço, às vezes no estacionamento ou na sala, falo um pouquinho mais baixo, converso, se eventualmente um pai acaba se emocionando, eu faço o acolhimento ali e não recolho pra dentro da delegacia. Senão, eu saio de lá exausta. E eu, além de ter o meu trabalho, eu tenho a minha casa, a minha família, a minha filha, meu marido. Na polícia, quando eu me aposentar, vão colocar outra pessoa no lugar, e aqui na minha casa... provavelmente também vão colocar outra [risos], mas eu quero ver a minha filha crescer'."</p>
<p>Trecho que revela Estratégia defensiva</p>	<p>Inv-2: "Então, eu posso dizer de mim. Muitas vezes em que eu pude absorver uma grande parte dessa agressividade, escutar a pessoa e, depois, explicar pra ela o nosso trabalho, tudo, aí que a pessoa muda, se desculpa, fala: 'ah que vergonha, desculpe ter te tratado desse jeito'. [...] Então, realmente a gente tem que ter esse investimento pessoal de terapia pra poder lidar com todas as questões que envolve o trabalho policial, né?"</p> <p>Inv-3: "Então, com os pais também eu aprendi assim... ter é... eu tenho colegas que atendem os pais... eu não atendo os pais pelo seguinte: a gente tem um excesso de trabalho e a energia que eu invisto na criança é uma, porque a criança realmente foi vítima, mas com os pais é uma energia muito maior e assim... tem coisas que eles já falaram pro escrivão, eles teriam que falar fazendo uma psicoterapia, e não vão fazer! Então, não é o meu papel ouvir esses pais, o sofrimento deles. Senão, eu ouço o pai e a mãe e a criança, daqui a pouco, eu não ouço mais ninguém. Então, o meu foco são as crianças".</p>

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2023)

No que diz respeito ao atendimento ou às investigações que envolvem as vítimas propriamente ditas, por meio de sua fala, o Inv-1 demonstra que busca, como estratégia defensiva, "voltar seus olhos para o aspecto da investigação", busca manter o foco no que é seu objetivo profissional, na tentativa de não ficar abalado. Além de voltar os olhos para o fato de ser policial, e assim focar na investigação dos

fatos que lhe são reportados, o Inv-1 denota, por meio do interdiscurso, o sentimento de utilidade, outra estratégia defensiva desenvolvida: apesar do sofrimento, a compreensão a respeito de ser útil para as vítimas lhe auxilia na continuidade de suas atividades.

Na mesma esteira, o Inv-2 conta como há situações que ainda o entristecem apesar de já estar na carreira há anos, e como ele se sente animado para ajudar essas vítimas, valendo-se do interdiscurso acerca do sentimento de utilidade como uma defesa para continuar desempenhando seu trabalho.

Os Inv-3 e Inv-4 compartilharam, a exemplo da ocorrência descrita pelo Inv-2, sobre uma criança que presenciou a morte do pai, outras situações delicadas atendidas na rotina dos investigadores. Como forma de defesa, verifica-se no interdiscurso dos Inv-3 e Inv-4, a respeito da rotina policial, que os investigadores desenvolvem certo nível de indiferença à dor alheia, que é uma das consequências da utilização de estratégias defensivas de acordo com a teoria da Psicodinâmica:

Quadro 6 – O atendimento às ocorrências – violência contra crianças e adolescentes

Subcategoria	O atendimento às ocorrências
<p>Trecho da Narrativa – Interdiscurso de Sofrimento no Trabalho</p>	<p>Inv-1: “Aqui, já uma vez, eu recebi uma investigação que veio da Polícia Federal com um link com várias imagens, vários vídeos que possivelmente era aqui no Estado o IP da máquina que transmitia. Então, você tem que olhar tudo aquilo [...] uma outra vez também, um vídeo que foi muito transmitido pelo WhatsApp, então, acho que eles mandaram pra vários estados pra ver se reconhecia o local, e tudo mais, né? Mas é uma coisa meio impossível de você saber porque a imagem era ruim, mas você vê aquela coisa, da pessoa agredindo crianças, bebês, é a pessoa totalmente indefesa, então, você fica vendo aquilo, tentando achar ali alguma coisa pra você desvendar, né, a investigação... então, seus olhos têm que ser mais voltados pra uma investigação, porém, você está vendo a imagem da violência ali, que é bem complicada, né? Então, isso é muito marcante, alguns casos que a gente recebeu aqui na unidade, diretamente, que aparecem num hospital infantil, que vem aqui pra gente, bebês que dão entrada com traumatismo craniano, com sinais de maus tratos, né! [...] Na situação de uma vítima também, você ainda é penalizada por esse psicológico aí que, que fica abalado. Mas, assim, a gente é policial, então, a gente tenta sempre, tem que passar, tem que passar, tem que fazer. Se a gente não fizer, né? Não tem jeito, então tem que ir. [...] Mas eu gosto de</p>

fazer o trabalho de rua, então, quando tem mandado de prisão, de busca e apreensão, quando eu consigo, eu procuro ir junto acompanhar o pessoal, é uma coisa que vai motivando. Aqui, hoje, eu me sinto mais útil, trabalhando. Por conta que você ajuda as crianças e são pessoas que não têm voz, né! Então, eu me sinto mais útil em poder ajudar nesse sentido”.

Inv-2: “E um caso também, teve um caso que eu atendi, não foi nem um caso dessa unidade. Às vezes, a gente atende casos da delegacia de homicídios, né! E um caso que me marcou muito, que me deixou muito triste, foi de um garotinho que não sabia que o pai, o que tinha acontecido com o pai. O pai estava desaparecido, e aí eu escutei essa criança, e ele estava me narrando assim as coisas que... ouviu deste pai antes do pai desaparecer, e, conforme ele estava narrando, ali eu pude ir interpretando que se tratava de um tiro que o pai levou, que daí o pai começou se afogar com o vômito... é... com vômito, com o sangue e tentava vomitar, né! Quer dizer, era ali também o vômito, ali, mas era muito sangue. E aí depois, quem cometeu esse crime foi a mãe dele, né! Então, assim, acho que o fato assim, dele tá me narrando algo que ele não sabia o que era, contando que o pai, dali a pouco pudesse tá retornando, né! E foi algo que me pegou bastante, né! Eu não esperava. Porque, às vezes, vem o caso, né! Você não sabe... Vem dizendo: ‘olha, pode ter presenciado alguma cena’. Não tem muitas informações, né! E aí, conforme eu fui escutando esse garoto, eu fui entendendo o que tinha acontecido. E daí, depois o pai foi esquartejado, enfim, algo assim, muito triste. E depois ele, provavelmente, ele soube depois o que aconteceu com o pai e tudo. Então, todos os casos assim que acabam gerando uma comoção, uma tristeza, são os casos que a gente se sente impotente pra ajudar, né! [...] Você espera um mundo melhor. Principalmente pros nossos filhos que estão aí, né! Então isso é preocupante. Mas assim... não tira a nossa vontade e o ânimo de querer fazer melhor, né! Às vezes, mesmo que a gente não vá fazer muito, o fato de você acolher uma criança, ela se sentir acolhida, amparada por você, e saber que têm pessoas diferente do meio que ela vive, isso já é uma grande ajuda, porque ela vai ter uma referência, né? E muitas que se sentam aí, ali, muitas eu tenho certeza que se sentem assim, mudadas, por pior que seja o que ela venha dizer aqui. Muitos já me disseram: ‘que bom que foi ter falado, que foi ter conversado, que bom que a polícia me ajudou’. Então, elas terão referências, né! Então, eu e outras pessoas que tão aqui acabam ajudando,

mesmo quando a gente acha que não ajudou”.

Inv-3: “[...] eu atendi uma criança, é... ela já estava com uns onze, doze aninhos. Então já está começando na pré-adolescência. Ela chegou pra mim, sempre com o rostinho coberto. O cabelo jogado por cima, olhando pra baixo e muito fechadinha. Ela estava usando fralda. Assim, quando a criança é abusada, ela precisa fazer a profilaxia química, né? Passa muito mal, tem desarranjo, tem vômito, tem dor de estômago, as crianças sofrem demais. A sociedade se preocupa com a castração química que o abusador vai sofrer. Eu sei que é um sofrimento. Mas é a consequência da ação dele, né? E daí, essa criança estava usando fralda, eu de início achei que fosse por conta da profilaxia, e daí eu fui conversando com ela, eu não tenho o hábito de ler o processo antes, tenho uma preocupação de não me influenciar pelo que já tá escrito. Então, daí eu trabalhei com essa criança, e ela me deu as informações, consegui ter todas as informações. Por quê que ela estava usando a fraldinha? É que na violência do estupro houve um rompimento, e ela teve que fazer uma cirurgia de reconstrução no ânus e na vagina. [...] um desses casos, é... eu participei, eu estava no grupo das buscas do corpo da criança e no grupo que eu estava, nós encontramos o corpo. Então, eu ajudei a carregar a maca com o corpo da criança. E essas coisas... o quê que acontece? Não me fazem deixar de ter empatia com [vítimas de] outros crimes, mas assim, pra mim, se me ligam no desespero eu pergunto: ‘teve alguma morte, alguma coisa?’ Não. ‘Alguém tá gravemente ferido?’ Não. Então, pra mim, não é problema. Você está bem? Então está tudo bem. É... então o quê que parece? Que gente acaba tendo um descaso com a dor do outro. Tanto que eu já decidi isso já faz muitos anos, eu só trabalho com vulnerável, porque crime contra o patrimônio não me toca [...] Então, daí, por isso falam assim: ‘ah mas fica a casca grossa’. Não é! É que a gente aprende a ver o que é um problema real, daquilo que se a pessoa tiver outro meio de resolver não é um problema tão grave. É um obstáculo que a pessoa vai passar e ok, tá tudo bem”.

Inv-4: “Teve uma situação que o padrasto, ele bateu na menina, espancou a menina, arrancou o couro cabeludo da menina assim... e colocou com um Durepox, e antes disso tinha abusado sexualmente da menina, e ela estava toda machucada e caiu no meu plantão essa situação. E eu fui no hospital depois pra ver lá, investigar, né... e foi bem triste ver assim a situação, né, dessa vítima, aí acho que foi o pior caso que eu vi assim, tá? Ficou internada no

	<p>hospital umas duas semanas com o cabelo colado, né! Com o couro cabeludo colado com Durepox, e fora os as lesões, né, do estupro. Uma das piores que eu me lembro. Teve várias, né! Mais é de lesão corporal assim que chega as crianças pequenininhas, vamos supor, de três, quatro anos que apanha, né! Esse me deixa mais triste porque eu sou pai, né! Eu vejo assim criança pequenininha, criança é boazinha, às vezes, pai e mãe espanca, né? [...] Eu fico triste assim de ver é... que a pessoa, às vezes,... bater em criança, a criança é muito frágil, né?... e bate mesmo... o último plantão meu, por exemplo, teve duas ali que você vê que são, né? E batem, espancam. Isso me deixa mais chateado assim. E não é que não me choque mais, é lógico, mas eu to acostumado já, na verdade. Acostumei bastante... assim, né? Cê não dá mais tanta atenção, né! A atenção que dá nos primeiros casos que você vê, que você tem, no começo sofria mais. Agora... não tem mais sentimento nenhum, né! Estou aqui só pra trabalhar, só. É... tem que tá.”.</p>
<p>Trecho que revela Estratégia defensiva</p>	<p>Inv-1: “você vê aquela coisa da pessoa agredindo crianças, bebês, é a pessoa totalmente indefesa, então você fica vendo aquilo tentando achar ali alguma coisa pra você desvendar, né, a investigação... então seus olhos têm que ser mais voltados pra uma investigação [...] Aqui, hoje, eu me sinto mais útil trabalhando. Por conta que você ajuda as crianças e são pessoas que não têm voz, né! Então, eu me sinto mais útil em poder ajudar nesse sentido”.</p> <p>Inv-2: “Mas assim... não tira a nossa vontade e o ânimo de querer fazer melhor, né! Às vezes, mesmo que a gente não vá fazer muito, o fato de você acolher uma criança, ela se sentir acolhida, amparada por você, e saber que têm pessoas diferentes do meio que ela vive, isso já é uma grande ajuda, porque ela vai ter uma referência, né? E muitas que se sentam aí, ali, muitas, eu tenho certeza que se sentem assim, mudadas, por pior que seja o que ela venha dizer aqui. Muitos já me disseram: ‘que bom que foi ter falado, que foi ter conversado, que bom que a polícia me ajudou’. Então, elas terão referências, né? Então, eu e outras pessoas que tão aqui acabam ajudando, mesmo quando a gente acha que não ajudou”.</p> <p>Inv-3: “E essas coisas... o quê que acontece? Não me fazem deixar de ter empatia com [vítimas de] outros crimes, mas, assim, pra mim se me ligam no desespero eu pergunto: ‘teve alguma morte, alguma coisa?’ Não. ‘Alguém tá gravemente ferido?’ Não. Então pra mim não é problema. Você está bem? Então está tudo</p>

	<p>bem. É... então o quê que parece? Que gente acaba tendo um descaso com a dor do outro”.</p> <p>Inv-4: “E não é que não me choque mais, é lógico, mas eu to acostumado já, na verdade. Acostumei bastante... assim, né! Cê não dá mais tanta atenção, né! A atenção que dá nos primeiros casos que você vê, que você tem. No começo sofria mais. Agora... não tem mais sentimento nenhum, né! Estou aqui só pra trabalhar, só. É... tem que tá”.</p>
--	---

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2023)

c) O reconhecimento:

Além dos depoimentos permeados por interdiscursos que tratavam do preenchimento das lacunas entre o trabalho prescrito e o trabalho real e do sofrimento decorrente das ocorrências tristes que atendem, surgiram na fala dos participantes interdiscursos que revelam sofrimento decorrente da falta de reconhecimento pelos superiores hierárquicos, pelos que recebem o atendimento da polícia e, até mesmo, pelos familiares. Como estratégia defensiva em relação à falta de reconhecimento, a Inv-1 relata que aprendeu a “baixar expectativas”.

Por outro lado, os participantes demonstraram um sentimento de satisfação e prazer ao serem reconhecidos. Conforme se verifica na teoria da Psicodinâmica do Trabalho, a presença ou ausência de reconhecimento é fator contributivo para experiências de defesa contra o sofrimento no trabalho:

Quadro 7 – O Reconhecimento

Subcategoria	(A falta do) Reconhecimento
Trecho da Narrativa – Interdiscurso de Sofrimento no Trabalho	<p>Inv-1: “A gente, às vezes, também tem que aprender a não esperar muito das pessoas, isso acaba decepcionando a gente com o tempo, né? Porque você se doa muito. Então você espera um mínimo de reconhecimento, mas, às vezes, a pessoa acha que ela reconhece de um jeito, você acha que deveria reconhecer do outro, e é assim a gente vai, né? Baixar expectativas”.</p> <p>Inv-2: “Enfim, é estrutural. Falta um investimento e uma valorização, porque essa valorização quando não vem lá de cima, a população também não vai valorizar. Países que onde se valoriza a polícia, a população tem mais respeito. O exemplo teria que partir dessas pessoas, desses governantes, né?”.</p> <p>Inv-3: “Então, assim, eu acho que, às vezes, generalizam muito a forma dos policiais serem</p>

	<p>[...] E essa generalização é... Ai, dói, né? [...] A sociedade é ingrata. Ela quer a polícia no momento que ela precisa, da maneira que ela precisa, não como deve ser, e quando lhe convém, né, da forma que convém também”.</p>
<p>Trecho que revela Estratégia defensiva</p>	<p>Inv-1: “[...] às vezes, a pessoa acha que ela reconhece de um jeito, você acha que deveria reconhecer do outro, e é assim, a gente vai, né? Baixar expectativas. [...] eu vejo, às vezes, uma luz no fim do túnel. Nós recebemos uniformes. É... Já é alguma coisa. E eu te falo, quando foi distribuído os uniformes, o pessoal aqui ficou: ‘Poxa! Olha! veio coisa boa pra gente!’. Acharam que... todo mundo tava achando que ia ser um lixo que fosse vir, entendeu? Porque a gente só recebe resto, né! E quando veio uma bota adequada pra você trabalhar, uma camiseta com emblema novo, com novo padrão, entendeu? Coisa que antes o policial tinha que comprar do bolso dele, né! Veio a calça tática, que antes custava caro pra você comprar uma calça tática, hoje você ganhou uma calça boa do Estado. ‘Ah... não são as medidas’, né, adequadas... vai ter que ajustar... ok! mas também não tem como vir perfeita! Mas, pelo menos, é um material bom, você vê! Isso tudo é uma forma de valorizar... Então, eu vejo aí uma luz sim, talvez alguém esteja olhando, alguém está tentando melhorar, mas sozinho, eu sei que também é difícil, né! Então, assim, espero que que isso melhore”.</p> <p>Inv-2: “Então, o que eu sinto aqui pela chefia e pelos meus colegas de trabalho é que o meu trabalho é valorizado. Ter o reconhecimento... eu sinto, eu sinto isso no setor que eu estou. Então assim, às vezes, é bastante puxado? É!, mas, às vezes, é mais tranquilo. Temos dias tranquilos aqui. Ainda bem, né? Quem aguenta, né? Ninguém aguenta”.</p> <p>Inv-4: “Ah! Tem que curtir, né? Não tem... minha filha e meus filhos gostam, né! Minha filha, meu filho, de eu ser polícia, mas minha mãe não gosta muito, não gostou muito na época que eu já era policial civil. Lá no outro Estado, antes, ela também já não queria que eu fosse. Mas ela é por preocupação, por que achar que policial é tudo ladrão... Porque enfim... é, sempre foi assim, então a polícia é vista dessa forma, mas acabei entrando, e entrei e gosto. Gosto, apesar de tudo aí, eu gosto. Gosto”.</p>

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2023)

d) Os distúrbios da saúde e do sono:

A fala de dois participantes evidenciou também que as vivências de sofrimento experimentadas em razão da profissão afetam outros aspectos de sua saúde e sua vida particular. O Inv-4 compartilhou, ainda, situações de tensão e medo, que denotam vivências de sofrimento em razão da profissão.

Na busca por se aprofundar nos estudos que possam ser úteis na sua área de atuação na polícia, destaca-se, no interdiscurso do Inv-3, o desenvolvimento de uma compreensão sobre os efeitos da organização do trabalho na subjetividade dos investigadores. Em que pese haver a utilização de termos técnicos específicos da área de estudo do Inv-3, cujos conceitos não são objeto da presente pesquisa, o interdiscurso permite compreender que a atividade que desenvolvem implica sofrimento aos investigadores, afetando sua saúde mental.

Diferente das narrativas de sofrimento anteriormente transcritas, que apresentam uma estratégia defensiva específica associada a cada uma delas, as evidências de sofrimento do próximo quadro não trazem somente uma estratégia defensiva correspondente, mas sim, um conjunto de fatores mobilizados pelos investigadores para lhes trazer equilíbrio:

Quadro 8 – Os distúrbios da saúde e do sono

Subcategoria	Os distúrbios da saúde e do sono – Insônia
<p>Trecho da Narrativa – Interdiscurso de Sofrimento no Trabalho</p>	<p>Inv-1: “Então eu fico... tem noites que eu não durmo. Tenho insônia, acordo, ou não durmo ou eu acordo tipo duas, três horas da manhã e fico fritando a madrugada inteira. Ansiedade, ansiedade! Então, eu noto que isso impacta no desempenho da minha função aqui também. Ontem, foi um dia clássico, tipo, tive muitas dores no corpo, né! [...] na polícia, difícil mesmo é uma coisa alegre, né! Ninguém procura a polícia pra trazer flores ou pra dizer coisas boas, né! São sempre coisas ruins. [...] eu mesma tenho doenças psicossomáticas. Que eu adquiri depois que eu entrei na polícia, que eu não tinha antes. Então, tenho psoríase. São coisas assim, que eu não tinha, não existia antes na minha vida. Isso já é uma soma de, de, de... coisas que ficam no nosso subconsciente”.</p> <p>Inv-2: “Eu não tenho um sono tranquilo? Não tenho! Gostaria de ter... eu não me lembro quando foi a última noite que eu dormi, assim, uma noite inteirinha, faz muito tempo que eu não tenho. Então assim, descanso e tudo, mas é sempre como se eu tivesse em alerta. Mesmo quando eu fico doente... não consigo ter uma noite de sono tranquila. Então, mas isso eu sei que faz parte da rotina policial, acho que isso poderia diminuir se tivesse mais investimento na polícia, com armas, por exemplo, né? Mais</p>

	treinamento. Enfim, a estrutura que você precisa ter, né!”.
Subcategoria	Os distúrbios da saúde e do sono – TOC, Burnout
Trecho da Narrativa – Interdiscurso de Sofrimento no Trabalho	Inv-3: “E chegou um ponto que como plataforma de governo [...] foi feita uma campanha maciça da existência dessa Unidade [...]. E eu infelizmente dei conta até um tempo. Se eu tivesse colocado limite eu não teria adoecido. E eu acabei desenvolvendo o TOC, e dava conta, por conta do toque, essa obsessividade. Querer fazer tudo de uma maneira assim, muito correta, muito bem feita, muito organizada, à custa da minha saúde mental e física também. Então, eu acabei desenvolvendo o Burnout e, esses dias, uma professora minha de... ela é psicóloga forense, e ela me falou que o nome que se usa quando um profissional trabalha muito com situações de vulnerabilidade de crimes intensos é fadiga da compaixão. É uma coisa assim. E eu não cheguei a pesquisar. Nunca tinha ouvido falar”.
Subcategoria	Os distúrbios da saúde e do sono – Condicionamento Físico afetado
Trecho da Narrativa – Interdiscurso de Sofrimento no Trabalho	Inv-4: “Ah, o meu físico com certeza mudou bastante, né! Trabalha estressado, né! [...] Sem dormir direito, você faz o plantão aqui, você chega em casa, dorme de dia, altera completamente o sono, altera o físico, né! É... saúde mental também [...] nunca tive problema com relação a polícia, né! [...] Mas sempre tem né, tem histórico de colegas que tem problema com, né!, com droga, com álcool, estresse, psicólogo, psicológico, assim, né! Mas eu, com relação a polícia, ainda não tive. Eu tive particularmente já problemas, mas resolvi particularmente um problema. Por causa de tudo assim, né! O fato de ser policial, né! Daí já família já... por exemplo, minha ex-mulher já pensava: ‘ah, você é policial, é tudo vagabundo [...] Tudo safado, tem amante e tal’. Então, tem essa... tem esse problema... sendo que você está trabalhando, e daí foi isso que eu tive assim. O maior problema que eu tive na polícia foi esse. Por ser policial, né! É um trabalho comum, como qualquer outro, né? Mas tem essa... essa fama, então daí acaba prejudicando: que polícia é tudo ladrão, que polícia... é... mas não é bem assim que funciona, né, generalizam! Que a gente, em teoria, é normal, só que daí o que acontece... a pessoa já vai chamando você de ladrão, já chama você de vagabundo, de pilantra, de traíra, que trai a mulher e tal... e daí cê fica com aquilo lá na cabeça e acaba aceitando, né! É, é. Isso acaba, isso foi uma das causas que acabou com o meu casamento, entre outras coisas”.
Subcategoria	Os distúrbios da saúde e do sono – Tensão e medo
Trecho da Narrativa – Interdiscurso de	Inv-4: “É... o mais pesado é a periculosidade

Sufrimento no Trabalho	né, você está indo em local, é... vulnerável, favela... é... você pode, sei lá, ficar exposto, exposto a perigo pra levar um tiro a qualquer momento, cuidar de preso, insalubre, às vezes, às vezes, tem que preservar a vida do preso ao mesmo tempo que o preso não preserva a tua, né! O cara chega alterado aqui na delegacia, é... te xinga, te humilha. Fala, humilha e você não pode fazer nada, né! E é isso o estresse que passa... o medo de uma fuga. O medo do cara te denunciar por você não fazer nada, vamos supor, você não deu água pro preso na hora que ele queria e pode querer te ferrar”.
Subcategoria	Os distúrbios da saúde e do sono – Saúde mental comprometida
Trecho da Narrativa – Interdiscurso de Sofrimento no Trabalho	Inv-3: “Não é só a vítima que vai ter o transtorno do estresse pós-traumático. As testemunhas também têm esse sofrimento. E na polícia todos os dias nós vemos situação de crime, de grande violência, e isso tudo a gente vai internalizando. Então, somando todos esses grandes traumas que a gente ouve, é... somando isso tudo, nós também temos o estresse pós-traumático. Só que nós não somos treinados pra reconhecer isso”.
Trecho que revela Estratégia defensiva	Nesse item não foram associados trechos de narrativas que evidenciem estratégias defensivas específicas, e sim, a junção de todas as outras estratégias identificadas como forma de contornar as situações de sofrimento que afetam diretamente a vida pessoal dos investigadores. Além disso, como “senso comum” entre os participantes a respeito do que sejam estratégias defensivas, surge a menção à família, à espiritualidade, ao convívio social e à prática de esportes como pontos de apoio no enfrentamento às vivências de sofrimento.

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2023)

e) O entendimento dos investigadores sobre o emprego de estratégias defensivas:

Frisa-se que, apesar do formato das perguntas constantes no roteiro de entrevista, a pesquisadora buscou usar termos menos técnicos, perguntando, por exemplo, sobre as alternativas, adaptações ou válvulas de escape encontradas pelos participantes para continuarem trabalhando diante das situações delicadas que relataram. Mesmo quando questionados especificamente sobre o termo “estratégias defensivas” utilizadas por eles para continuarem trabalhando apesar do sofrimento, surgiram respostas ligadas à família, à espiritualidade, à psicoterapia, à prática de esportes e às atividades de lazer.

Quadro 9 – O entendimento dos investigadores sobre o emprego de estratégias defensivas

Subcategoria	O entendimento dos investigadores sobre o emprego de estratégias defensivas
Trecho da Narrativa – Interdiscurso de Sofrimento no Trabalho	N/A
Trecho que revela Estratégia defensiva	<p>Inv-1: “Graças a Deus, eu falo assim, eu tenho o marido, né, que sempre está junto comigo. Eu, hoje, moro longe da minha família, né, dos meus pais e da minha sogra e tudo. Eles moram no interior e nós moramos aqui. Então é eu e ele, um pelo outro. Então a gente sempre fica muito junto, né! Final de semana a gente procura sair pra um parque com as crianças ou fazer uma atividade, andar de bicicleta, de andar no prédio, ou descer pra praia, ficar o final de semana na praia. Então, é esse tipo de coisa, reunir com os amigos, vai na casa de amigos, nós temos amigos aqui, né! Temos o meu cunhado, que é irmão do meu marido, que mora aqui também, então, a gente acaba se reunindo mais com eles, ou em casa, ou na casa deles, ou saindo. É isso que eu faço pra dar uma relaxada. A família me faz muito bem”.</p> <p>Inv-2: “Aliviar essa tensão que a gente enfrenta no trabalho é uma das coisas mais importantes... eu continuo me tratando, né! Então, continuo sessões de análise. Já de longa data, isso é primordial, né, mesmo que eu não estivesse aqui nessa unidade. Procuro sair, passar tempo com a família, né, assistir filmes, estudar, ler, fazer atividade física, também faço, me alimentar bem. Então, eu vejo que é possível, sim, equilibrar, né! Hoje, eu vejo que é possível você lidar com essas adversidades, né!”.</p> <p>Inv-3: Eu aprendi a ser tranquila, sabe? Tudo na terapia, e assim, e a doutrina espírita está me ajudando demais, demais... assim e eu penso no mundo que está... se a gente não tiver um olhar assim, uma energia boa, a gente está abrindo porta pra que a espiritualidade com más intenções também entre. Então, aqui em casa, até pra minha filha eu sempre falo: ‘esteja com uma vibração boa’. Você estando bem, essa energia é como se fosse de proteção.</p> <p>Inv-4: “Ah... eu saio daqui, a primeira coisa que eu faço quando é o meu dia de pegar minha filha, eu pego minha filha... Meus filhos, levo pra escola, e gosto de fazer atividade física, gosto de ir pra praia, quando dá, né, quando sobra dinheiro. Gosto de correr... É... gosto de sair, né! É o que eu faço, assim, eu esqueço um pouco, assim, nem olho grupo de WhatsApp, pra ver o que tem ou não tem, e esqueço... Alguma coisa ou outra a gente olha ali e tal, mas eu procuro esquecer... eu saio do plantão aqui e dou graças a Deus de ir pra minha casa,</p>

né!”.

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2023)

Interessante relatar que o Inv-2 foi o único que tratou abertamente do trabalho do investigador de polícia como fonte de sofrimento. A pesquisadora atribui essa postura em grande parte à formação do Inv-2 na área de psicologia, o que contribui para a formulação do entendimento exposto pelo participante:

Inv-2: “Esse trabalho traz um sofrimento físico e psíquico, subjetivo, né! É... pode gerar vários sintomas, né!: o estresse, enfim, a fadiga, o esgotamento, a paranoia, né, o medo, às vezes, que vai além, né! É insônia, problemas de depressão, ansiedade, ideações suicidas. Problemas na sexualidade. Problemas com os parceiros, companheiros, companheiras, enfim. Então, o profissional da segurança pública, o investigador de polícia, especificamente, que fica sob estresse, que todo dia a gente já tem a questão de ter que andar armado, tem que tá atento com tudo que tá acontecendo, às vezes, na sua casa, quem mora em casa, por exemplo, e para o carro na rua, o tempo inteiro você tem que administrar essa tensão pra que ela não extrapole, e aquilo que você não dá conta na sua mente, o teu corpo padece, ele vai sentir os efeitos, vai somatizar, né?”.

Por fim, um trecho da fala do Inv-3 fez com que o levantamento dos dados aqui reunidos, por si só, já tenham validado todo o tempo empreendido no presente estudo, e denotou, no interdiscurso, um sentimento de satisfação pelo reconhecimento do trabalho dos investigadores:

Inv-3: “Pra mim, assim... até me toca... [participante chorou]. Porque ninguém vai, é... desculpa... Mas, por exemplo, só vão estagiários na delegacia pra analisar e avaliar como nós atendemos o público, e como nós podemos melhorar o atendimento ao público, mas ninguém nunca, nesses vinte e três anos, foi ver como o público nos trata, e como nós ficamos depois desse tratamento”.

Diante do exposto, a prática da Análise do Discurso – sobretudo, do interdiscurso dos investigadores da Polícia Civil, permitiu identificar elementos que ratificam a teoria da Psicodinâmica do Trabalho no que diz respeito às inevitáveis vivências de sofrimento no trabalho e à forma como esse sofrimento desencadeia estratégias defensivas que podem ganhar conotação positiva ou negativa na vida dos indivíduos.

A Psicodinâmica do Trabalho frisa a importância do desenvolvimento das estratégias defensivas enquanto ferramentas de manutenção da normalidade psíquica dos trabalhadores. Ao desenvolverem as estratégias defensivas, enquanto preenchem a lacuna entre o trabalho prescrito e o trabalho real que lhes é atribuído,

os investigadores descobrem formas criativas de adaptação, mesmo diante de atendimento de ocorrências tristes e carregadas de sofrimento.

É notória, desse modo, a grande possibilidade de contribuição da Psicodinâmica do Trabalho para a área policial, ao passo que, ao encontrarem oportunidade de serem ouvidos, os investigadores passam a formular soluções para o trabalho desenvolvido no dia a dia, ainda que essas respostas estejam subentendidas em seus interdiscursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi conduzir uma análise discursiva com a finalidade de identificar as estratégias defensivas utilizadas por investigadores da polícia civil que trabalham na proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência, ao enfrentarem situações de sofrimento durante o exercício profissional.

Com base na teoria da Psicodinâmica do Trabalho, considera-se que o sofrimento é inerente ao trabalho. Entre o trabalho prescrito, previsto formalmente, e aquele que efetivamente se desempenha, o trabalho real, está o sujeito e todas as energias que emprega para dar vida à sua atividade laboral, para dar resultado, para exercer o que só estava escrito. O desígnio do trabalhador para tornar as tarefas prescritas em atividades reais exige do sujeito um esforço que é compreendido como fonte de sofrimento para aquele que trabalha, porque é sua energia, sua vida que é dada para trazer o prescrito à realidade.

Na lacuna entre o trabalho previsto formalmente e aquele efetivamente desempenhado pelo investigador, está o sujeito, carregado de histórias individuais e contextos de vida que permeiam o modo como ele significa e elabora sua atuação: são os interdiscursos que carregam o discurso atual. Nessa brecha entre o prescrito e o real, o sujeito cria suas adaptações, suas formas de desempenhar a atividade laboral. Se essa forma de trabalhar for bloqueada por alguma circunstância, instalam-se formas de sofrimento que, por sua vez, dão origem às estratégias defensivas que os permita continuar trabalhando.

Sob esse enfoque teórico, é possível considerar o investigador de polícia como um sujeito que, em razão das diferenças entre a atividade que lhe é prescrita e a realidade que se apresenta no âmbito do trabalho, depara-se com diferentes fontes de sofrimento em razão de sua profissão. Carga intensa de trabalho, falta de estrutura, convívio direto com situações de agressão contra crianças, falta de

reconhecimento. Todos esses são fatores que podem levar ao desgaste físico e mental e causar impactos na saúde dos investigadores da Polícia Civil que atuam na repressão de crimes de violência contra crianças e adolescentes.

Esta pesquisa identificou as estratégias defensivas desenvolvidas por esses investigadores diante das vivências de sofrimento inerentes à sua profissão a fim de provocar nesses policiais uma reflexão a respeito do quanto seu trabalho é relevante e faz diferença na vida de diversas crianças, e que, ao mesmo tempo, é preciso cuidar de si.

Para tanto, foi realizada Análise do Discurso, em sua vertente francesa, aplicada às narrativas dos investigadores participantes, que revelou as respostas no interdiscurso dos entrevistados, porquanto eles nem sempre expõem abertamente aquilo que os fazem sofrer.

A Análise do Discurso Francesa entende ser necessária uma leitura contextual dos enunciados proferidos pelos indivíduos, para se compreender realmente o sentido daquilo que expressam. Assim, não se pode compreender o sofrimento ou as estratégias defensivas desenvolvidas por investigadores de polícia somente lendo as tarefas que lhes são prescritas.

Foi necessário analisar suas falas e seus silêncios inseridos num contexto para compreender os interdiscursos, que são os vários discursos já ditos e que integram a memória discursiva do sujeito e que perpassam seu discurso atual. É preciso dialogar com esses indivíduos para compreender minimamente como se sentem e como se adaptam para dar efetivo cumprimento às tarefas para as quais são designados.

No diálogo estabelecido a fim de compreender como lidam com os desafios do trabalho e quais as estratégias adotadas para minimizar o impacto do sofrimento decorrente dessa atividade, ecoam interdiscursos que denotam experiências de prazer no trabalho a partir do sentimento de utilidade, de poder auxiliar as crianças e adolescentes que são submetidas a diferentes formas de violência.

Também fazem eco os interdiscursos relativos às vivências de sofrimento narradas pelos participantes e que guardam relação com a necessidade de adaptação para desempenho de suas atividades sem uma estrutura adequada, com a sobrecarga de tensão e medo constantes, com as oitivas de ocorrências violentas no trabalho, além da falta de reconhecimento, justificando um desgaste físico e mental.

Ademais, o trabalho policial é caracterizado pela extensão da atividade profissional a todos os âmbitos da vida do investigador, em razão da necessidade de um incessante estado de alerta que acaba constituindo também uma forma de sofrimento. Esses sofrimentos dão origem a estratégias defensivas ou de resistência e, por vezes, originam oportunidades de realização.

Foram identificadas, no Quadro 10, as vivências de sofrimento no trabalho, associadas às correspondentes estratégias defensivas.

Quadro 10 - Identificação das Vivências de sofrimento e das Estratégias Defensivas dos investigadores de polícia civil

Vivência de sofrimento		Estratégia Defensiva associada
a – Os esforços para preencher as lacunas entre o trabalho prescrito e o trabalho real	Problemas físicos / estruturais	Investir recursos próprios
		Atuar no limite e de acordo com a estrutura do que o Estado oferece
	Carga horária de trabalho	Atuar em atividades diferentes do escopo prescrito ao investigador
b – O atendimento às ocorrências	Agressividade dos cidadãos / usuários	Trocar plantões por tarefas administrativas
	Investigação de agressão e violência evidente contra crianças e adolescentes	Estabelecer diálogo e esclarecer o papel da polícia
		Focar no aspecto investigativo, na tarefa prescrita
		Cultivar o sentimento de utilidade
		Realizar acompanhamento psicoterapêutico
		Desenvolver diferentes níveis de indiferença à dor alheia
c – O reconhecimento	Falta de reconhecimento	Diminuir expectativas
d – Os distúrbios da saúde e do sono	Insônia	Nesse item, não foram associadas estratégias defensivas específicas, mas sim, a junção de todas as outras estratégias identificadas, como forma de contornar as situações de sofrimento que afetam diretamente a vida pessoal dos investigadores. Além disso, como “senso comum” entre os participantes a respeito do que sejam estratégias defensivas, surge a menção à família, à espiritualidade, ao convívio social e à prática de esportes como pontos de apoio no enfrentamento às vivências de sofrimento.
	TOC, <i>Burnout</i>	
	Condicionamento físico afetado	
	Tensão e medo	
	Saúde mental comprometida	
e – O entendimento dos investigadores sobre o emprego de estratégias defensivas	N/A	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

A importância de dar voz aos investigadores da Polícia Civil está relacionada ao reconhecimento e à valorização do seu trabalho, bem como à melhoria das condições de trabalho e à eficácia das investigações. Ao permitir que esses

profissionais expressem suas opiniões, sugestões e preocupações, é possível perceber a transformação dos sujeitos e do ambiente em que atuam num contexto mais colaborativo e participativo, em que suas experiências e seus conhecimentos podem contribuir para o aprimoramento das atividades policiais.

O termo "discurso" vem da ideia de curso, movimento e dinamismo, o que o torna uma palavra em movimento, uma prática de linguagem. O discurso é um processo em constante evolução, não se fecha em si mesmo. Ele não é apenas composto por textos, mas é uma prática social que molda a história da sociedade. O discurso é parte integrante das práticas que moldam a trajetória histórica da sociedade. O discurso, portanto, não pode ser analisado como algo separado da realidade, pois ele é fundamentalmente constituído e, ao mesmo tempo, constituinte dos indivíduos envolvidos em relações intersubjetivas (ORLANDI, 2007).

Mostrou-se relevante abrir as portas para o diálogo e para a expressão desses profissionais, que têm a função de salvaguardar a segurança e a vida. Eles precisam de espaço para serem ouvidos e atendidos nas angústias a que sobrevivem em razão do papel que desempenham. O estudo do sofrimento no trabalho pode ser sempre ampliado em relação a todos os campos profissionais, e na Polícia Civil não é diferente.

Dar atenção ao discurso dos investigadores de polícia que atuam no atendimento a diversos públicos, além de crianças e adolescentes vítimas de violência, pode ser uma alternativa transformadora no contexto da segurança pública. Ao ampliar o espaço de escuta e valorizar as experiências e perspectivas desses profissionais, é possível obter uma compreensão mais abrangente das demandas e dos desafios enfrentados na prática policial.

Ouvir qualquer trabalhador sobre seu sofrimento no trabalho pode, de fato, ter um impacto transformador na realidade. Quando os sujeitos têm a oportunidade de expressar seus desafios, dificuldades e sofrimento relacionados ao trabalho, isso pode levar a transformações positivas tanto no sujeito, quanto no contexto em que ele atua.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, R. Por uma agenda de pesquisa sobre o trabalho de investigação policial em administração pública no Brasil: Homicídios. **Administração Pública e Gestão Social** [Recurso Eletrônico], Viçosa, MG, v.14, n.3, jul./set. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/apgs/article/download/13207/7393>> Acesso em: 04 jun. 2023.

ALCADIPANI, R.; MEDEIROS, C. R. de O. O Herói-Envergonhado: tensões e contradições no cotidiano do trabalho policial. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/699>. Acesso em: 14 set. 2021.

AREOSA J., Ensaio sobre psicodinâmica do trabalho. **Rev katálysis**. v. 24, n. 2, p. 321–330, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77288>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BAIERLE, T. C. **Transversalidades, subjetivação e produção de vida: marcas do trabalho na Polícia Civil**. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/141486/000993069.pdf?sequence=1>>. Acesso em 11 dez. 2022.

BARROS, T. H. B. Por uma teoria do discurso: reconsiderações histórico-conceituais. In: BARROS, T. H. B. **Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 27-71. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/r6q5k/pdf/barros-9788579836619-03.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRIDGES, W. **Um mundo sem empregos**. São Paulo: Makron, 1995.

BRYMAN, A.; BELL, E. **Business research methods** (3rd ed). Oxford: Oxford University Press, 2011.

CARMO, J. G. M.; GUIMARÃES, L. V. M.; CAEIRO, M. L. Prazer e sofrimento no trabalho: vivências de mulheres soldados da Polícia Militar. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 3, n. 8, p. 1313-1357, 2016. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/3180/2362>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

CARVALHO, J. L. F.; FARIA, M. D. de; COSTA, A. de S. M. da; VERGARA, S. C. Psicodinâmica do Trabalho e Sofrimento na Literatura do “Poeta Proletário”. **Farol**, v. 1, n. 2, p. 383-439, 2014. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/2516>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

CARVALHO, M. G. Tecnologia e Sociedade. IN: Bastos, J. A. S. L. (org.). **Tecnologia e Interação**. Curitiba: PPGTE/CEFET-PR, 1998.

CAVALCANTE, C. C. C. **As condições de trabalho na perspectiva dos agentes de Polícia Civil em delegacias distritais na cidade do Natal**. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Programa de Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/31759>>. Acesso em 11 dez. 2022.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Trad. Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

CRUZ, S. G. F. de P. **Herói ou bandido?** Estudo sobre a produção de identidade em policiais militares (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

CUBAS, V. de O., ALVES, R., OLIVEIRA, A. R. de.; Tão diferentes e tão iguais: As percepções de policiais civis e militares de São Paulo sobre suas instituições. **Dilemas: Revista De Estudos De Conflito E Controle Social**, v. 13, n. 3, p. 801–825, 2020.

DAMASO, C. R.; GUIMARÃES, D. D.; AVELAR, I. G. de L.; SCALASSARA, N. M. N. L.; VELOSO, S. A. M., **Práticas institucionais para prevenção e atenção aos riscos psicossociais no trabalho dos Policiais Civis do Distrito Federal: contribuições da psicodinâmica do trabalho**. 2014. v, 54 f. Monografia (Especialização em Clínica Psicodinâmica do Trabalho e Gestão do Estresse) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/9781>>. Acesso em 06 fev. 2023.

DEJOURS, C. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Orgs.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5 ed. amp. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, C. **Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho**. São Paulo: Fundap, 1999.

DEJOURS, C. Prefácio. In: MENDES, A. M. (Org.) **Psicodinâmica do Trabalho: Teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p.19-22.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário Teórico em Psicopatologia do Trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C (Eds.), **Psicodinâmica do**

Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho. (Trabalho original publicado em 1990). São Paulo: Atlas, 2010, p. 119-145.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 29 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FARIA, J. H. Análise De Discurso Em Estudos Organizacionais: As Concepções De Pêcheux e Bakhtin. **Teoria e Prática em Administração**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 51–71, 2015. <https://doi.org/10.21714/2238-104X2015v5i2-26399>.

FERREIRA, J. B. Perdi um jeito de sorrir que eu tinha: Estudo sobre trabalho, sofrimento e patologias sociais do trabalho. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/35322527/_Perdi_um_jeito_de_sorrir_que_eu_tinha_trabalho_sofrimento_e_patologias_sociais_do_trabalho>. Acesso em 07 ago. 2022.

FERREIRA, L. B; DIAS, C. A. Subjetivação e Adoecimento no Trabalho Policial Militar à luz da Psicodinâmica. **Revista Gestão em Análise**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 110-126, jun. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unichristus.edu.br/gestao/article/view/4116/1599>>. Acesso em: 06 jan. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.12662/2359-618xregea.v11i2.p110-126.2022>.

FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. **Trabalho e riscos de adoecimento:** o caso dos auditores-fiscais da Previdência Social brasileira. Brasília DF: Edições Ler, Pensar, Agir – LPA, 2003.

FERREIRA, L. B.; SANTOS, M. A. F.; PAULA, K. M.; MENDONÇA, J. B.; CARNEIRO, A. F. Risco de adoecimento no trabalho: estudo com policiais militares de um batalhão de polícia de Brasília. **Revista Eletrônica Gestão e Sociedade**. V. 11, n. 29, p. 1804-1829. 2017. Disponível em: <[10.21171/ges.v11i29.2150](https://doi.org/10.21171/ges.v11i29.2150)>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2022. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4> >. Acesso em: 22 nov. 2022.

FRANÇA, A. C. L.; RODRIGUES, A. L. **Stress e Trabalho:** Uma abordagem psicossomática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FRANÇA, E. S.; MOTA, A. H. Prazer e Sofrimento no Trabalho: uma abordagem Psicodinâmica. **Revista Brasileira de Negócios e Desenvolvimento Regional – RBNDR**. v. 8, n. 1, p. 5-20, 2021. Disponível em: <https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2021/07/1_RBNDR_20211.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

FUTINO, R. S.; DELDUQUE, M. C. (2020). Saúde mental no trabalho de segurança pública: estudos, abordagens e tendências da produção de conhecimento sobre o tema. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 9, n. 2, p. 116–134.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMEZ, V. A.; CHATELARD, D. S.; ARAUJO, T. C. C. F. de. Clínica do Trabalho: Contribuições da Psicanálise para o Exercício Profissional. **Psicologia: Ciência E**

Profissão, v.41 (spe2), 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003192735>>. Acesso em: 13 dez. 2022

GONÇALVES, M. de C. M.; **Sofrimentos Policiais: Análise Psicodinâmica do Trabalho em uma delegacia de Polícia Civil do Distrito Federal**. Monografia (Especialização em Clínica Psicodinâmica do Trabalho e Gestão do Estresse, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília) Brasília, 2014. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/9785>>. Acesso em: 08 fev. 2023.

GUEDES, L.; Conflito entre trabalho policial prescrito e real: a percepção dos agentes de Polícia Civil do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública – REBESP**. v. 10 n. 1. 2017. Disponível em: <<https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/263>>. Acesso em 06 fev. 2023.

KOHARA, P. K. I. **Determinantes inconscientes da letalidade policial**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-21112019-184038/>. Acesso em: 06 dez. 2022.

LARUCCIA, M. M.; NASCIMENTO, J. V.; PAULON, A. Análise do Discurso: Fundamentos Teórico-Metodológicos. **Diálogos Interdisciplinares**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 21, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/24696076/Análise_do_Discurso_Fundamentos_Teórico_Metodológicos>. Acesso em: 30 jul. 2022.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2013.

MENDES, A. M. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: MENDES, A. M. (org.) **Psicodinâmica do Trabalho: Teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 29-48.

MENDES, A. M., MORRONE, C. F. Vivências de prazer-sofrimento e saúde psíquica no trabalho: trajetória conceitual e empírica. In: MENDES, A. M.; BORGES, L. O.; FERREIRA, M. C. (Orgs.). **Trabalho e transição, saúde em risco**. Brasília: Editora UnB, 2002.

MENDONÇA, V. G.; **Contexto do Trabalho e Alterações Psíquicas dos Policiais Cíveis de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/217866>>. Acesso em: 06 fev. 2023.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S.; ADORNO, S. Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 585–593. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300002>>. Acesso em 09 nov. 2021.

MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P.; SOUZA, E. R. **Missão prevenir e proteger:** condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Missão Investigar:** entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MONTALVÃO, L. A. Marxismo e Psicodinâmica do Trabalho: aproximações possíveis. **Trabalho (En)Cena**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 65–79, 2018. DOI: 10.20873/2526-1487V3N2P65. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/4947>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

NASCIMENTO, N. C. **Uma delegacia de polícia no Distrito Federal:** da estrutura à comunidade (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso:** princípios & procedimentos. São Paulo: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. **As formas do Silêncio:** no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. Silêncios: presença e ausência. **ComCiência**, Campinas, n. 101, 2008. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 ago. 2022.

PAGLIONE, E. A. **O regime militar e a ação policial civil:** a tortura como meio, o poder como fim. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-11022015-150649/pt-br.php>. Acesso em: 06 dez. 2022.

PAIXÃO, A. L. A organização policial numa área metropolitana. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 25, p. 63-85, 1982.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux; Organizadores: François Gadet, Tony Hak; tradutores Bethania S. Mariani... [et al.]; 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PEREIRA, E. S.; SOUSA, C. Â. M. A carreira pública como aspiração: a relação entre formação profissional e o real do trabalho dos analistas de administração pública do MPU. In: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 7. 2021. Porto Alegre. **Anais[...]** Porto Alegre: UFRGS, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/viicbeo2020/386249-A-CARREIRA-PUBLICA-COMO-ASPIRACAO--A-RELACAO-ENTRE-FORMACAO-PROFISSIONAL-E-O-REAL-DO-TRABALHO-DOS-ANALISTAS-DE-AD>>. Acesso em: 16 mai. 2022.

PEREIRA, M. C.; BRITO, M. J. A Análise do Discurso como prática e processo de produção de sentidos: proposta teórico-metodológica. *In*: SARAIVA, L. A. S. *et al.* (org.). **Análise do Discurso em Estudos Organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009.

RODRIGUES, M. S.; DELLAGNELO, E. H. L. Do discurso e de sua análise: reflexões sobre limites e possibilidades na Ciência da Administração. **Cadernos EBAPE.BR**, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 621–635, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512013000400010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 10 jul. 2022.

RODRIGUES, S. O modelo biomédico x O modelo psicossocial na explicação da depressão. **Science, Health and Technology**. v. 2, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://www.cpahjournal.com/cpah/article/view/83>>. Acesso em 15 ago. 2022.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P.; PIMENTEL, T. D.; SOUZA-RICARDO, P. A. G. Introdução. Estudos organizacionais e Análise do Discurso: Aproximações Possíveis. *In*: SARAIVA, L. A. S. *et al.* (org.). **Análise do Discurso em Estudos Organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009.

SOLDERA, L. M. Breve compêndio conceitual e metodológico da Psicodinâmica do Trabalho e da Psicossociologia. **Cadernos de Psicologia Social Do Trabalho**, v. 19, n. 2, p. 243, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v19i2p243-253>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

TAMAYO, M. R. **Burnout**: Relações com a afetividade negativa, o *coping* no trabalho e a percepção de suporte organizacional (Tese de Doutorado não publicada). Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

APÊNDICE A - Roteiro da entrevista semiestruturada

Roteiro de Entrevista

1- Dados sociodemográficos:

Nome: _____
 Data de Nascimento: _____
 Sexo: _____
 Cidade em que reside: _____
 Cor / raça / etnia declarada: () Branca () parda () preta () amarela () indígena
 Escolaridade: _____
 Formação em: _____
 Estado Civil: _____
 Nº de filhos: _____
 Tempo de atividade policial: _____

2- Questões norteadoras:

- a) Conte um pouco sobre a sua trajetória profissional como policial até a sua designação para trabalhar na repressão de crimes de violência contra crianças e adolescentes.
- b) Conte um pouco sobre o seu trabalho especificamente na proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência. Como é a rotina?
- c) Você acredita que a atividade policial pode ser permeada por alguma forma de sofrimento? Pode dar exemplos?
- d) Cite exemplos de ocorrências que tenha atendido na proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência e que tenham feito você sofrer de algum modo.
- e) Como você percebe a Organização do Trabalho policial na delegacia em que atua?
- f) Como você aproveita seu tempo livre fora dos horários de expediente ou de plantão?
- g) Quais válvulas de escape você entende serem importantes na vida do investigador de polícia, para a manutenção de seu equilíbrio?
- h) Como você nota o desempenho da equipe em que atua, no atendimento das ocorrências, e como as histórias da população afetam o grupo?
- i) Como você descreve sua condição de trabalho e os recursos disponíveis para o desempenho da sua atividade?
- j) Como você descreve sua condição de saúde e sua qualidade de vida nesses anos de atividade policial?

APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e Termo de Consentimento de utilização de imagem, som e voz (TCUISV)

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)/Termo de consentimento utilização de imagem, som e voz (TCUISV)

Título da pesquisa: Vivências de Sofrimento e Estratégias Defensivas: uma análise discursiva das narrativas de Investigadores da Polícia Civil.

Pesquisador(es/as) ou outro (a) profissional responsável pela pesquisa, com Endereços e Telefones:

• Orientadora: Professora Dr^a Liliane Canopf. Endereço: Avenida Macali, 1030. Marmeleiro-PR Telefone 46-99975-9213.

• Orientanda: Karen Raffaella Schuvets Borges Murbach. Endereço: Av. Vicente Machado, 445, 15º andar - Curitiba – PR. Telefone: 41-98525-5560.

Local de realização da pesquisa: presencialmente, em local tranquilo/seguro à escolha da participante.

Endereço, telefone do local: _____, Curitiba - PR.

a) Informações ao Participante

1. Apresentação da pesquisa

Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa que tem como objetivo analisar as estratégias defensivas desenvolvidas pelos Investigadores da Polícia Civil que atuam na repressão de crimes de violência praticados contra crianças e adolescentes, frente aos sofrimentos inerentes ao seu trabalho. A relevância do presente estudo sobre o sofrimento no trabalho, com foco em policiais civis, reside no fato de que o trabalho do policial civil normalmente é permeado por estresse e pressões decorrentes de um misto dos riscos inerentes à atividade da segurança pública, do atendimento ao cidadão, do atendimento às exigências legais dos órgãos de controle, de dificuldades operacionais em virtude dos recursos escassos, além das inúmeras situações de violência comuns ao ambiente policial. Somado a isso, esses profissionais nem sempre contam com assistência médica e psicológica adequada que lhes dê amparo para continuar atuando de forma equilibrada.

Há que se considerar que a presente pesquisa se reveste de importância ao investigar e complementar as discussões vinculadas ao sofrimento no trabalho, especificamente para policiais civis, principalmente aqueles que atuam no atendimento de ocorrências envolvendo violência contra crianças e adolescentes. Para concretização da pesquisa de campo, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, por meio de um roteiro, contendo os elementos norteadores da pesquisa: sofrimento no trabalho e suas relações com a organização do trabalho, com as condições de saúde e com as condições de qualidade de vida dos investigadores, de forma a atingir, de maneira eficaz, os objetivos desta pesquisa.

O roteiro, com algumas questões pré-estabelecidas, guiará o diálogo, o que não significa que, necessariamente, seguirá uma ordem rígida de perguntas e respostas. Para sua participação na pesquisa, a pesquisadora disponibilizará este termo em papel, no dia da entrevista, para sua assinatura, enquanto participante, em duas vias. O termo que você está lendo é uma exigência da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), uma comissão do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Ele existe para garantir que o participante da pesquisa possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida. A resolução propõe que toda pesquisa

que envolva seres humanos, direta ou indiretamente, deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa. A ética na pesquisa exige o respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida (Resolução CNS nº 466 de 2012). Para que seja cumprida essa resolução, esta pesquisa será submetida ao Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

2. Objetivos da pesquisa

Esta pesquisa possui como propósito identificar as estratégias defensivas desenvolvidas pelos Investigadores da Polícia Civil que atuam em defesa de crianças e adolescentes vítimas de violência, frente aos sofrimentos inerentes ao seu trabalho. Como forma de desdobrar as ações que são necessárias à realização do objetivo geral, estabeleceu-se os objetivos específicos abaixo relacionados:

- a) Analisar o contexto do trabalho do investigador de polícia que atua no atendimento e na proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência.
- b) Descrever as vivências de sofrimento no trabalho dos Investigadores de Polícia Civil que promovem a defesa de crianças e adolescentes vítimas de violência.
- c) Elaborar a classificação dos interdiscursos mais recorrentes nas participações e narrativas dos policiais.

3. Participação na pesquisa

A Secretaria de Segurança Pública autorizou a realização desta entrevista, mediante anuência do Sr. Diretor Geral da Pasta. A Delegada responsável pela unidade policial recebeu este documento, assim como o projeto detalhando o conteúdo e propósito desta pesquisa. Você foi selecionado por atender os critérios de inclusão e sua participação acontecerá da seguinte forma:

- Entrevista presencial (em local tranquilo/seguro e definido por você). O horário e o dia da entrevista serão agendados entre você e a pesquisadora, devendo ocorrer entre outubro e novembro de 2022. A entrevista terá a duração estimada entre 30 minutos e 1 hora e com a gravação do áudio;
- O áudio gravado será transcrito na íntegra e o texto será transformado em narrativa em primeira pessoa.

4. Confidencialidade

O conteúdo do diálogo e a sua transcrição são confidenciais, sendo que o roteiro com o nome será identificado por outro fictício. Somente a pesquisadora terá acesso ao nome correspondente a cada substituído. Todas as informações e todos os dados gerados nesta pesquisa são sigilosos, de acordo com Resolução nº 466, de 12 de dezembro 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

5. Riscos e Benefícios

a) Riscos: O único risco a que você estará exposto é o possível constrangimento de conceder a entrevista, porém, é uma preocupação primária desta pesquisa diminuí-

lo ao máximo, o que significa que você pode deixar de responder a quaisquer perguntas caso não se sinta confortável. Para isso, você, participante, será esclarecido a respeito de cada etapa que estiver sendo realizada. Serão seguidas todas as recomendações da Resolução nº 466, de 12 de dezembro 2012, do Conselho Nacional de Saúde, e se necessário será acionado unidade médica mais próxima.

b) Benefícios: O principal benefício que esta pesquisa proporcionará a você é a reflexão sobre seu trabalho e a possibilidade de dar visibilidade ao desempenho de suas atividades como policiais, levando ao conhecimento de mais pessoas, as condições de trabalho proporcionadas ao policial civil, bem como as alternativas encontradas para continuar trabalhando.

6. Critérios de inclusão e exclusão

a) Inclusão: Para participar das entrevistas desta pesquisa, os participantes devem atender os critérios: (I) fazer parte da carreira de Investigador da Polícia Civil do Paraná; (II) atuar na proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência; (III) desejar participar de forma voluntária.

b) Exclusão: policiais que estejam afastados do trabalho por licença-saúde ou licença-interesse.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo

Você tem o direito de deixar este estudo a qualquer momento, bem como de receber esclarecimentos em qualquer etapa da pesquisa. Você possui liberdade para recusar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem penalização. Você pode assinalar o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse:

() quero receber os resultados da pesquisa (e-mail para envio: _____).

() não quero receber os resultados da pesquisa.

8. Ressarcimento e indenização

Não haverá nenhuma despesa pessoal ou compensação financeira em decorrência de sua participação nesta pesquisa. É importante frisar, no entanto, que você terá direito de indenização em razão de eventual dano que venha a sofrer decorrente da pesquisa, uma vez comprovado o nexo causal.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que está trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado(a) ou que está sendo prejudicado(a) de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Bairro Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, Telefone: (41) 3310-4494, e-mail: coep@utfpr.edu.br.

b) Consentimento para uso de Som e Imagem

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação na pesquisa. Declaro, ainda, que compreendi objetivo, natureza, riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a este estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Permito que a pesquisadora obtenha informações a meu respeito por meio de entrevista, cujo áudio será gravado, transcrito e transformado em narrativa em primeira pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Estou consciente de que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo e que, permanecendo na pesquisa, não serei identificado(a) pelo nome ou qualquer outra forma.

Nome Completo: _____

RG: _____ Data _____ de

nascimento: __/__/____ Telefone: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura: _____ Data: __/__/2022.

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido, da melhor forma possível, às questões formuladas. Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, basta entrar em contato com Karen Raffaella Schuvets Borges Murbach, via e-mail: raffaelaborges@gmail.com ou telefone: 41-985255560.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos para denúncia, recurso ou reclamações do participante pesquisado: Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR) Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, Telefone: 3310-4494, e-mail: coep@utfpr.edu.br